

EDIÇÃO DE FIM DE SEMANA - CAMPINAS E REGIÃO

Campinas (SP), Sexta-feira, 27 de fevereiro a domingo, 1 de março de 2026 www.correiodamanha.com.br Ano CXXIV Nº 24.966 R\$ 5,00

TCE anula contrato de iluminação pública de quase R\$ 55 milhões em Valinhos

PÁGINA 8

Campinas confirma o primeiro caso de Mpox de 2026

Informação do Ministério da Saúde foi confirmada pela Secretaria Estadual e pela Prefeitura, que divulgará atualização sobre o cenário no município. Região Metropolitana de Campinas tem

outros três casos em Paulínia, Sumaré e Hortolândia. Brasil soma 88 registros em 2026, sem óbitos, e Estado contabiliza 50 ocorrências desde janeiro, com maioria de quadros leves

PÁGINA 6



Levantamento é feito pro pesquisadora da Unicamp

Jornada menor pode criar 4,5 mi de empregos

Projeções constam de um levantamento realizado pela economista Marilane Teixeira, pesquisadora do Instituto de

Economia da Unicamp, e que integra um diagnóstico feito por especialistas para medir impactos da medida no País

PÁGINA 18

Praça vira cabo de guerra no PSB

Desentendimento entre vereadores da sigla extrapolou inauguração em Campinas, escalando à tribuna da Câmara e às redes sociais

PÁGINA 3

Indaiatuba incorpora adicional para GCMs

O prefeito Custódio Tavares sancionou leis que incorporaram um adicional de periculosidade ao salário dos Guardas Civis Municipais (GCMs).

PÁGINA 7

MOLICA
Tabelinha milícia e política
PÁGINA 19

LUMMERTZ
A patente que escorreu das mãos do Brasil
PÁGINA 2

Educação: Prefeitura nega acusação

Parlamentar aponta suposto acúmulo e desperdício de materiais em almoxarifado; Prefeitura afirma que não há desperdício de recursos públicos

PÁGINA 6

Brasão de Sorocaba é analisado por MP

A mudança no brasão de Sorocaba (Lei 13.418/2026) está sob análise do Ministério Público e do Procurador-Geral por possíveis ilegalidades.

PÁGINA 10

Leilão da Rota Mogiana não integra logística, diz técnico

Divulgação/Governo de SP



Privatizações são positivas, mas precisam ter em vista a intermodalidade, formando uma malha que torne a economia paulista competitiva", aponta mestre em urbanismo

PÁGINA 4

Divulgação Governo de SP



Recuo é 2,5 vezes o registrado nas redes estaduais do país

Menos alunos no Ensino Médio

Rede Estadual registra queda de 17% nos alunos de ensino médio

PÁGINA 12

Vinícius Lummertz*

A patente que escorreu das mãos da doutora Tatiana e das mãos do Brasil

O caso da polilaminina, associado ao trabalho da doutora Tatiana Coelho de Sampaio, virou por alguns dias um episódio de televisão e de redes sociais: recortes, indignação instantânea, versões que se atropelam e a sensação de que tudo começa e termina na mesma semana. É justamente aí que mora o problema. O fato não é um “caso isolado” para consumo rápido, nem um roteiro que se encerra em si mesmo; é um sintoma, como poucos, da postura do Brasil diante das patentes, do conhecimento e da inteligência artificial.

Na nova economia, patente deixou de ser detalhe jurídico e passou a ser instrumento de soberania econômica. Ela define quem licencia e quem paga, quem atrai capital e quem depende, quem negocia parcerias em posição de força e quem entra tarde nas cadeias globais. Por isso o mundo mede poder tecnológico por patentes — e pelo dinheiro que elas geram. Em 2024, os depósitos internacionais via PCT foram liderados por China (70.160), Estados Unidos (54.087), Japão (48.397), Coreia do Sul (23.851) e Alemanha (16.721). O Brasil registrou 637 pedidos, acima de 2023 (514): um avanço real, mas ainda modesto diante de quem disputa o comando da economia digital. E, no caso da doutora Tatiana, a proteção internacional de um ativo estratégico não se sustentou, revelando como o país ainda trata esse degrau como improviso, não como política.

Há uma segunda medida, ainda mais reveladora, porque mostra musculatura de longo prazo: os pedidos “por origem”, isto é, o quanto residentes de cada país depositam no mundo, dentro e fora de casa. Em 2024, a China aparece com cerca de 1,8 milhão de pedidos; os EUA, 501.831; o Japão, 419.132; a Coreia, 295.722; a Alemanha, 133.485. Esses números não são fetiche estatístico. Eles traduzem uma escolha de Estado: tratar propriedade intelectual como infraestrutura de poder, tão estratégica quanto energia, portos e defesa, e colocá-la no centro da diplomacia econômica, das compras públicas tecnológicas e do financiamento do risco.

O retrato doméstico reforça a tese. Pelas estatísticas do INPI compiladas no Anuário do IBGE, o total de pedidos de patentes depositados no Brasil oscilou pouco: 27.551 em 2018; 26.921 em 2021; 27.139 em 2022; 27.918 em 2023; 27.701 em 2024 (preliminar). Sete anos praticamente no mesmo patamar, enquanto a fronteira tecnológica muda em meses. É aqui que a polilaminina deixa de ser apenas um “caso” e vira sintoma: chegamos à pesquisa, mas tropeçamos no degrau que internacionaliza o ativo e o transforma em mercado.

Esse degrau custa e exige continuidade. Patente global pede estratégia, tradução técnica, escritórios especializados, taxas e manutenção por anos — além da

decisão de priorizar, porque não se patenteia tudo. Nos países líderes, isso não é aventura individual do pesquisador nem loteria institucional; faz parte de um motor público-privado que transforma ciência em indústria, com fundos permanentes, escritórios de transferência robustos, programas de ligação com empresas e capital disposto a errar rápido para acertar grande. No Brasil, a proteção internacional frequentemente depende de fôlego episódico: um orçamento que varia, uma universidade que não tem caixa, uma empresa que adia, um laboratório que se perde na burocracia e, no fim, o prazo passa. A patente “escorre” — e com ela escorre uma parte do futuro. E o mais irônico é que um mecanismo nacional bem desenhado para financiar PCT, traduções e taxas custaria uma fração do que o país perde, todos os anos, em desperdícios e ineficiências.

Iniciativas existiram, e seria injusto negar. No governo FHC, Fundos Setoriais e FNDCT buscaram previsibilidade; no governo Temer, o Marco Legal de CT&I tentou aproximar pesquisa e empresa; o governo atual publicou estratégia e plano para IA e detalhou o PBI (R\$ 23 bi) e o REData, conectando IA à indústria e a data centers. E há polos reais, Florianópolis, o entorno da USP, Rio de Janeiro, o Porto Digital de Recife, ainda como arquipélago. O problema é que seguimos com ilhas, não com sistema: falta coordenação nacional, metas de conversão de pesquisa em patentes internacionais e um mecanismo simples, profissional e rápido para levar descobertas ao exterior, com governança técnica e foco em licenciamento.

A era da IA torna essa ausência mais perigosa. A velocidade de descoberta aumenta, a disputa por propriedade intelectual se intensifica e a saúde será empurrada para ciclos de pesquisa mais rápidos, guiados por dados e automação. Quem não protege, não negocia; quem não negocia, não escala; quem não escala, paga para usar o que poderia vender, e ainda chama isso de “modernização”.

A resposta, portanto, não pode ser novela, nem “drama na TV”. O que está em jogo é contextualização e, a partir dela, ação: um instrumento nacional de “patente global”, PCT, traduções, taxas e estratégia, com continuidade e cobrança pública; integração dos polos em rede, com programas comuns e metas; e uma política que trate propriedade intelectual como infraestrutura econômica. Sem contextualização, debate e providências, a notícia apenas sacia o apetite do curto prazo. Sem contexto, ela não mede o tamanho do problema, e, sem consequência, não vira aprendizado urgente. O drama da Dra. Tatiana é o drama do país.

***Vinícius Lummertz é Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo.**

Barros Miranda*

Dois pesos e duas medidas

Se muito está sendo dito de que a Suprema Corte do Brasil está sendo política pelas indicações, já que a maioria dos ministros são de governos petistas (Lula e Dilma), o mesmo não pode ser dito para a similar dos Estados Unidos. Lá, cuja maioria é de Republicanos, foi contra o preceito de Trump e anulou o tarifaço do presidente norte-americano. Por 6 votos a 3, a lei de tarifas trumpista caiu por terra, fazendo com que ele fizesse uma nova, dessa vez baseando-se por outra sessão da constituição, com o ceio global, de 15%.

Mais do que um comparativo entre as conjunturas dos dois Supremos Tribunais Federais do Brasil e dos Estados Unidos, é a questão do dilema de que nem sempre as indicações político-partidárias devem ser seguidas na lei, e sim a Carta Magna do país.

Deurrubar o tarifaço não foi uma afronta dos magistrados indicados pelos Republicanos, já que os outros três foram indicados por Democratas, e sim

uma sistemática de defesa daquilo que a constituição norte-americana define o que pode e o que não pode ser feito pelo presidente. Implcar o fim das “Tarifas Trump” e a devolução dos valores para os países não apenas indica que a ação de Trump fora abusiva, como também faz um alerta até que ponto ele é soberano com as leis locais.

Uma decisão da Justiça norte-americana que serve de aprendizado para algumas decisões impostas pelo Judiciário Supremo do Brasil. O lado político não deve ser levado em consideração, quando se deve julgar de acordo com a constituição. E no Brasil, o caso do Mensalão, foi o maior exemplo de ministros que julgaram de forma imparcial e de acordo com as leis. Que esse caso não venha a ter sido apenas um ponto fora da curva, mas que venha a ser o grande exemplo de que o STF pode ser imparcial, quando quer ser.

***Jornalista e Historiador**

EDITORIAL

O perigoso estopim da intolerância

É impossível não lembrar do célebre livro Fahrenheit 451 ao assistir as cenas de um grupo de jovens que decide, por conta própria, apagar, com tinta branca, uma manifestação artística no âmbito de uma das mais bem conceituadas universidades do país, a Unicamp.

A entrada de integrantes do Movimento Brasil Livre (MBL) no campus, no primeiro dia de aula, para, supostamente, “restaurar” com tinta branca um mural produzido por artistas da comunidade acadêmica, não pode ser tratada como mero e inocente zelo urbano.

A justificativa de combate à pichação, ainda que amparada em interpretações legais, perde qualquer legitimidade quando acompanhada de intimidação e confronto físico. As imagens divulgadas mostram troca de agressões, disputa por lata de tinta, empurrões e chutes. Se houve, de fato, violência de ambos os lados, ela precisa ser apurada. Contudo, o estopim foi a ação deliberada, com forte carga política, realizada por pessoas de fora da comunidade universitária em ambiente sabidamente sensível.

Universidade não é palanque improvisado nem cenário para performance ideológicas. É espaço de produção de conhecimento, de diversidade estética, de pluralidade de pensamento, incluindo-se o dissenso. Quando um grupo externo decide atravessar os seus portões com o objetivo de apagar símbolos construídos coletivamente, o que se anuncia não é diálogo, mas imposição.

No romance de Ray Bradbury, bombeiros não apagam incêndios. Eles queimam livros. E o fazem porque a diversidade de ideias é vista como ameaça à ordem. O fogo, ali, é um instrumento de controle. É uma tentativa de reduzir o mundo à monotonia confortável de uma única narrativa.

Guardadas as proporções, o gesto de cobrir um mural universitário carrega simbolismo semelhante. Em Fahrenheit 451, a censura não começa, necessariamente, com grandes fogueiras. Ela se constrói a partir da naturalização da ideia de que certas vozes “atrapalham”, de que certos pensamentos “poluem”, de que determinadas manifestações devem ser eliminadas em nome de um suposto “bem maior”.

A universidade, por essência, é o oposto da sociedade distópica criada por Bradbury. É o espaço onde o contraditório deve coexistir, o incômodo, fazer parte do aprendizado, a pluralidade estética e ideológica, ser combustível e não ameaça.

Quando um grupo externo invade esse ambiente para “corrigir” visualmente aquilo que considera inadequado, substitui o debate pela imposição simbólica. E quando essa imposição descamba para agressão física, a metáfora se torna ainda mais perturbadora: o argumento é substituído pela força.

Opinião do leitor

Parabéns, Correio!

Muito satisfatório ver um jornal centenário em circulação em Campinas. A nossa região necessitava de um veículo de comunicação nacional e com notícias locais como vocês.

Bernadete Farias
Campinas - SP

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Nilmar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.

CORREIO DE CAMPINAS

Polícia Civil/ Santa Catarina



Orelha: comoção nacional e internacional

Cão Orelha repercute em prol de animais de Campinas I

A iniciativa da Câmara Municipal que endureceu as punições àqueles que praticam maus-tratos a animais vai ao encontro do que a população espera, ou seja, do que a Casa, que representa o povo, deveria fazer. “Nós temos o caso do cão Orelha, e o projeto é uma resposta dessa casa legislativa à sociedade para coibir essas violências”, afirma o vereador Hebert Ganem (Podemos-SP), autor da proposta, que vai agora para sanção do prefeito Dário Saadi (Republicanos-SP). O texto estipula multas que variam de 1.500 a 1.900 UFICs (Unidade Fiscal de Campinas), ou seja, de R\$ 7.649,40 a R\$ 9.689,24, por animal vítima de maus-tratos.

Cão Orelha II

O valor que poderá ainda ser dobrado ou triplicado em casos específicos. Entre as situações que agravam a pena estão o envolvimento de tutores, a ocorrência de morte ou lesão permanente no animal e a reincidência dentro de um período de cinco anos. A proposta foi aprovada em segundo turno na sétima Reunião Ordinária de 2026, realizada última quarta-feira (25).

Câmara Municipal de Campinas



Parlamento da Região Metropolitana de Campinas

Voto regional nas eleições de 2026 I

O Parlamento da Região Metropolitana de Campinas discute as tendências do voto regional para os cargos de deputado estadual e federal nas eleições de outubro. O encontro ocorre nesta sexta-feira (27) na Câmara de Morungaba sob a presidência do vereador Luiz Rossini (Republicanos-SP), presidente da Câmara de Campinas. Os parlamentares federais eleitos na última eleição foram: Paulo Freire (PL), Bruno Ganem (Podemos), Carlos Sampaio (PSD) e Jonas Donizette (PSB).

Voto regional nas eleições de 2026 II

Já os deputados estaduais que foram eleitos no último pleito, Rogério Nogueira (PSDB), Oseias de Madureira (PSD), Valeria Bolsonaro (PL), Gilmaci Santos (Republicanos), Barros Munhoz (PSDB), Ana Perugini (PT), Rafa Zimbaldi (União), Ricardo França (Podemos), Clarice Ganem (Podemos) e Dirceu Dalbem (Cidadania).

PINGA-FOGO

Pé de guerra I

Uma disputa interna do PSB ocorrida na semana passada entre os vereadores Carlinhos Camelô e Ailton da Farmácia na inauguração de uma praça, no Jd. São Gabriel, reduto eleitoral de ambos, gahou contornos públicos, escalando para tribuna da Câmara e para as redes sociais dos parlamentares.

Pé de guerra II

Como de praxe, todos os vereadores da Câmara são convidados às inaugurações pelo cerimonial da Prefeitura. Mas, Ailton alega ter sido impedido de discursar porque Carlinhos o acusou de tentar se apropriar da obra, viabilizada por emenda impositiva do camelô. Ailton fez um post sobre o evento, ao lado do prefeito Dário.

Pé de guerra III

Na Câmara, Carlinhos exigiu que Ailton se retratasse nas redes sociais, dando o crédito da praça ao camelô. Em resposta, Ailton afirmou ter sido pego de surpresa pelo tom do colega, ressaltando que as obras não são de propriedade dos vereadores, mas feitas pelo Executivo e financiadas com impostos pagos pela população.

Pé de guerra IV

Ailton ainda criticou a postura de Carlinhos ao afirmar que o comportamento do colega é incompatível com as pretensões de Camelô de ocupar a presidência do Legislativo e defendeu que divergências partidárias devem ser resolvidas internamente, já que roupa suja se lava em casa. O episódio reacende o filme queimado do PSB na Câmara.

Pé de guerra V

O histórico do partido na presidência da Casa inclui a renúncia de Zé Carlos, após a confissão do próprio vereador de ter recebimento propina no caso envolvendo a TV Câmara. Diante do desgaste provocado pelo novo incidente, nomes de outras legendas ganham força para a gestão da Câmara.

Pé de guerra VI

Entre os mais cotados, Paulo Haddad (PSD-SP), que além de não entrar em contendas com os próprios correligionários, foca nos interesses populacionais, independentemente de siglas partidárias, como no caso dos consultórios odontológicos móveis.



Carlos Bassan/Prefeitura de Campinas

Atuação da Emdec no campus mira no respeito à sinalização

Unicamp inicia fiscalização educativa

Emdec começa com orientação antes das autuações no campus

Redação

A Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) iniciam, na próxima segunda-feira (2) a campanha educativa que vai distribuir multas “morais” como alerta aos motoristas que cometem infrações de trânsito. A ação é fruto de um contrato que viabiliza ações de fiscalização de trânsito dentro do campus da Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, no Distrito de Barão Geraldo. Após o período educativo, a partir de 16 de março, tem início a fiscalização efetiva dentro do campus de Barão Geraldo. Os agentes da mobilidade urbana vão monitorar situações de estacionamento irregular e uso indevido de vagas exclusivas. Constatada a irregularidade, haverá a autuação.

A iniciativa foi da Prefeitura Universitária da Unicamp e tem o objetivo de ampliar a segurança viária e prevenir sinistros (acidentes) no campus, promover o respeito às Leis de Trânsito e à sinalização, principalmente no que se refere às regras de estacionamento regulamentado e uso indevido (sem credencial) de vagas exclusivas / especiais para idosos e deficientes.

O que prevê o contrato? De 2 a 13 de março (dias úteis): orientações educativas e distribuição de multas ‘morais’. Outras ações

educativas, ao longo do período de duração (12 meses); a partir de 16 de março: operação e controle de tráfego, monitoramento e fiscalização de trânsito e transporte.

A campanha de conscientização prevê a abordagem da comunidade universitária por agentes educadores da Emdec e profissionais da Secretaria de Vivência nos Campi (SVC). Por 10 dias úteis, uma multa ‘moral’ será fixada nos veículos estacionados de forma irregular, com orientações sobre a legislação de trânsito e o uso adequado das vagas. Serão distribuídos folhetos de orientação, faixas em pontos estratégicos do campus e uma mensagem alusiva à campanha vai estampar o arco, na entrada da universidade. Entre 2 e 13 de março (dias úteis) equipes vão atuar em diferentes períodos e pontos estratégicos.

Cronograma: Quadrilátero entre as vias 06 de Agosto e Oswaldo Cruz; Roxo Moreira e Josué de Castro: 02/03 (segunda): 10h30 às 12h30; 05/03 (quinta): 14h às 16h; 11/03 (quarta): 9h às 11h; 13/03 (sexta): 14h às 16h. Avenidas Oswaldo Cruz e Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira: 04/03 (quarta): 9h às 11h; 10/03 (terça): 13h às 15h. Ruas Alexander Fleming, Carlos Chagas, Vital Brasil e Albert Sabin: 03/03 (terça): 13h às 15h; 06/03 (sexta): 9h às 11h; 09/03 (segunda): 14h às 16h. 12/03 (quinta): 9h às 11h. Ações serão reprogramadas se chover.



Rodovia Governador Doutor Adhemar Pereira de Barros (SP-340), popularmente conhecida como Campinas-Mogi, compõe a Rota da Mogiana

Leilão da Mogiana é positivo, mas não integra logística de SP, diz técnico

“Privatizações precisam ter em vista a intermodalidade, formando uma malha que torne a economia paulista competitiva”, aponta

Por Raquel Valli e Eduardo Maschio

O leilão da Rota Mogiana, marcado para às 14h desta sexta-feira (27) na B3 (popularmente conhecida como Bolsa de Valores paulista). A concessão prevê modernizar 520 quilômetros de rodovias estaduais, que cortam 22 municípios, incluindo Campinas (SP) e administração pela iniciativa privada. O contrato é de 30 anos, e o valor é da ordem de R\$ 9,3 bilhões. A resolução é positiva do ponto de vista pontual, mas não resolve as questões estruturais logísticas do Estado de São Paulo, segundo especialista do setor.

Especificações técnicas

De acordo com o contrato, 217 quilômetros terão que ser duplicados; 138 terão que dispor de terceiras faixas; 96 de marginais terão que ser implantados/ e ou reformados; 59 passarelas construídas; e 135 pontos de ônibus instalados.

Entre outros aspectos, o plano contempla ainda a duplicação de trechos nas estradas SP-350, SP-344 e SP-215, somada à construção de mecanismos de proteção viária e sistemas de luz em áreas com densida-

de populacional. As cláusulas contratuais determinam também a implementação da tecnologia de cobrança automática sem barreiras físicas, as denominadas Free Flow. A concessão impacta diretamente 22 municípios e cerca de 2,3 milhões de pessoas.

Avanço insuficiente

Mas, “essas privatizações precisam ter em vista a intermodalidade, formando uma malha de uma infraestrutura que torne a economia paulista competitiva”, afirma o mestre em Planejamento Urbano, Ayrton Camargo e Silva, ex-diretor da Emdec (autorquia responsável pelo trânsito campineiro) e docente da PUC-Campinas.

“Está privatizando rodovia? Com que objetivo? Por melhor que seja o projeto, por melhor que sejam as boas intenções, - vamos duplicar aqui, vamos fazer mais segurança lá, vamos corrigir o traçado, tá tudo muito correto -, mas há que se pensar em uma malha, em uma infraestrutura que articule ferrovia, rodovia, dutovia”, acrescenta. “Nunca vejo uma discussão de privatização de rodovia associada à definição do papel na construção de uma infraestrutura logística que articule, que integre

várias modalidades para fazer o custo do transporte cair e, conseqüentemente, a produção econômica de São Paulo ser cada vez mais competitiva”, pontua o professor.

Melhorias já realizadas

Questionadas a respeito pelo **Correio da Manhã**, a Secretaria de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo (SPI) e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) pontuam que “o Governo de SP possui hoje o maior programa integrado de infraestrutura em mobilidade do país”.

A nota cita obras pontuais, que integram empreendimentos, mas sem justificativas objetivas necessárias. “Com políticas voltadas ao incremento da integração regional, da logística e do desenvolvimento, o Governo de São Paulo está comprometido com iniciativas que conectam regiões, encurtam distâncias, potencializam o escoamento da produção, fortalecem rotas comerciais e impulsionam a economia e a geração de emprego e renda no Estado de São Paulo”.

Segue citando itens díspares, que integram localidades, mas não o Estado como

um todo: “na atual gestão, são mais de R\$360 bilhões destinados a projetos estratégicos que estão sendo tirados do papel. Um exemplo de grande impacto para a economia da baixada santista e paulista é o túnel Imerso Santos-Guarujá, que virou realidade após mais de cem anos de idas e vindas. O projeto da terceira pista da Imigrantes, a conclusão do Rodoanel e novas concessões rodoviárias fortalecem a região como rota do desenvolvimento da economia paulista e escoamento da produção do PIB nacional”.

O comunicado informa também que “as iniciativas integram o programa SP pra Toda Obra, que contam com investimentos de R\$ 30,5 bilhões, o maior da história do Estado” e que “as iniciativas de mobilidade, contudo, não se limitam às rodovias”.

Cita que “no transporte sobre trilhos, São Paulo conduz o maior ciclo de expansão ferroviária de sua história: o SP nos Trilhos, que organiza, de forma integrada, projetos de metrô, trens metropolitanos, trens intercity (TICs) e VLTs, conectando a Grande São Paulo, o interior e o litoral, com foco em mobilidade, desenvolvimento econômico e redução de desigual-



Palácio dos Bandeirantes, sede do Executivo paulista, ressalta os avanços já conquistados



Mestre em urbanismo e professor Ayrton Camargo e Silva

dades regionais”.
Exemplifica que “já são cerca de 40 projetos estruturados ou em estruturação, somando mais de 1.000 km de novos trilhos, R\$ 190 bilhões em investimentos e potencial geração de 150 mil empregos diretos e indiretos. Somente no TIC Eixo Norte – Campinas–São Paulo são R\$ 14,2 bilhões, sendo investidos para ligar Campinas a Capital em menos de 60 minutos”.
Para Camargo e Silva, entretanto, embora todas essas obras sejam de fato positivas, o primordial mesmo é “ter um projeto de eficiência econômica para o Estado inteiro, para que a produção industrial seja competitiva nos mercados internacionais, tendo uma infraestrutura logística eficiente para cada tipo de modo de transporte, e não privatizações sem exigências de investimentos que melhorem a matriz logística estadual”.
Ainda de acordo com o professor, o que existe de concreto atualmente “é uma coleção de obras isoladas em cada modal”. Para o mestre em urbanismo, “privatizar por privatizar é pequeno, é limitado,

é míope, eficiente em aspectos específicos, mas com desprezo à eficiência de toda uma infraestrutura”.
Já para a gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), “a política de infraestrutura paulista está estruturada a partir de uma visão integrada de logística, com foco na intermodalidade e na racionalização do transporte de cargas e passageiros”.
O comunicado segue afirmando que “o Estado vem executando o Plano de Logística e Investimentos (PLI), que orienta a organização dos modais de forma complementar, definindo vocações técnicas e estratégicas para rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e dutovias, com o objetivo de reduzir custos logísticos, ampliar a competitividade da produção paulista e promover uma matriz de transporte mais equilibrada e eficiente”.
Quanto ao modal hidroviário, especificamente, aponta que “o Governo de São Paulo tem avançado com investimentos estruturantes na Hidrovia Tietê-Paraná” e que “as obras atualmente em execução contam com investimento estimado em

“Há que se pensar em uma malha, em uma infraestrutura que articule ferrovia, rodovia, dutovia”
Ayrton Camargo e Silva

“No transporte sobre trilhos, São Paulo conduz o maior ciclo de expansão ferroviária de sua história”
Governo de SP

mais de R\$ 315,3 milhões”, já superando “93% de avanço físico, com entrega prevista para este ano”.
Sustenta também que “a iniciativa integra o Plano Estratégico Hidroviário, que está em desenvolvimento, e que pretende estabelecer diretrizes para ampliação da capacidade operacional, modernização de eclusas, segurança da navegação e incremento do transporte de cargas pelo sistema, com o objetivo de fortalecer o papel da hidrovia como alternativa logística competitiva para o escoamento da produção,

sustentável e complementar aos demais modais”. Finaliza, afirmando que “não atua de maneira isolada em relação às rodovias, mas conduz uma política estruturada de integração modal, com planejamento técnico, investimentos coordenados e visão de longo prazo, voltada à construção de uma infraestrutura conectada, inteligente e capaz de sustentar o desenvolvimento econômico paulista”.

Benefício ao usuário

De acordo com o governo de São Paulo, a nova concessão prevê uma redução de 29% na tarifa do pedágio de Jaguariúna, que passará de R\$ 17,60 para R\$ 12,55.
A praça terá o maior desconto entre todas as contempladas no novo contrato. Ainda de acordo com o Executivo paulista, também haverá diminuição nas tarifas de Águas da Prata (–27%), Estiva Gerbi (–26%), Espírito Santo do Pinhal e Itobi (–20%), Casa Branca (–13%), Mococa (–9%) e Aguai (–5%).
A diminuição decorre de uma nova metodologia de padronização da tarifa por quilômetro rodado, que estabelece cobrança proporcional, fazendo com que o usuário pague apenas pelo trecho efetivamente percorrido.

Outro aspecto apontado é de que motoristas frequentes poderão obter descontos progressivos de até 20% ao mês por pórtico, enquanto motociclistas continuam isentos. A concessão determina ainda que novos pontos de cobrança só poderão entrar em operação após a execução das melhorias obrigatórias iniciais, sob fiscalização da agência reguladora responsável.

Envelopes

Quatro empresas estão interessadas e apresentaram propostas. São elas: Azevedo e Travassos; EPR; MC Brasil (do Fundo Mubadala); e Motiva - antiga CCR Auto-BAn (Autopistas Bandeirantes e Anhanguera). O processo exige que a primeira colocada apresente garantias financeiras e comprove requisitos técnicos e jurídicos para a assinatura da concessão.
Caso a documentação seja rejeitada ou a capacidade operacional não receba validação, a administração pública convoca as concorrentes subsequentes para assumirem o projeto, conforme a ordem de classificação. A republicação do edital ocorreu no início deste ano após o Palácio dos Bandeirantes incorporar ajustes técnicos derivados de sugestões colhidas em audiência pública.

Ideia

O projeto da Rota Mogiana faz parte dos 1.800 quilômetros de rodovias qualificados no Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP). O escopo inclui aproximadamente 382,85 quilômetros que atualmente estão sob administração do Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo (DER-SP) e da concessionária Renovias. Na região, essas estradas cortam Campinas, Artur Nogueira, Espírito Santo do Pinhal, Estiva Gerbi, Holambra, Jaguariúna, Mogi Guaçu, Mogi Mirim e Santo Antônio de Posse. Em setembro do ano passado, o governo aprovou a modelagem e a autorização para publicação do edital. A decisão foi tomada em conjunto com o Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas (CGPPP) e com o Conselho Diretor do Programa de Desestatização (CDPED).

Campinas confirma um caso de Mpox em 2026; RMC soma três

Dado divulgado pelo Ministério da Saúde foi confirmado pelo Estado e pela Prefeitura

Por Moara Semeghini

Campinas confirmou um caso de Mpox em 2026, segundo do Ministério da Saúde, confirmados pela Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo (SES-SP) divulgados nesta quarta-feira (25). A Prefeitura confirmou o dado à reportagem e informou que assim que tiver atualizações, será divulgado.

Além de Campinas, também há um caso confirmado em Paulínia, Sumaré e Hortolândia, totalizando quatro registros na Região Metropolitana de Campinas (RMC).

No estado de São Paulo, a SES-SP contabiliza 50 casos desde janeiro. A capital paulista concentra o maior número de ocorrências, com 31 casos. Ribeirão Preto e Mogi das Cruzes têm dois casos cada. Também registram um caso Sorocaba, Várzea Paulista, Araraquara, Osasco, Cotia, Jandira, Serrana, Arujá, Santos,

Guarulhos e Pradópolis.

Em âmbito nacional, o Brasil soma 88 casos confirmados de Mpox em 2026, segundo o Ministério da Saúde. A maioria dos quadros é considerada leve a moderada e não há óbitos neste ano. Em 2025, o país registrou 1.079 casos e duas mortes. Somente em janeiro do ano passado foram 79 casos e, em fevereiro, 47, totalizando 126 nos dois primeiros meses.

O que é Mpox

A Mpox é causada pelo vírus Monkeypox e é transmitida por contato próximo com lesões na pele, fluidos corporais, sangue ou mucosas de pessoas infectadas.

O sintoma mais comum é a erupção cutânea semelhante a bolhas ou feridas, que pode durar de duas a quatro semanas. O quadro também pode incluir febre, dor de cabeça, dores musculares, dores nas costas, apatia e gânglios inchados.

As lesões podem afetar o rosto, as palmas das mãos, as solas dos pés, a virilha, as regiões genitais e/ou anal.

O período de incubação, intervalo entre a infecção e o início dos sintomas, varia de três a 16 dias, podendo chegar a 21 dias.

Transmissão

O vírus se espalha principalmente por contato próximo com pessoa infectada, incluindo: contato pele com pele, como toque ou relação sexual vaginal ou anal;

contato boca com boca; contato boca com pele, como no sexo oral; proximidade respiratória (gotículas ou aerossóis de curto alcance); compartilhamento de objetos contaminados, como toalhas, roupas e lençóis.

Orientação

Ao notar sintomas, é necessário procurar uma unidade de saúde para realização de exame laboratorial, única forma de con-

firmação da doença.

O diagnóstico diferencial deve considerar doenças como varicela zoster, herpes zoster, herpes simples, infecções bacterianas da pele, infecção gonocócica disseminada, sífilis primária ou secundária, cancroide, linfogranuloma venéreo, granuloma inguinal, molusco contagioso, reações alérgicas e outras causas de erupções cutâneas.

O Ministério da Saúde orienta que pessoas com suspeita ou confirmação cumpram isolamento imediato e não compartilhem objetos de uso pessoal, como toalhas, roupas, lençóis, escovas de dente e talheres, até o fim do período de transmissão.

Também é recomendado lavar as mãos com água e sabão ou utilizar álcool em gel com frequência.

Tratamento e riscos

O tratamento consiste no alívio dos sintomas, prevenção

e manejo de complicações. A maioria dos casos apresenta evolução leve a moderada. Não há medicamento aprovado especificamente para Mpox.

Embora, na maioria das vezes, os sintomas desapareçam espontaneamente em poucas semanas, o vírus pode causar complicações graves, especialmente em recém-nascidos, crianças e pessoas com imunodepressão.

Entre as possíveis complicações estão infecções bacterianas secundárias, infecções pulmonares ou sanguíneas, encefalite, miocardite, pneumonia e problemas oculares. Casos graves podem exigir internação, cuidados intensivos e uso de antivirais.

Dados disponíveis no Ministério da Saúde indicam que entre 0,1% e 10% das pessoas infectadas podem morrer, variando conforme condições de saúde e acesso ao atendimento.

Com informações da Agência Brasil



Campinas registra um caso confirmado de Mpox em 2026, segundo o Ministério da Saúde

Vereadora denuncia materiais parados na Educação; Prefeitura nega desperdício

Por Moara Semeghini

A vereadora Guida Calixto (PT) denunciou suposto acúmulo e possível desperdício de materiais no setor de Almoxarifado e Desfazimento da Secretaria Municipal de Educação de Campinas. Segundo a parlamentar, durante vistoria ao local foram encontrados “pilhas e pilhas” de itens comprados com recursos públicos e que não estariam sendo utilizados na rede municipal.

Entre os materiais citados estão livros, inclusive exemplares em Braille, uniformes, ventiladores, carteiras, cadeiras, lixeiras, monitores, Chromebooks e notebooks. Parte dos itens, de acordo com ela, estaria no setor de desfazimento.

“Isso tudo foi comprado com

dinheiro público e está sem utilização nenhuma”, afirmou a vereadora nas redes sociais. Guida disse ainda que protocolou requerimentos solicitando cópia integral de contratos, especialmente os relacionados à compra de mobiliário para os 16 Espaços do Amanhã, além de documentação que comprove a entrega e destinação dos itens.

A parlamentar questiona o planejamento das aquisições e afirma que continuará fiscalizando o caso.

Prefeitura rebate

Em nota, a Secretaria de Educação informou que “não procede a denúncia sobre suposto desperdício de recursos públicos”.

Segundo a pasta, o planejamento para o ano letivo de 2026



Guida Calixto denunciou suposto desperdício de materiais

prevê uma reserva estratégica de uniformes e kits escolares para atender trocas por mudança de tamanho, novas matrículas e abertura de turmas. As carteiras e ventiladores armazenados tam-

bém fariam parte de estoque de reposição para eventual substituição ao longo do ano.

Sobre os computadores no setor de desfazimento, a Secretaria explicou que foram substituídos

por equipamentos novos devido à desatualização ou à inviabilidade técnica e financeira de reparo. O descarte, segundo a administração, seguirá as normas adequadas. A Prefeitura informou ainda que, nos últimos dois anos, investiu R\$ 210 milhões na construção de 16 creches do programa Espaço do Amanhã e na reforma de 36 unidades, com o objetivo de ampliar vagas e modernizar a estrutura da rede municipal, que atende cerca de 60 mil alunos.

Recursos

Os recursos utilizados na compra de materiais para a rede de educação podem ter origens em verbas do orçamento municipal e repasses do Fundeb, principal fundo de financiamento da educação básica pública no País.

GRANDE CAMPINAS

Prefeitura de Indaiatuba



Gratificação é concedida devido ao alto risco da profissão

Indaiatuba inclui adicional no salário dos guardas municipais

O prefeito de Indaiatuba, Dr. Custódio Tavares, sancionou as Leis Complementares nº 124 e 125, que incorporam a gratificação por trabalho com risco de vida ao salário base dos Guardas Civis Municipais. Após aprovação unânime na Câmara Municipal, o adicional de periculosidade passa a integrar o salário fixo da categoria, garantindo que o valor seja considerado no cálculo da aposentadoria. A medida representa um avanço na valorização dos profissionais, ao reconhecer formalmente o risco enfrentado diariamente na proteção da população. Segundo o prefeito, a incorporação é uma questão de justiça e reconhecimento, além de contribuir para atrair e reter talentos na segurança pública.

Americana registra superávit de R\$ 81 mi

A Prefeitura de Americana apresentou superávit de R\$ 81,7 milhões no 3º quadrimestre de 2025, em audiência na Câmara. Segundo a secretária Simone Inácio, o município executou 97% da receita e 90% das despesas. Saúde recebeu 29,59% da receita e Educação, 25,12%. O gasto com pessoal ficou em 36,68% da RCL, abaixo do limite legal. A cidade mantém a Certidão Negativa de Débitos junto ao Ministério da Fazenda.

Prefeitura de Sumaré



A mpox geralmente apresenta evolução leve

Sumaré confirma 1º caso de doença

A Secretaria de Saúde de Sumaré confirmou nesta quarta (25) o primeiro caso de mpox em 2026. O paciente, homem de 37 anos da região da Área Cura, foi atendido no Hospital Ouro Verde, em Campinas, e recebeu alta. Segundo o Ministério da Saúde, o país soma 88 casos no ano. A mpox é uma doença viral transmitida por contato próximo. Os sintomas mais comuns incluem febre, dor de cabeça e lesões na pele. Na maioria dos casos, evolui de forma leve e a prevenção envolve higienização e evitar contato com pessoas com suspeita da doença.

Prefeitura beneficia 447 servidores

Santo Antônio de Posse anunciou o descongelamento do quinquênio a partir da folha de fevereiro, beneficiando 447 servidores pelos 19 meses da Covid-19. A medida segue a Lei Complementar Federal nº 226, que revogou restrições impostas na pandemia. O impacto mensal estimado é de R\$ 80 mil. Valores retroativos serão pagos gradualmente.

Alagamentos I

Famílias foram resgatadas com botes pelo Corpo de Bombeiros após temporal que atingiu e alagou Sumaré na noite de quarta (25) e permaneceu até a tarde de quinta (26). A chuva de 69 mm alagou ruas na Vila Diva, causou enxurrada no Jardim Denadai e transbordou o bairro Ribeirão Quilombo.

Alagamentos II

Moradores relatam prejuízos recorrentes, também em municípios da região como Monte Mor, Hortolândia e Paulínia, com registros de casas invadidas pela água, carros ilhados e moradores desalojados. Em alguns pontos, equipes da Defesa Civil atuaram no apoio às famílias e no monitoramento de áreas.

Recepção de alunos

A Fundação Hermínio Ometto (FHO) nesta semana, iniciou atividades em Santa Bárbara d'Oeste com recepção aos alunos dos 11 cursos. A programação contou com palestras e presença do pró-reitor e do prefeito Rafael Piovezan que destacou a importância da chegada da instituição ao município.

Tecnologia prática

A rede municipal de educação de Monte Mor implantou um projeto de tecnologia com laboratórios de fabricação digital, incluindo impressoras 3D e corte a laser. A iniciativa oferece formação contínua, adota a metodologia "aprender fazendo", plataforma digital com desafios, premiações a alunos e intercâmbio para professores.

Áreas regulares

Na semana passada, Morungaba recebeu representantes do Programa Cidade Legal para vistoria de núcleos urbanos informais com potencial de regularização. A ação, ligada ao Governo do Estado de São Paulo, busca garantir segurança jurídica às famílias e avançar no ordenamento urbano do município.

Segurança pública

Nesta quarta (25), Vinhedo sediou a 64ª reunião da Central Regional de Inteligência e Monitoramento, com representantes de 50 municípios, para discutir inovações na segurança pública. O encontro destacou integração regional e desafios, reforçando o protagonismo da cidade, 4ª colocada no ranking Connected Smart Cities.



Suspeito foi preso em condomínio durante ação da Polícia Civil

Operação Argos captura "Chocô" em Hortolândia

Maior fornecedor de drogas da Paraíba foi preso nesta quarta (26)

Da Redação

Jamilton Alves Franco, conhecido como "Chocô", foi preso na manhã desta quinta-feira (26) em um condomínio de alto padrão em Hortolândia. Ele é apontado pela Polícia Civil da Paraíba como líder de um esquema criminoso voltado ao tráfico interestadual de drogas e à ocultação de patrimônio em larga escala.

A captura ocorreu durante a Operação Argos, considerada pelas autoridades como a maior ofensiva já realizada contra o narcotráfico com ramificações na Paraíba. A ação mobilizou mais de 400 policiais civis e resultou no cumprimento de 44 mandados de prisão preventiva e 45 de busca e apreensão, em 13 municípios nos estados da Paraíba, São Paulo, Bahia e Mato Grosso.

Estrutura criminosa

Segundo as investigações, o grupo era altamente organizado e dividido em setores estratégicos: núcleo de gestão, braço operacional e célula financeira. A atuação envolvia o transporte de grandes cargas de entorpecentes entre estados, abastecimento do comércio ilegal em diferentes regiões e um sofisticado sistema de lavagem de dinheiro.

As apurações começaram em 2023, após apreensões expressivas de drogas que geraram prejuízo estimado em mais de R\$ 100 milhões à organização. De

acordo com os investigadores, "Chocô" seria o principal fornecedor de substâncias ilícitas para diversas áreas da Paraíba, além de pontos estratégicos no Sertão de Pernambuco e do Ceará.

O esquema utilizava empresas fictícias, holdings registradas em nome de familiares e contratos formais para mascarar a origem dos valores obtidos ilegalmente. A movimentação financeira do grupo pode ter alcançado cerca de R\$ 500 milhões nos últimos anos, conforme estimativas da polícia.

Bloqueio milionário

No campo patrimonial, a Justiça autorizou o bloqueio de R\$ 104.881.124,34 em contas ligadas a 199 investigados. Também foram determinados o sequestro de 13 imóveis de alto padrão e a apreensão de 40 veículos, entre eles carros esportivos e utilitários empregados na logística do tráfico. O patrimônio retido é avaliado em mais de R\$ 10 milhões.

Para a corporação, a operação desarticulou os três pilares que sustentavam a organização: logística de distribuição, rede de comercialização e engrenagem financeira. A ação reforça, segundo a Polícia Civil paraibana, a estratégia de enfrentamento ao crime organizado, com foco não apenas na repressão ao tráfico, mas também na asfixia econômica das estruturas criminosas que atuam de forma interestadual.

TCE anula contrato de quase R\$ 55 milhões em Valinhos

Julgamento aponta falhas em licitação da iluminação pública

Prefeitura de Valinhos

A Prefeitura de Valinhos informou nesta quinta-feira (26) que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) considerou irregular o contrato firmado na administração da ex-prefeita Capitã Lucimara para a manutenção e ampliação da iluminação pública, serviço que agora passa por um período de transição. A Corte examinou a licitação e o contrato celebrado em 2024 com o Consórcio Luz das Onze, no valor de R\$ 54,9 milhões, e apontou inconsistências que comprometeram a legalidade do processo.

Entre os problemas apontados está a inabilitação indevida de um dos participantes, decorrente de inconsistências no edital. Para o Tribunal, essas falhas comprometeram a legalidade do certame. Com a decisão, o contrato foi considerado nulo.

Decisão Judicial

O julgamento do TCE-SP concluiu que houve irregularidades tanto na condução da concorrência quanto na formalização do contrato. Com isso, o vínculo firmado foi invalidado, exigindo a interrupção do modelo de prestação de serviços que estava em vigor.

A decisão impacta diretamente a continuidade da manutenção da iluminação pública, uma vez que o contrato era o instrumento que garantia a execução regular das atividades de reparo, troca de



Prefeitura prepara nova licitação após anulação de contrato firmado na gestão da ex-prefeita

lâmpadas e melhorias na rede.

O secretário de Obras Públicas, Alexandre Emerson de Oliveira (Deco), ressalta que a Prefeitura está tratando o tema com absoluta prioridade. “É importante esclarecer que essa situação tem origem em falhas ocorridas no processo licitatório conduzido na gestão anterior, conforme apontado pelo próprio Tribunal de Contas. A atual Administração recebeu o contrato já em vigor e, diante da decisão que determinou sua nulidade, precisou agir com rapidez e responsabilidade”.

Alexandre complementa, “lamentamos os transtornos deste período de transição, mas nossas

equipes estão mobilizadas, correndo contra o tempo, para implementar medidas emergenciais e estruturar um novo processo licitatório, com total segurança jurídica e respeito à legislação. Nosso compromisso é garantir a continuidade dos serviços e reduzir ao máximo os impactos para a população”, afirma.

Novo edital

Paralelamente às ações emergenciais, o governo municipal já trabalha na elaboração de um novo edital para contratar novamente o serviço, assegurando conformidade com as exigências legais e maior segurança jurídica.

Canais Suspensos

Com a nulidade do contrato, os serviços de atendimento do 0800888-1838 e do aplicativo Valinhos + Iluminada também foram suspensos. Reclamações ou sugestões sobre o serviço podem ser registradas por meio do 156 ou pelo canal E-ouve, disponível no site oficial da Prefeitura de Valinhos.

A reportagem tentou contactar a ex-prefeita para manifestação, mas até o fechamento desta edição, não obteve retorno. O Correio da Manhã permanece à disposição para eventual posicionamento.

Santa Bárbara investe mais de R\$ 284 mi na Saúde

O Município de Santa Bárbara d'Oeste finalizou 2025 com investimento total de R\$ 284,3 milhões na área da Saúde. Os números, referentes ao período de janeiro a dezembro, foram apresentados na prestação de contas do 3º quadrimestre realizada nesta quarta-feira (25) na Câmara Municipal.

Do total aplicado, R\$ 204,7 milhões são oriundos exclusivamente de receitas próprias, correspondendo a 31,36% do orçamento — índice 16,36% superior ao mínimo constitucional exigido.

Recursos aplicados

Entre as áreas contempladas, a Atenção Especializada concentrou R\$ 94,9 milhões em despesas liquidadas, fortalecendo a realização de consultas, exames e procedimentos de média e alta complexidade.

A rubrica de Saúde Geral registrou R\$ 30,5 milhões em investimentos. Já a Atenção Básica somou R\$ 4,7 milhões, enquanto a Vigilância em Saúde contabilizou R\$ 1,4 milhão. A Assistência Farmacêutica atingiu R\$ 4,5 milhões no acumulado do exercício.

Obras estruturais

O secretário de Saúde de Santa Bárbara d'Oeste, Marcus Pensuti, destacou que 2025 foi marcado por investimentos e responsabilidade na aplicação dos recursos. “Encerramos o ano com mais de R\$ 284 milhões investidos na Saúde, sendo R\$ 204,7 milhões de recursos próprios, muito acima do mínimo previsto por lei. Isso demonstra planejamento, equilíbrio fiscal e, principalmente, prioridade absoluta dada pelo prefeito Rafael Piovezan à Saúde”, afirmou.

O secretário também ressaltou os avanços estruturais, como as obras do Cidade Saúde, do novo CAPS, de duas novas UBSs (Unidades Básicas de Saúde) e a entrega do Ponto de Coleta de Exames no Jardim Boa Vista já em funcionamento. “Estamos ampliando e modernizando a rede, fortalecendo a atenção básica e especializada, e garantindo mais acesso e qualidade no atendimento. Esse é o resultado de uma gestão comprometida com as pessoas e com o futuro da Saúde em Santa Bárbara d'Oeste”, concluiu.

Indaiatuba registra queda nos seus principais indicadores criminais

Prefeitura de Indaiatuba

A Secretaria de Segurança Pública de Indaiatuba registrou queda nos principais indicadores criminais no comparativo entre dezembro de 2024 e dezembro de 2025, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

Queda nos índices

No período, houve queda de 28,57% nos homicídios, diminuição de 13,79% nos furtos e queda de 30,77% nos roubos. Também foi registrada redução nos crimes relacionados a veículos, com queda de 13,37% no furto de veículos e redução expressiva de 54,55% no roubo de veículos. Considerando o total de furtos e roubos de veículos, o município apresentou diminuição de 18,04%.



Os homicídios caíram 28,57% e os roubos reduziram 30,77%

Segundo o secretário Sandro Bezerra Lima, os resultados refletem o trabalho integrado entre Guarda Civil, Polícias Civil e Militar, além de investimentos contínuos em estrutura, inteligência e prevenção. “O acompanhamento

permanente dos indicadores permite direcionar ações mais eficazes e manter o compromisso com a proteção da população, consolidando Indaiatuba como referência nacional em segurança pública”, salienta.

Comparativo histórico

No comparativo entre 2008 e 2025, o município registrou redução de 84,3% nos índices de roubos, queda de 66,7% nos homicídios e diminuição de 85,5% nos registros de roubo e furto de veículos, evidenciando que, mesmo com o crescimento populacional de 48,30% e o aumento da frota de veículos em 135% ao longo do período, os indicadores de criminalidade apresentaram queda significativa.

Mesmo com crescimento populacional de 48,30% e aumento de 135% na frota de veículos ao longo do período, a cidade manteve trajetória de queda na criminalidade, consolidando políticas públicas baseadas em tecnologia, monitoramento inteligente e integração das forças de segurança.

CORREIO DAS REGIÕES

Felipe Romão



A setlist une raízes da black music e tendências atuais

DJ KL Jay apresenta baile de hip-hop no Sesc Sorocaba

O Sesc Sorocaba torna-se palco da cultura urbana neste sábado (28), às 19h, com a presença do lendário DJ KL Jay. Cofundador dos Racionais MC's, o artista comanda as picanas em um baile que celebra a essência do hip-hop e da música de rua brasileira. O setlist, de curadoria refinada, transita entre rap, funk, soul e samba-rock, unindo raízes históricas da black music a tendências contemporâneas. A entrada é franca, mediante retirada de ingressos na unidade (Rua Barão de Piratininga, 555) com uma hora de antecedência. Trata-se de uma oportunidade singular para prestigiar o desempenho de um dos mais expressivos expoentes da discotecagem nacional. A classificação é de 16 anos.

Prioridade no pagamento a doentes

O vereador Diego Costa protocolou a Indicação nº 138/2026, que solicita prioridade no pagamento de licença-prêmio a servidores com dependentes em tratamento oncológico ou doenças graves. O objetivo é oferecer suporte financeiro célere em situações de alta complexidade. Segundo o parlamentar, a medida não cria novos gastos, mas estabelece um critério de justiça e sensibilidade administrativa dentro do orçamento já existente.

Divulgação/Prefeitura de Taubaté



Semana integra comemorações dos 120 anos do Convênio

1ª Semana do Café de Taubaté

Acontece até este domingo, 1º de março, no HITT (Hub de Inovação Tecnológica de Taubaté), a 1ª Semana do Café – Convênio de Taubaté 120 Anos. A programação inclui palestras, workshops, rodas de conversa, oficinas práticas e atividades temáticas relacionadas à cadeia produtiva do café, métodos de preparo, degustação, harmonização e à história do Convênio de Taubaté. As atividades são distribuídas nos períodos da manhã, tarde e noite. A programação detalhada pode ser conferida no site da Prefeitura Municipal de Taubaté.

Capivari registra 100mm em 2h de chuva

Capivari entrou em Estado de Alerta na quinta (26) após chuvas de 100 mm em duas horas. O Rio Capivari subiu para 2,44 metros, causando alagamentos no centro e no bairro Juventus. A prefeitura mobilizou equipes para mudanças e o Ginásio Roldão já abriga sete desabrigados. A orientação é evitar áreas inundadas e buscar rotas alternativas devido ao extravasamento de córregos.

‘Casa Paulista’

O Programa Casa Paulista realizou na quarta-feira (25) a entrega de 241 casas com subsídio estadual no Residencial Portal das Mangueiras, no município de Cravinhos, região de Ribeirão Preto. Deste total, 181 famílias também puderam adquirir seus imóveis com preço abaixo do valor de mercado.

8ª Subestação

Sorocaba inaugurou sua 8ª subestação de energia, a Sorocaba 8-Horto. Com aporte de R\$ 41 milhões da CPFL, a unidade de 40 MVA amplia a capacidade local para 560 MVA. A estrutura beneficiará 30 mil clientes, atendendo bairros como o Jardim Botucatu e o Jardim Orto até o limite com Porto Feliz.

Novo planetário

Foi inaugurado o novo planetário “Observatório Dietrich Schiel”, da USP na cidade de São Carlos. O espaço inicia as atividades com sessões gratuitas aos sábados e domingos, às 15h e 16h. O “Teatro Virtual” oferece imersão astronômica para até 40 pessoas, com retirada de senhas meio hora antes.

‘Pedala Sorocaba’

Sorocaba realizará, neste domingo (1º de março), a primeira edição do “Pedala Sorocaba” em 2026. A concentração dos ciclistas está marcada para 8h30, no Parque das Águas, e a saída, às 9h. Os participantes poderão levar 1kg de alimento não-perecível, que será destino à campanha “A Fome não é Fake!”. É recomendado o uso de capacete.

Mostra artística

Até 28 de fevereiro, o Centro das Artes em Jundiaí sedia a exposição da PNAB, com entrada gratuita. A mostra reúne obras contemporâneas de artistas locais, viabilizadas pela Política Nacional Aldir Blanc. A iniciativa democratiza o acesso à cultura e reforça o acervo público com diversidade e talento.

Encontro botânico

A cidade de Ribeirão Preto sedia, de 28 de fevereiro a 1º de março, o 7º Festival de Orquídeas e Suculentas. Com mais de 10 mil plantas, o evento une exposição e venda de espécies raras, como a Cattleya walkeriana, e opções para iniciantes no cultivo. É o destino certo para colecionadores e amantes da botânica.

Divulgação/Prefeitura de Jundiaí



Município rompeu as fronteiras e recebeu turistas de 39 países

Festa da Uva em Jundiaí tem edição histórica

Evento tradicional movimentou cerca de R\$ 48 milhões neste ano

Da Redação

A 41ª Festa da Uva e 12ª Expo Vinhos de Jundiaí encerrou seu ciclo de 2026 com a consagração definitiva de sua relevância econômica e social. Em reunião realizada pela Secretaria de Agro-negócio, Abastecimento e Turismo (SMAAT), o balanço oficial revelou que esta edição não foi apenas uma celebração cultural, mas a maior da história em volume de negócios, movimentando impressionantes R\$ 48 milhões. Este montante representa um crescimento de 10% em relação ao ano anterior, evidenciando o vigor do agronegócio paulista e a eficiência da gestão municipal em transformar tradição em prosperidade.

O evento serviu como um motor de aceleração para diversos setores. Desde os agricultores familiares até o polo cervejeiro, o impacto foi capilarizado. Segundo a prefeitura, os números de consumo impressionam pela magnitude: foram comercializadas 95 toneladas de frutas e 21 mil garrafas de vinho, além de volumes massivos de gastronomia típica, como as 6 toneladas de polenta e as 25.500 coxinhas que alimentaram o público.

Economia e inclusão

A festa também se destacou pela expansão da economia criativa e do artesanato, que registrou um salto de 24% nas vendas, totalizando mais de 20 mil peças comercializadas. No entanto, o

sucesso financeiro caminhou lado a lado com a responsabilidade social. A estrutura de acessibilidade foi um dos pilares mais elogiados, oferecendo atendimento em Libras para 1.350 visitantes e audiodescrição para quase uma centena de pessoas — um aumento de 95% na oferta desse serviço. A solidariedade manifestou-se na arrecadação de 4 toneladas de alimentos e no leilão beneficente em prol do Fundo Social, reafirmando o caráter comunitário da festividade.

Alcance

Com um público total de 307.849 visitantes, Jundiaí rompeu fronteiras. A cidade recebeu turistas de todos os estados brasileiros e de 39 países diferentes, consolidando-se como uma vitrine global do turismo rural. A logística para receber esse contingente incluiu 689 ônibus de excursão, um crescimento de 9%, enquanto os passeios organizados para vinícolas e propriedades rurais locais atraíram mais de 2 mil pessoas, prolongando a permanência do turista na região e fortalecendo o comércio local.

Com um índice de satisfação de 9,3 e a promessa de retorno de quase 100% dos visitantes, a Prefeitura já iniciou o planejamento para 2027. O objetivo é aprimorar a infraestrutura para que a Festa da Uva continue sendo o símbolo máximo da identidade, da hospitalidade e da força produtiva de Jundiaí para o mundo.

Mudança no brasão de Sorocaba é levada à Procuradoria-Geral

Após denúncia de morador, Ministério Público avaliará mudança nos símbolos locais

A recente modificação no brasão de armas de Sorocaba tornou-se alvo de análise jurídica detalhada. A mudança, oficializada pela Lei Municipal nº 13.418/2026, teve origem em um projeto legislativo aprovado pela Câmara Municipal em dezembro de 2025 e sancionado pelo Executivo no final do mesmo ano. Contudo, o processo agora enfrenta o crivo do Ministério Público (MP) e foi encaminhado ao procurador-geral de Justiça do Estado de São Paulo, autoridade responsável por avaliar se leis municipais respeitam os princípios constitucionais.

Impasse jurídico

A intervenção do órgão fiscalizador ocorreu após a manifestação formal de um cidadão sorocabano. Em sua denúncia, o morador questiona a legitimidade do processo, apontando a falta de uma consulta pública real e efetiva antes que a alteração fosse votada. Embora tenha havido a divulgação de que a população poderia participar por meios digitais em maio de 2025, o denunciante sustenta que essa abertura não ocorreu na prática, privando os residentes de opinarem sobre um símbolo que representa a identidade coletiva da cidade.

Além do aspecto democrático, a queixa toca em pontos históricos. Segundo o documento enviado ao MP, o novo desenho ignora elementos heráldicos consolidados pela tradição local. O morador



Câmara de Sorocaba

Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba defende a nova versão do brasão

alega que a retirada dos unicórnios, figuras presentes na versão anterior, teria atendido a interesses particulares, e não a uma necessidade pública. Diante disso, o pedido inicial buscava a suspensão imediata da lei ou a realização de um referendo para que o povo decidisse o destino do símbolo.

Correções técnicas

Por outro lado, o Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba (IHGGS) defende rigorosamente a nova versão. Para a entidade, o ajuste não foi mera-

mente estético, mas uma correção técnica necessária conforme as regras da heráldica — a ciência que estuda a composição de brasões. Representantes do instituto afirmaram que a proposta nasceu de um anseio popular, foi debatida internamente e recebeu ampla cobertura da mídia, culminando em uma aprovação unânime no Legislativo.

Na versão antiga, o símbolo apresentava três torres e a cor amarela, configuração que, tecnicamente, indicava uma aldeia ou capital, criando uma contradição visual e hierárquica. O padrão cor-

reto para uma cidade do porte de Sorocaba exige cinco torres visíveis (de um total de oito) e a cor prata. Sobre os unicórnios, a remoção é justificada por questões culturais, argumentando que o brasão deve ter conexão direta com a realidade e a história do cidadão local.

Quanto à polêmica sobre a consulta popular, o presidente do instituto, professor Adilson Cesar, argumentou que o rito democrático foi cumprido por meio dos vereadores, que são os representantes eleitos pelo povo. Uma vez que o projeto passou por dois turnos de

votação sem qualquer voto contrário, o entendimento é de que a vontade popular estaria devidamente representada pela Câmara.

A Prefeitura de Sorocaba e o Legislativo municipal também se manifestaram, reforçando a legalidade de todo o processo. Em defesa enviada à Procuradoria-Geral, o Executivo destacou que a legislação brasileira não exige obrigatoriamente uma consulta pública prévia para a alteração de símbolos municipais. Informou ainda que o projeto percorreu todas as etapas legais necessárias, recebendo pareceres jurídicos favoráveis antes de se tornar lei.

Decisão

A Câmara Municipal reiterou que as discussões ocorreram dentro da legalidade e que o tema foi exposto ao debate público. No entanto, o promotor de justiça responsável pelo caso considerou que, como a lei já está em vigor, ele não possui mais a competência para anulá-la diretamente.

O caso foi transferido para a Procuradoria-Geral de Justiça em São Paulo. Caberá agora ao procurador-geral decidir se existem fundamentos para iniciar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça. Segundo as informações, se o pedido avançar, a Justiça Estadual dará a palavra final sobre a permanência do novo brasão ou o retorno dos antigos símbolos históricos de Sorocaba.

Vereador é processado por quebra de decoro em R. Preto

A Câmara Municipal de Ribeirão Preto aprovou, na quarta-feira (25), a abertura de um processo de cassação ao mandato do vereador Lincoln Fernandes (PL). A decisão, apoiada por 20 parlamentares, baseia-se em acusações de quebra de decoro.

O político é suspeito de praticar a “rachadinha”, que consiste em exigir parte dos salários de seus assessores para mantê-los nos cargos. O presidente da Casa e o próprio investigado não participaram da votação, conforme as regras internas.

Em resposta, a defesa do vereador manifestou indignação e repúdio. Segundo as informações, os advogados afirmam que as denúncias são falsas e que buscarão punir os responsáveis por utilizar a estrutura pública para espalhar calúnias.



Thaís Coroadó

Defesa afirma que as denúncias são falsas e buscarão punição

Próximos passos

O Conselho de Ética possui um prazo de 60 dias para concluir os trabalhos. O rito estabelece que, após escolher um relator, o vereador seja notificado oficialmente, tendo 15 dias para apresentar sua defesa por escri-

to. Durante a fase de instrução, o comitê realizará reuniões públicas para colher depoimentos e analisar documentos. Um relatório será submetido ao plenário, onde os demais vereadores decidirão se o caso será arquivado ou se haverá punição.

São Roque recebe museu de microcarros

O município de São Roque acolhe a mostra “O Mundo dos Microcarros”, que apresenta 23 modelos raros fabricados entre 1949 e 1991. De acordo com o Dream Car Museum, o acervo foi reforçado em fevereiro deste ano com 15 veículos vindos de Bento Gonçalves (RS), que se juntaram às oito unidades que já pertenciam ao museu. Essas máquinas, que não ultrapassam três metros de comprimento e possuem motores de até 700 cilindradas, surgiram como alternativas de mobilidade acessíveis na Europa do pós-guerra.

Carros destaques

Entre os destaques da coleção permanente estão o pioneiro japonês Subaru 360, o Crosley Hotshot Convertible dos EUA e o exótico Bond Minicar 250G, de três rodas. A exposição conta ainda com o francês

Biscuter Voisin e o tchecoslovaco Velorex, exemplificando a engenhosidade compacta da época.

Situado na Estrada do Vinho, o centro cultural funciona de quarta-feira a domingo e oferece uma infraestrutura completa. Além da galeria de microcarros, o visitante encontra um museu principal com cerca de 180 veículos antigos, o Museu da Fórmula 1 com réplicas históricas e o Cinecar, focado em automóveis do cinema.

O local dispõe de shopping com 23 lojas, restaurantes, parque infantil e eletropontos. No kartódromo, ocorrem apresentações gratuitas de drift aos finais de semana. Para experiências imersivas, há opções pagas como dirigir ou pegar carona em supercarros. Informações adicionais podem ser consultadas no site oficial.

CORREIO PAULISTA

Divulgação Alesp



Governador pediu ao STF mais 60 dias e pedido foi negado

PSOL pede multa a Tarcísio por descumprir prazo do STF

A gestão de Tarcísio de Freitas descumpriu o prazo fixado pelo Supremo Tribunal Federal para apresentar plano de recomposição do quadro de pesquisadores ambientais e pediu mais tempo. O PSOL solicitou ao ministro Flávio Dino a aplicação de multa. Segundo a petição, o prazo de 30 dias úteis expirou no dia 12 e o material deveria detalhar metas, fases de execução, critérios de reposição e cronograma de concursos públicos. A determinação foi feita em liminar proposta pela deputada federal Luciene Cavalcante, que aponta possível omissão do estado na proteção ambiental. O governo pediu a ampliação do prazo para 60 dias úteis, alegando limites orçamentários, mas o pedido foi negado pelo ministro.

Pesquisadores com quadro reduzido

Dados oficiais indicam que o número de pesquisadores ambientais caiu de 217 para 115 em duas décadas. O governo afirma ter modernizado a estrutura e ampliado projetos no Instituto de Pesquisas Ambientais. Já a Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo aponta sobrecarga de servidores e defende que a proteção ambiental exige presença em campo, apesar dos avanços tecnológicos e das parcerias institucionais.

Divulgação Alesp



Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários

Transporte para vítimas de violência

A Comissão de Segurança Pública da Alesp aprovou projeto que garante transporte policial a mulheres vítimas de agressão ou tentativa de feminicídio após denúncia em delegacia, assegurando proteção imediata. Também avançaram propostas de combate à violência, como apoio psicológico nas DDMs e monitoramento eletrônico de agressores. O colegiado ainda aprovou multa para porte e consumo de drogas em locais públicos e a criação de cadastro estadual de voluntários para emergências. As propostas seguem para o Plenário.

Incluir alunos com altas habilidades

A Frente Parlamentar em Defesa da Inclusão Escolar da Alesp debateu a inclusão de alunos com altas habilidades. A reunião tratou do diagnóstico, da formação de professores e da falta de lei estadual específica. Especialistas alertaram para dificuldades no SUS, elitização do diagnóstico e ausência de políticas estruturadas, defendendo centros regionais, apoio docente e ações efetivas.

Endividados

Levantamento do Procon-SP aponta que 39,7% dos apostadores se endividaram em apostas on-line. A pesquisa, respondida por 2.724 consumidores, mostra que o perfil predominante é masculino (61,8%), de até 44 anos (82,5%) e renda de até dois salários mínimos. Também houve aumento no gasto mensal.

Endividados II

Entre os que relataram endividamento, predominam mulheres (53,9%), de até 30 anos (44,7%) e renda de até dois salários mínimos. O relatório também analisa influência da publicidade, ofertas em redes sociais, valor gasto, comprometimento da renda e problemas enfrentados nas plataformas de apostas.

R\$ 9,5 mi do FID

O Governo de São Paulo liberou R\$ 9,5 milhões do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos para 12 municípios. Os recursos serão aplicados em mobilidade urbana, drenagem, infraestrutura ambiental, requalificação de espaços públicos e implantação de equipamentos de lazer e cultura.

R\$ 9,5 mi do FID II

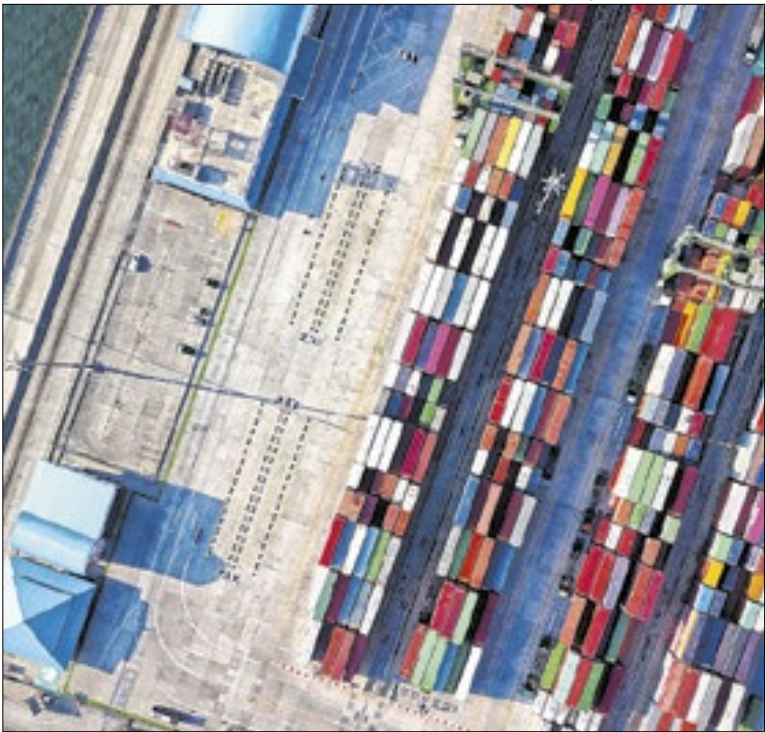
Criado para financiar projetos ligados à proteção do meio ambiente, do patrimônio público e da qualidade de vida, o FID transforma valores de condenações judiciais e acordos em ações concretas nos municípios. Nesta etapa, os investimentos priorizam mobilidade ativa, sustentabilidade urbana e ampliação de áreas de convivência.

Lei do Descongela

Deputados da Alesp discutiram, na tribuna, a aplicação da Lei do Descongela em São Paulo, que retoma a contagem de tempo de serviço suspensa na pandemia, e o PL Antifacção aprovado na Câmara. Também foram abordadas questões salariais do magistério e manifestações de policiais.

Banco de Talentos

A Educação de SP está com inscrições abertas para o Banco de Talentos da Educação Profissional, voltado a profissionais interessados em atuar como docentes nos Itinerários de Formação Técnica Profissional do Ensino Médio da rede estadual. A iniciativa tem objetivo ampliar o cadastro de profissionais.



Participação do agro nas exportações totais chegou a 40,9%

Estado lidera exportações do setor agro brasileiro

São Paulo inicia ano de 2026 com superávit de US\$ 1,31 bilhão

Por Redação

Os números da balança comercial confirmam a relevância paulista no setor agropecuário brasileiro e mundial. Em janeiro, o setor registrou superávit de US\$ 1,31 bilhão, resultado de US\$ 1,84 bilhão em exportações frente a US\$ 530 milhões em importações. O desempenho posiciona São Paulo como o maior exportador do agro brasileiro, responsável por 17,1% dos embarques do setor no país.

Segundo o secretário de Agricultura e Abastecimento, Geraldo Melo Filho, a liderança é resultado de eficiência, tecnologia, diversidade produtiva e investimento contínuo em inovação e boas práticas ambientais.

Mesmo com área territorial inferior à de outros grandes estados agrícolas, São Paulo lidera o ranking nacional, à frente de Mato Grosso (16,7%) e Minas Gerais (11,5%). A participação do agro nas exportações totais do estado chegou a 40,9% em janeiro, enquanto as importações do setor representaram 8% do total estadual.

Produtos exportados

O complexo sucroalcooleiro respondeu por 25,3% do total exportado (US\$ 465,32 milhões), com predominância do açúcar. Produtos florestais representaram 18,8% (US\$ 346,90 milhões), com destaque para

celulose e papel. O setor de carnes participou com 16,6% (US\$ 305,81 milhões), principalmente carne bovina.

Sucos responderam por 8,9% (US\$ 163,86 milhões), majoritariamente suco de laranja. O café teve 7,2% de participação (US\$ 132,50 milhões), com predominância do café verde. Esses cinco grupos concentraram 76,8% das exportações do agro paulista. O complexo soja registrou 2,7% do total (US\$ 49,96 milhões), com expectativa de crescimento a partir do início da colheita.

Na comparação com o mesmo período do ano passado, cresceram as vendas de produtos florestais (+22,8%), carnes (+11,6%) e soja (+7,2%). Houve queda nos grupos sucroalcooleiro (-25%), café (-20,4%) e sucos (-53,1%), reflexo de oscilações de preços e volumes exportados.

Principais destinos

A China foi o principal destino das exportações, com 21,9% de participação, seguida pela União Europeia (18,1%) e Estados Unidos (8,1%).

No cenário nacional, São Paulo lidera as exportações do agronegócio, com 17,1% dos embarques brasileiros. A análise da balança comercial é elaborada mensalmente por técnicos da Apta e do Instituto de Economia Agrícola (IEA-Apta), vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo.

Rede estadual de ensino médio de SP tem queda de 17% de alunos

Recuo em SP é 2,5 vezes o registrado na média das redes estaduais de todo o país

Por Isabela Palhares e Paulo Saldaña (FolhaPress)

São Paulo foi o estado que registrou a maior queda de matrículas no ensino médio no ano passado. O recuo registrado nas escolas estaduais paulistas é 2,5 vezes o registrado na média das redes estaduais de todo o país, segundo o Censo Escolar de 2025.

O levantamento foi divulgado na manhã desta quinta-feira (26) pelo MEC (Ministério da Educação). Os dados, que trazem o panorama da educação brasileira, são de responsabilidade do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), ligado à pasta.

As redes estaduais são responsáveis por 82% das matrículas do ensino médio no país. Em 2025, elas tiveram uma queda de 6,62% no número de estudantes em relação ao ano anterior.

Em 2024, as redes estaduais tinham 6.475.182 estudantes matriculados. Esse número caiu para 6.046.720 no ano passado as escolas estaduais perderam quase meio milhão de alunos em apenas um ano (428.462).

A rede estadual paulista foi a que registrou percentualmente e em números absolutos a maior queda de matrículas, de 17%. O estado governado por Tarcísio de Freitas (Republicanos) tinha 1.514.428 alunos no ensino médio em 2024. O número caiu



Divulgação/Governo de SP

As redes estaduais são responsáveis por 82% das matrículas do ensino médio no Brasil todo

para 1.257.489 no ano passado. Uma perda de 256.939 matrículas na etapa.

Já as escolas particulares do estado de São Paulo tiveram um aumento de 2,46% de matrículas nesse período. Em 2024, elas tinham 301.555 estudantes no ensino médio e o número subiu para 308.999 em 2025.

Não foram disponibilizadas informações mais robustas que permitam explicar o fenômeno, como taxas de abandono, reprovação e aprovação. Especialistas apontam que a forte redução

pode estar relacionada a fatores como dificuldades de permanência na escola, necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho e desinteresse pela etapa. A ausência de crescimento na EJA reforça a preocupação com jovens que deixam os estudos e não retornam ao sistema. Os dados, entretanto, indicam uma possível evasão ou abandono de estudos, sobretudo entre estudantes com menos de 18 anos.

Segundo o Censo Escolar, a rede estadual de São Paulo teve uma queda de 217.080 alunos

de 15 a 17 anos. Também houve uma redução de 33.498 matrículas entre aqueles com 18 a 20 anos, no mesmo período.

Entre os estudantes com mais de 20 anos, o número de matrículas caiu quase pela metade. Em 2024, as escolas estaduais tinham 3.850 estudantes acima dessa idade cursando o ensino médio. Em 2025, eram apenas 1.958.

Não houve, no entanto, aumento de matrículas na EJA (Educação de Jovens e Adultos), modalidade para aqueles que não tiveram o direito de estudar na

idade adequada.

Em 2024, 101.632 alunos estavam matriculados nas turmas dessa modalidade nas escolas paulistas. Esse número caiu para 82.530, em 2025 redução de 18,8%.

Mais uma vez o Brasil atingiu o menor patamar de matrículas de EJA desde o início da série histórica, em 1996. Eram 2.391.319 milhões de jovens e adultos matriculados nessa modalidade em 2024, mas houve recuo para 2.252.069, em 2025.

Conforme mostrou a Folha de S.Paulo, Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais são os estados com o maior número de municípios que não oferecem nenhuma vaga de EJA. Juntos, eles têm mais de 1,9 milhão de analfabetos com mais de 15 anos o que representa mais de um quinto de toda a população nessa condição no país.

O Paraná, governado por Ratinho Júnior (PSD) foi o estado com a segunda maior redução de matrículas no ensino médio, com queda de 8,65%. O que significa 30.194 matrículas a menos entre 2024 e 2025. Rio Grande do Sul também teve queda de 6,99%, com a perda de 18.531 matrículas.

Apenas Goiás, Amapá e Distrito Federal registraram pequenas variações positivas no número de alunos matriculados no ensino médio.

Governo de SP devolve cerca de 300 celulares recuperados

Divulgação/Governo de SP

O Governo de São Paulo iniciou a devolução de cerca de 300 celulares recuperados em ações policiais no estado. A iniciativa integra o programa SP Mobile, criado em 2025 para reforçar o combate a furtos e roubos de aparelhos. A entrega ocorre na capital, região metropolitana e interior paulista.

O sistema cruza dados de boletins de ocorrência com informações das operadoras para identificar celulares com registro de crime que foram reativados. A partir do monitoramento, a Polícia Civil notifica os usuários e realiza diligências para apreensão e devolução dos dispositivos. Em alguns casos, os aparelhos haviam sido comprados sem que o novo portador soubesse da origem ilícita. Desde junho do ano passado, mais de 6,6 mil pessoas foram chamadas a prestar escla-



Polícia Civil orienta que vítimas registrem boletim de ocorrência

recimentos.

Desde o início do programa, mais de 21 mil celulares foram recuperados em todo o estado e cerca de 6,5 mil devolvidos às vítimas. Também foram registradas 880 devoluções voluntárias, quando os próprios portadores

procuraram a delegacia.

Segundo a Secretaria da Segurança Pública, houve redução de 6% nos roubos e furtos de celulares em 2025, com 16 mil ocorrências a menos que em 2024. No Carnaval, a queda chegou a 21,9% no estado.

Empresa responsável pela Shopee é multada

A Fundação Procon-SP autuou a empresa SHPS Tecnologia e Serviços Ltda, responsável pela plataforma Shopee, por diversas infrações ao Código de Defesa do Consumidor. A multa foi calculada em R\$ 14.118.847,44.

O Procon-SP reforça que plataformas digitais de intermediação de vendas integram a cadeia de fornecimento e, portanto, respondem solidariamente por falhas na prestação de serviços, inclusive em situações que envolvem vendedores parceiros, atrasos na entrega, cancelamentos unilaterais e dificuldades na devolução de valores pagos pelos consumidores.

Infrações previstas

Além da apuração de reclamações registradas junto ao órgão e de cláusulas consi-

deradas abusivas nos Termos de Serviço da plataforma, a empresa deixou de disponibilizar em seu site informações essenciais de contato, como endereço físico, CNPJ e canais adequados de atendimento, descumprindo o Código de Defesa do Consumidor e o decreto federal que regulamenta o comércio eletrônico.

A multa aplicada é calculada com base em informações oficiais da empresa, incluindo perfil de faturamento, porte econômico, reincidência e gravidade das infrações constatadas. A empresa tem direito à ampla defesa. Consumidores que enfrentarem dificuldades ao adquirir produtos no site podem formalizar reclamação no Procon-SP (www.procon.sp.gov.br) ou procurar o órgão de defesa do consumidor de sua cidade.

Pablo Jacob/Governo de SP

SP realiza leilão do Novo Centro Administrativo com PPP

Projeto de R\$ 6 bilhões vai centralizar órgãos estaduais e revitalizar o centro de São Paulo

Por Ana Laura Gonzalez

O Governo do Estado de São Paulo realizou, nesta quinta-feira (26), na sede da Bolsa de Valores (B3), o leilão da parceria público-privada (PPP) do Novo Centro Administrativo. O consórcio ME-Z-RZK Novo Centro venceu a disputa, apresentando proposta de desconto de 9,62% sobre a contraprestação pública mensal máxima, fixada em R\$ 76,6 milhões. O Consórcio Acciona-Construcap ofertou desconto de 5%, não superando a oferta vencedora.

O projeto prevê investimentos estimados em R\$ 6 bilhões na construção de sete edifícios e dez torres na região dos Campos Elíseos, área central da capital paulista. O complexo abrigará o gabinete do governador, secretarias e órgãos estaduais, atualmente distribuídos em mais de 40 endereços. A iniciativa tem como objetivos centralizar a administração pública, reduzir custos operacionais e impulsionar a

requalificação urbana, preservando o patrimônio histórico e ampliando os serviços à população.

A nova estrutura terá capacidade para cerca de 22 mil servidores e contará com teatro, auditórios, salas multiuso, áreas de convivência e outros espaços voltados ao atendimento público. Entre as intervenções urbanísticas previstas estão a restauração de 17 imóveis tombados, ampliação de mais de 40% das áreas verdes do Parque Princesa Isabel, criação de 25 mil m² para comércio e serviços, e a construção de um novo terminal de ônibus, com o objetivo de aprimorar a mobilidade urbana no centro da capital.

Os prédios do Novo Centro terão certificação internacional LEED Gold, que atesta padrões elevados de sustentabilidade, eficiência energética e qualidade ambiental. Durante a fase de obras, estima-se a geração de 38 mil empregos diretos e indiretos, enquanto, após a conclusão, o projeto deve proporcionar cerca de 2,8 mil pos-

tos formais no comércio e serviços da região em questão.

Segundo o secretário de Projetos Estratégicos do Estado, Guilherme Afif Domingos, o projeto busca reorganizar a administração pública e recuperar o papel central da região histórica da cidade. “Nos unimos em torno de um projeto que visa atenção à população e valorização do centro de São Paulo”, afirmou. O secretário de Parcerias em Investimentos, Rafael Benini, destacou que a PPP permitirá que a concessionária opere e mantenha o complexo por 30 anos, incluindo serviços de limpeza, segurança e conservação, com pagamentos vinculados ao desempenho, garantindo sustentabilidade financeira ao Estado de São Paulo.

O consórcio vencedor será responsável pela operação do complexo durante o período da concessão. Felipe Mahana, diretor da M4 Infraestrutura, empresa integrante do consórcio, afirmou que a prioridade será implementar o projeto de for-

ma rápida, com atenção à qualidade e eficiência. O processo de licitação contou com amplo apoio técnico da Companhia Paulista de Parcerias e incluiu consulta pública, duas audiências em fevereiro de 2025 com mais de 80 manifestações e 268 contribuições, todas analisadas e incorporadas à modelagem final.

O projeto arquitetônico foi selecionado via concurso nacional promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento São Paulo (IAB), que registrou recorde de inscrições. O escritório Ópera Quatro Arquitetura será responsável pelos projetos básico e executivo. A escolha buscou aliar inovação, funcionalidade e respeito ao contexto urbano e histórico do centro da capital.

Pesquisas realizadas pelo Instituto Datafolha indicam que a mudança do Centro Administrativo tem aprovação significativa da população. Entre moradores e trabalhadores da região central, 83% acreditam que haverá aumento da

segurança, 80% esperam melhorias na limpeza urbana, 74% projetam aumento na oferta de empregos, 70% estimam maior atração turística e 55% consideram que as condições de moradia vão melhorar. Entre a população em geral, 64% avaliam a mudança como ótima ou boa, e 77% esperam condições de segurança mais adequadas. Entre 79% e 84% dos entrevistados consideram que o projeto trará mais benefícios do que prejuízos a moradores, comerciantes e trabalhadores.

O governo paulista afirma que o Novo Centro Administrativo combina eficiência administrativa, sustentabilidade financeira e requalificação urbana, promovendo investimentos de impacto socioeconômico e melhorando a infraestrutura pública. A iniciativa também é considerada estratégica para reorganizar estruturas, otimizar equipes e qualificar o atendimento ao cidadão, oferecendo um modelo de gestão centralizado e moderno no coração da capital.



O governador Tarcísio de Freitas bate o martelo no leilão da PPP do Novo Centro Administrativo

Baixada Santista integra PLI-SP 2050 e recebe planejamento logístico estadual

A Baixada Santista, responsável por R\$ 79 bilhões do PIB paulista, passou a integrar o eixo de decisões que definirão a infraestrutura de transporte do Estado até 2050. Em Santos, o Governo do Estado de São Paulo apresentou os estudos do PLI-SP 2050, plano voltado a transformar desafios históricos de mobilidade e logística em projetos estruturados, com ênfase em novos ramais ferroviários e na integração entre modais.

O PLI-SP 2050 orienta investimentos públicos e privados a partir de uma visão de longo prazo, priorizando a intermodalidade entre rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos. Na Baixada Santista, a proposta busca qualificar a conexão entre o planalto e o litoral, tornar mais eficiente o escoamento de cargas e facilitar o acesso ao porto. En-

tre os estudos em andamento estão novos trechos ferroviários com potencial logístico, capazes de reduzir a dependência do transporte rodoviário, ampliar a capacidade de movimentação de cargas e incentivar um modelo mais limpo e sustentável. As análises ainda estão em fase de diagnóstico e devem embasar futuras decisões de investimento.

O encontro reuniu representantes do poder público, setor produtivo, especialistas e sociedade civil na Região Metropolitana da Baixada Santista — formada por Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente — com cerca de 1,8 milhão de habitantes. A agenda integra o ciclo de escuta regional do PLI-SP 2050, consolidando um planejamento estruturado para orientar investimen-



Encontro reuniu representantes de diversos setores

tos com visão de longo prazo.

Diferentemente de regiões industriais, a Baixada possui economia voltada ao setor de serviços, impulsionada pelo Porto de Santos, cadeias logísticas, comércio e turis-

mo. Segundo informações, esse perfil exige soluções que garantam fluidez nos transportes, previsibilidade operacional e desenvolvimento sustentável em um território urbano e ambientalmente sensível.

O plano já passou por seis regiões do Estado — de Registro a São José do Rio Preto — abrangendo cerca de 20 milhões de paulistas. O PLI-SP 2050 consolida dados e contribuições regionais em diretrizes estratégicas, alinhando investimentos às vocações e desafios locais dentro de uma visão sistêmica.

O diagnóstico confirma o peso estratégico da Baixada: o setor de serviços responde por 57,7% dos empregos formais, acima da média estadual. Santos lidera a geração de postos de trabalho, com 222 mil empregos formais, destacando-se na relação emprego por habitante. Ao mesmo tempo, os estudos apontam desafios como congestionamentos, limitações de mobilidade e pressão sobre a infraestrutura urbana, reforçando a necessidade de planejamento integrado.

Divulgação/Governo de SP

CORREIO PAULISTANO

Douglas Ferreira | REDE CÂMARA SP



Comandante do 8º DN, Marco Antônio Linhares Soares

Câmara Municipal recebe comandante da Marinha

Com o objetivo de estreitar os laços institucionais com a Marinha do Brasil, a Câmara Municipal de São Paulo recebeu a visita do comandante do 8º Distrito Naval, Marco Antônio Linhares Soares. Ele é responsável pelas operações estratégicas nos Estados de São Paulo e Paraná. O vice-almirante foi recebido pelo presidente em exercício da Câmara, vereador João Jorge (MDB). Entre os assuntos, a importância de SP na questão hidroviária. Soares quis saber do AquáticoSP, sistema de transporte público hidroviário, inaugurado em 2024 e que, neste mês, alcançou a marca de 1 milhão de passageiros transportados. O trajeto pela represa Billings, que antes levava mais de 1 hora por terra, agora leva cerca de 17 minutos.

Centro Cultural Vila Itororó

A Prefeitura de São Paulo traz o festival “Eles e Elas - SerTão DiVerso”, nesta sexta (27) e sábado (28), das 13h às 20h, para o Centro Cultural Vila Itororó, com forró, repente, embolada e outros ritmos típicos do nordeste. Também terão intérpretes de libras, audiodescrição e abafadores de ruído. A programação inicia com forrozeirada às 13h e finaliza com a DJ Pankará, na sexta (27), e com o DJ Hudson, no sábado (28). Serão 10 atrações musicais.

Richard Lourenço / REDE CÂMARA SP



Movimento ‘Cruzada pela Anistia’ lançado em maio de 25

Anistia para os presos de 2023

A Câmara Municipal de São Paulo recebeu na terça-feira (24/2) autoridades e estudiosos para debater a concessão de anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro de 2023. À época, os prédios dos Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), em Brasília, foram invadidos em protesto às eleições para presidente. A iniciativa para realizar o evento sobre esse tema é da vereadora Sonaira Fernandes (PL). O movimento ‘Cruzada pela Anistia’ foi lançado em maio de 2025 pelo advogado Cláudio Caivano, que atua em processos relacionados ao tema.

Transformação do grafite na capital

Com obras que evidenciam a ascensão do graffiti e do muralismo e valorizam a identidade preta, a Prefeitura de São Paulo apresenta a exposição “Mostra Picadilha”, na Chácara Lane, na Consolação, região central da cidade. A programação ocorre de 28 de fevereiro a 31 de maio, das 13h às 16h, e marca a celebração dos 25 anos de trajetória na arte urbana de Thiago Consp, do graffiti paulistano.

Aluna mestre I

Aos 11 anos, a estudante Ana Júlia Cândido Vieira, da rede municipal de ensino da cidade de São Paulo, conquistou o título de mestre nacional de xadrez. Ela começou a praticar o esporte aos 8, após conhecer o jogo em sala de aula, no Jardim Ângela, durante um dia de chuva que cancelou a educação física.

Aluna mestre II

Em 2025, Ana Júlia venceu o Paulista Juvenil Sub-20. A aluna treina até seis horas por dia e soma títulos municipais e estaduais. Além disso, ela já figura no ranking da Federação Internacional de Xadrez. Ana Júlia afirma que pretende disputar novamente o título do Campeonato Municipal neste ano de 2026.

Metrô demite I

Um funcionário do Metrô foi desligado após se recusar a prestar atendimento a uma passageira que relatou ter sido vítima de assédio sexual na estação Sé, no Centro da capital. O episódio ocorreu na quarta-feira (25), em um trem da Linha 3-Vermelha. Após o ocorrido dentro da composição, a mulher desembarcou.

Metrô demite II

Ela procurou ajuda de um empregado da companhia. Além de não oferecer suporte, o trabalhador teria atribuído à vítima a responsabilidade pelo crime, mencionando a vestimenta utilizada por ela. O Metrô disse que outros funcionários fizeram o acolhimento da passageira. A empresa comunicou que a mulher não quis registrar B.O.

Ossada Billings I

Uma ossada humana foi encontrada nesta terça-feira (24) em uma área de vegetação na Rua Marginal Três, no bairro Jardim Apurá, nas proximidades da Represa Billings, na Zona Sul da capital paulista. A identidade não foi confirmada. Equipes da GCM realizavam patrulhamento na região quando foram acionadas.

Ossada Billings II

A moradora que comunicou as autoridades informou ter percebido um forte odor vindo de um trecho de mata próximo à via. Ao verificarem o local indicado, os agentes localizaram restos mortais enterrados em uma cova rasa. A área foi isolada para preservar possíveis evidências até a chegada da perícia técnica.



Nove propostas seguem agora para sanção do Executivo

Câmara de São Paulo aprova 16 projetos de lei

Propostas incluem datas no calendário oficial da capital

Da Redação

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou, nesta quarta-feira (25), 16 projetos de lei de autoria parlamentar. Parte das propostas inclui a criação de novas datas no calendário oficial de eventos da capital. Nove matérias foram aprovadas em segunda e definitiva votação e seguem agora para análise e eventual sanção do Executivo.

Os textos tratam de temas diversos, como incentivo ao esporte, ações na área da saúde, valorização de profissionais da educação e iniciativas de conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA). A sessão foi conduzida pelo presidente em exercício da Casa, vereador João Jorge (MDB).

Entre os projetos destacados durante a votação está o PL 307/2025, de autoria do vereador André Santos (Republicanos), que propõe a inclusão da “Semana de Combate ao Feminicídio – Vitória Regina de Souza” no calendário municipal. Durante a discussão, parlamentares ressaltaram a importância de ampliar o debate sobre a violência contra as mulheres e de envolver toda a sociedade nas ações de enfrentamento ao problema.

Encerrada a fase de votações, vereadores utilizaram a tribuna do Plenário 1º de Maio para manifestações durante o período destinado aos comunicados de lideranças, com até cinco minutos para cada inscrito.

A vereadora Janaina Paschoal (PP) comentou a situação de obras

de revitalização na região da Liberdade, área central da cidade. Segundo ela, o ritmo dos trabalhos estaria abaixo do esperado, o que poderia comprometer o cumprimento do prazo previsto para conclusão.

Já o vereador Eliseu Gabriel (PSB) abordou a discussão sobre o traçado de uma futura linha de transporte que deve ligar a estação Santa Marina, na zona oeste, ao município de Santo André, no ABC Paulista. Ele afirmou que há incertezas quanto ao percurso definitivo e mencionou a possibilidade de mudanças em relação ao projeto inicial, especialmente no trecho que envolveria bairros como Vila Beatriz e Vila Madalena. O parlamentar também levantou questionamentos sobre a integração com outras linhas e eventuais impactos urbanísticos.

O vereador João Ananias (PT) tratou dos danos provocados pelas chuvas recentes na zona sul, principalmente no Capão Redondo. Falou de problemas estruturais em imóveis atingidos e defendeu maior investimento público em prevenção a enchentes, retirada de famílias de áreas de risco e ampliação de soluções de drenagem urbana.

Por fim, a vereadora Renata Falzoni (PSB) comentou a proposta de instalação de um novo polo comercial na antiga Serraria da Praça Burle Marx, no Parque Ibirapuera. Segundo ela, o projeto prevê a ampliação da estrutura para abrigar estabelecimentos como academia e restaurantes. A parlamentar questionou o impacto da medida na região.

Demissão na SPTuris envolve contratos de R\$ 239 milhões

Secretário-adjunto deixa cargo após apuração sobre empresa ligada a ex-sócia

Rovena Rosa/Agência Brasil

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), exonerou na noite de quarta-feira (25) o secretário-adjunto de Turismo, Rodolfo Marinho, após o avanço de apuração sobre contratos firmados entre a São Paulo Turismo (SPTuris) e uma empresa registrada em nome de uma ex-sócia do então auxiliar da pasta. A administração municipal também anunciou mudanças na direção da estatal responsável pela promoção de eventos na capital.

Para o comando da SPTuris, foi indicado o subprefeito da Sé, Coronel Salles, em substituição a Gustavo Pires. As trocas ocorreram após a abertura de investigação para examinar a regularidade de contratos celebrados entre a empresa MM Quarter Produções e Eventos e a estatal municipal.

A apuração do caso está sob responsabilidade da Controladoria Geral do Município (CGM), que instaurou procedimento a partir de determinação do prefeito. O objetivo é verificar eventuais irregularidades na contratação de serviços voltados à organização e execução de eventos promovidos na cidade.

A empresa MM Quarter Produções e Eventos está registrada em nome de Nathalia Carolina da Silva Souza. Ela foi sócia minoritária de Rodolfo Marinho em outra empresa do setor de comunicação, a Legiscom Publicidade e Consultoria Ltda.



Prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), fez a exoneração na noite de quarta-feira (25)

Na sociedade anterior, Nathalia detinha 1% de participação. A empresa prestou serviços eleitorais em campanhas municipais e federais nos últimos anos.

Além da sociedade empresarial, Nathalia e Marinho também atuaram juntos em 2017 no gabinete do então deputado estadual Rodrigo Moraes (PL), na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). Posteriormente, Marinho foi indicado para integrar a Secretaria Municipal de Turismo na gestão atual.

Dados levantados indicam

que, desde 2022, a MM Quarter firmou ao menos 24 contratos com a SPTuris. Somados, os valores ultrapassam R\$ 239 milhões ao longo de quatro anos. Os serviços contratados abrangem planejamento, organização e execução de eventos promovidos ou apoiados pelo município.

Entre os contratos vigentes está o de prestação de serviços de guias bilíngues para atendimento a turistas durante o carnaval de rua da capital. Esse acordo específico prevê investimento de R\$ 9,4 milhões. A estatal é responsá-

vel por coordenar parte das ações relacionadas ao calendário oficial de eventos da cidade, incluindo festas populares e iniciativas de promoção turística.

De acordo com informações disponíveis nos registros públicos, os contratos passaram a ter valores mais elevados após a mudança societária da empresa e a nomeação de Marinho para o cargo na Secretaria de Turismo. A investigação busca esclarecer se houve conflito de interesses ou favorecimento indevido nas contratações.

Em manifestação pública, a MM Quarter afirmou que as informações divulgadas não correspondem aos fatos e que atua de forma regular nos processos licitatórios e contratuais dos quais participa. A empresa sustenta que cumpre as exigências legais previstas na legislação.

A Prefeitura informou que a apuração será conduzida com rigor e que eventuais responsabilidades serão analisadas ao término dos trabalhos da Controladoria. Até o momento, não há conclusão formal sobre irregularidades, e o procedimento segue em andamento.

SPTuris

A SPTuris é uma empresa de economia mista vinculada à administração municipal, responsável pela organização de eventos e pela promoção do turismo na cidade. O caso ocorre em meio ao calendário de grandes atividades culturais e festas previstas para este ano, o que amplia a atenção sobre os contratos firmados pela estatal.

Prefeitura de SP

Com a exoneração do secretário-adjunto e a substituição na presidência da empresa, a Prefeitura da cidade de São Paulo afirma buscar garantir transparência e continuidade administrativa enquanto a investigação é realizada.

GCM auxilia parto dentro de viatura na Zona Leste de SP

Reprodução/Freepik

Uma equipe da Guarda Civil Metropolitana auxiliou uma mulher em trabalho de parto a dar à luz dentro de uma viatura na noite de terça-feira (24), na Zona Leste da capital paulista. O nascimento ocorreu enquanto a gestante era levada a uma unidade de saúde da região.

De acordo com informações da corporação, os agentes realizavam patrulhamento pela Avenida José Higino Neves, no Jardim São Paulo, quando encontraram a mulher com sinais avançados de trabalho de parto. Ela estava em frente a um imóvel desocupado e em situação considerada vulnerável.

Diante da urgência, os guardas colocaram a gestante na viatura e iniciaram o deslocamento até o Hospital Geral de Guaianases. Durante o trajeto, perceberam que o parto era iminente e prestaram o atendimento necessário dentro do próprio veículo.



O bebê, um menino, nasceu antes de chegar ao hospital

O bebê, um menino, nasceu pouco antes da chegada à unidade hospitalar. Ao chegar ao hospital, mãe e recém-nascido foram encaminhados para atendimento médico e permaneceram sob cuidados da equipe de saúde. A Guarda Civil informa que seus agentes recebem

treinamento para lidar com diferentes tipos de ocorrências, incluindo situações emergenciais de saúde. A orientação, é conduzir a gestante ao hospital mais próximo, mas as equipes também são capacitadas para agir quando o parto ocorre antes da chegada aos hospitais.

CPI Pantanal ouve Cetesb e cita Fundação

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Jardim Pantanal, instalada na Câmara de SP para apurar as enchentes recorrentes na zona leste da capital, realizou nesta quinta-feira (26) a oitava de representantes da Cetesb. Durante a reunião, também foram aprovados requerimentos, entre eles a convocação de integrantes da Fundação Florestal.

Os assistentes executivos da Cetesb apresentaram as atribuições do órgão e explicaram que a companhia atua principalmente no licenciamento ambiental e na fiscalização de intervenções na Área de Proteção Ambiental da Várzea do Rio Tietê. Segundo relataram, o órgão pode colaborar tecnicamente com a comissão, oferecendo informações sobre processos de licenciamento e eventuais autorizações para obras.

Durante o encontro, foram discutidas alternativas para redu-

zir os impactos das cheias. Entre as medidas mencionadas estão soluções baseadas na natureza, como os chamados parques esponja, projetados para ampliar a permeabilidade do solo, reter a água da chuva e diminuir alagamentos.

Parlamentares também citaram a necessidade de avaliar possíveis interferências externas no fluxo hídrico, incluindo intervenções realizadas em municípios vizinhos, além dos efeitos da poluição ao longo do curso do Tietê. Representantes da Cetesb informaram que ainda não há dados consolidados sobre eventual contaminação no Jardim Pantanal.

Na mesma sessão, foram aprovados três requerimentos na CPI: a realização de estudo epidemiológico nas unidades de saúde que atendem a região; e a convocação da Fundação Florestal para tratar do Plano de Manejo da APA da Várzea do Rio Tietê.

CORREIO GRANDE SP

Nico Rodrigues/Câmara de Guarulhos



Projeto elaborado a partir das demandas e reclamações

Câmara de Guarulhos aprova propostas sobre crise climática

Dois projetos de lei foram analisados durante a reunião da Comissão Permanente de Meio Ambiente, da Câmara Municipal, realizada na tarde desta quarta-feira (25). Ambas as medidas, elaboradas por parlamentares da Casa, receberam pareceres favoráveis. O PL 70/2025, de Edmilson Souza (PSOL), propõe a criação do Programa de Enfrentamento à Crise e Emergência Climática nas unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino da cidade de Guarulhos. Presidente da Comissão e autor da iniciativa, o vereador explicou que a medida busca promover a adequação das salas de aula por meio da climatização dos ambientes, com o objetivo de torná-los mais apropriados ao processo de ensino e aprendizagem.

Impacto direto no ambiente escolar

Segundo Edmilson, o projeto foi elaborado a partir das demandas e reclamações recebidas em seu gabinete sobre o calor excessivo nas escolas. “O calor extremo que está acontecendo no mundo inteiro, por conta das questões climáticas, tem impacto direto no ambiente escolar, onde fica muito mais difícil de se lecionar, pois tira a concentração e causa mal-estar”, disse Edmilson. Ele informou que a Comissão apresentará uma Emenda.

Divulgação/Câmara de Osasco



Osasco investiu 22,8% do orçamento do exercício de 2025

Osasco amplia gasto em saúde

A cidade de Osasco destinou 22,8% do orçamento de 2025 para a saúde pública. Isso equivalente a R\$ 1,2 bilhão, percentual acima do mínimo constitucional de 15%. A aplicação dos recursos foi apresentada em audiência pública na Câmara Municipal da cidade de Osasco e resultou em 1,9 milhão de consultas médicas, 460 mil exames de imagem e 1,4 milhão de atendimentos de urgência e emergência. Segundo os dados divulgados no relatório, 692 mil moradores foram atendidos ao longo do ano, o que representa mais de 90% da população.

Índice de faltas ficou em 21%

O índice de faltas em consultas médicas ficou em 21%. O número é abaixo de registrado em anos anteriores. Também foram realizados 2,3 milhões de procedimentos especializados, além de 787 mil atendimentos na rede de atenção básica. Ao todo, Recursos municipais, estaduais, federais e emendas parlamentares compuseram o orçamento municipal da área da saúde.

Carapicuíba I

Com a publicação no Diário Oficial de Carapicuíba, sobre a regulamentação do regime de escala de trabalho de 12x36 horas na Administração Pública, a vereadora Vanessa Maia (PSDB) está defendendo os servidores concursados com jornada de 30 horas semanais para que a nova legislação não os prejudique.

Carapicuíba II

Por meio de uma indicação, apresentada essa semana na Câmara, Vanessa sugere que a adesão ao novo regime de trabalho seja voluntária e formalizada por escrito, além de estabelecer compensação financeira pelas folgas. Outro ponto é sobre a redução objetiva de seus dias de descanso em relação à jornada.

Mogi das Cruzes I

A Câmara de Mogi das Cruzes promoveu, na manhã desta quarta-feira (25), uma audiência pública de prestação de contas referente ao 3º quadrimestre de 2025. O encontro cumpre uma exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal e apresentou os números oficiais da Prefeitura, do Serviço Municipal de Águas e Esgotos

Mogi das Cruzes II

O balanço apresentado pelo secretário municipal de Finanças e Orçamento, Robson Senzali, mostra que a Prefeitura arrecadou R\$ 2,31 bilhões em receitas ao longo do ano de 2025. Do valor arrecadado diretamente pelo município, os impostos que mais geraram recursos foram o Imposto Sobre Serviços (ISSQN), com R\$ 275,8 milhões.

São Bernardo I

Uma funcionária de 22 anos foi morta pelo ex-namorado enquanto trabalhava em uma joalheria da rede Vivara no Shopping Golden Square, em São Bernardo do Campo, na noite de quarta-feira. Segundo a Polícia Civil, o homem invadiu a loja, a atacou com uma faca no pescoço e a manteve sob ameaça.

São Bernardo II

Com a chegada da Polícia Militar da cidade, o criminoso foi baleado, socorrido e permaneceu internado sob escolta até o fechamento desta edição. O caso é investigado como feminicídio. As investigações apontam que o suspeito não aceitava o fim do relacionamento, que teria durado cerca de seis anos



Operações resultaram em prisões e apreensões de peças

Grande SP tem combate a desmanche e quadrilha

Ações ocorreram na região do ABC e na Grande São Paulo

Da Redação

A Polícia Civil de SP realizou duas ações distintas nesta semana para combater crimes patrimoniais na Região Metropolitana. As operações resultaram em prisões, apreensões de peças de veículos e no cumprimento de mandados judiciais contra suspeitos de integrar organização criminosa especializada em roubos a residências.

Desmanche clandestino no ABC

Na quarta-feira (25), equipes da Delegacia Especializada em Investigações Criminais (Deic) de São Bernardo do Campo localizaram um desmanche ilegal que funcionava em um galpão na cidade de São Bernardo do Campo, no ABC Paulista. A ação iniciou-se após denúncia sobre o uso do imóvel para desmontagem de veículos roubados.

Durante monitoramento, os policiais observaram a entrada de um automóvel no local e realizaram a abordagem. No interior do galpão, foram encontradas diversas peças automotivas. Ao todo, foram apreendidos 16 motores e 10 câmbios de motocicletas, além de portas, capôs, para-choques e outros componentes estruturais e mecânicos.

Após verificação das numerações identificadoras, parte do material foi relacionada a registros de roubos e furtos ocorridos em cidades do ABC, do litoral

paulista e também na capital. Três homens, de 24, 29 e 32 anos, foram presos em flagrante por receptação e adulteração de sinal identificador de veículo automotor. A ocorrência foi formalizada na própria Deic do município.

Operação contra roubos a residências

Já na quinta-feira (26), a Polícia deflagrou a Operação Domus que desarticulou uma associação criminosa armada investigada por roubos a residências no interior paulista. Segundo as apurações, o grupo saía da região metropolitana para cometer os crimes em cidades do interior.

A ação mobilizou 49 policiais civis e 14 viaturas para o cumprimento de sete mandados de prisão temporária e oito de busca e apreensão. As ordens judiciais foram executadas nas cidades de São Paulo, Embu das Artes e Taboão da Serra, na Grande SP, em imóveis apontados como bases operacionais e logísticas dos investigados.

Até o fechamento desta edição, quatro mandados de prisão temporária foram cumpridos, sendo três contra homens de 18, 27 e 31 anos e um contra uma mulher de 32 anos. A investigação é conduzida pela Delegacia de Polícia de Tupi Paulista e aponta que o grupo atuava de forma coordenada, utilizando armas para intimidar moradores e subtrair bens de alto valor, como joias, relógios e dinheiro.

Santo André inicia projetos com R\$ 470 mil do Fumgesan

Iniciativas do poder público visam enfrentamento das mudanças climáticas

A Secretaria de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas de Santo André assinou na última terça-feira (24) os termos de parceria para o início de três projetos ambientais financiados pelo Fumgesan (Fundo Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental). O investimento total é de R\$ 470 mil, distribuído entre duas iniciativas da sociedade civil e uma do poder público, todas voltadas ao tema “Enfrentamento e adaptação às mudanças climáticas”.

Os projetos terão duração de 12 meses, com início previsto ainda neste semestre. As propostas selecionadas da sociedade civil são “Um aquecedor solar em cada lar”, da Instituição Sociedade do Sol, e “Educação climática comunitária: potencialidades e fragilidades de comunidades andreenses”, apresentada pelo MDDE (Movimento de Defesa dos Direitos dos Moradores de Favelas de Santo André). Do poder público, será implementado o projeto “Monitoramento da qualidade do ar - Miniestação e drone Térmico - ProAr”, desenvolvido pelo Departamento de Gestão Ambiental do Semasa (Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André).

Durante a assinatura, realizada na sede do Semasa durante a reunião ordinária do Comugesan (Conselho Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental), o prefeito Gilvan Ferreira destacou a importância das ações. “Santo André está fazendo sua parte no



Reunião de assinatura dos projetos ambientais do Fumgesan em Santo André

enfrentamento às mudanças climáticas, com ações concretas que beneficiam diretamente a população. Estamos investindo em inovação, justiça climática e qualidade de vida, tornando nossa cidade mais resiliente e preparada para o futuro”, afirmou o governante.

O secretário de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Edinilson Ferreira dos Santos, ressaltou o papel do Fumgesan na execução das iniciativas. “A assinatura destes termos marca mais uma frente de atuação de Santo André no enfrentamento dos desafios climáti-

cos globais com soluções locais. O Fumgesan cumpre seu papel fundamental de transformar recursos de multas ambientais em investimentos diretos para a cidade. São projetos que unem tecnologia e participação social, garantindo que nossa rede de proteção ambiental seja cada vez mais moderna e eficiente”, disse o secretário.

O projeto “Um aquecedor solar em cada lar” visa produzir um documentário ambiental integrado ao Mutirão Solar. A iniciativa combina educação ambiental, capacitação técnica e a instalação

de 50 aquecedores solares em residências populares do segundo subdistrito, selecionadas por critérios de equidade social. A execução será custeada parcialmente pela instituição proponente e utiliza a tecnologia social “Aquecedor Solar Brasileiro”.

A segunda iniciativa, do MDDE, atuará nas comunidades Eucaliptos e Búfalos, com foco na justiça climática. A metodologia participativa prevê capacitação de moradores para a criação de biomapas e planos de gestão de risco, além da implementação de Solu-

ções Baseadas na Natureza, como jardins de chuva. O projeto pretende consolidar a governança comunitária e produzir um guia prático que possa ser replicado em outros territórios.

O projeto público “Monitoramento da qualidade do ar - Miniestação e drone Térmico - ProAr” prevê a instalação de uma estação móvel de medição da qualidade do ar, associada a um drone termal. Os equipamentos serão usados na fiscalização de fontes de poluição, identificação de ilhas de calor e emissão de alertas municipais. A ação amplia o ProAr, que atualmente realiza inspeções para combater a emissão de fumaça preta por veículos a diesel na cidade.

O Fumgesan foi criado pela Lei Municipal n.º 7.733/98 e concentra recursos destinados a projetos de interesse ambiental. A gestão é realizada pelo Comugesan, com apoio de um grupo gestor, e os recursos aplicados provêm majoritariamente de multas e infrações ambientais. As ações de destino são definidas por meio do Plano Anual de Aplicação e dos editais de seleção de projetos. Desde 2014, o fundo já financiou 14 iniciativas ambientais em Santo André.

A expectativa da Prefeitura é que os projetos gerem impactos diretos na adaptação às mudanças climáticas, na educação ambiental e na melhoria da qualidade de vida da população, fortalecendo a participação social e a inovação.

Evento incentiva adoção responsável em Mauá

Quem procura um animal de estimação poderá participar do Evento de Adoção de Pets neste sábado (28), a partir das 10h, no estacionamento com saída para a avenida Rosa Fioravante, no Mauá Plaza Shopping, localizado na avenida Governador Mário Covas, 01. A iniciativa é promovida pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Mauá, em parceria com o shopping e o Instituto Penta.

Desde 2021, a Secretaria realizou mais de 40 ações semelhantes, contabilizando 275 cães e 239 gatos encaminhados para novos lares. Segundo a administração municipal, os animais disponibilizados para adoção são entregues vacinados, vermifugados e microchipados. O microchip reúne informações como identificação



Cães e gatos disponíveis para adoção em ação promovida

do tutor, histórico de vacinação e endereço. Os pets também são castrados. No caso de filhotes com menos de seis meses, a castração é garantida pela organização responsável após o período adequado.

Atualmente, os animais que

aguardam adoção estão abrigados no AME Adoções, que mantém canil e gatil na rua das Camélias, 248, no bairro Sertãozinho. A orientação é que os interessados apresentem documento pessoal e comprovante de residência.

Diadema abre 6 mil vagas em oficinas

A Prefeitura de Diadema abre, a partir desta sexta-feira (27), inscrições para 6 mil vagas em 117 oficinas culturais gratuitas oferecidas pelo município. O cadastro deverá ser feito exclusivamente pela internet, por meio de formulário eletrônico. As inscrições serão encerradas conforme o preenchimento das vagas, incluindo as remanescentes.

As atividades contemplam diferentes linguagens artísticas e culturais, como cerâmica, fotografia, desenho, pintura, artesanato, moda, mangá, criação de games, bordado, danças diversas, circo, capoeira, braille, libras, literatura, música e teatro, entre outras. Há opções destinadas a públicos de várias faixas etárias, de crianças a partir de 3 anos até pessoas com 60 anos ou mais, conforme critérios específicos de cada oficina.

As aulas terão início em 23 de março e seguem até novembro. Mais de 90 arte-educadores que já atuam na cidade serão responsáveis pelas atividades. As formações ocorrerão de forma descentralizada, em 13 centros culturais e bibliotecas distribuídos pelo município.

Não há pré-requisitos para participar, mas os interessados devem observar a idade mínima ou máxima exigida em cada modalidade. De acordo com a Secretaria Municipal de Cultura, a iniciativa busca ampliar o acesso à formação artística e fortalecer a produção cultural local. Informações adicionais sobre locais e horários podem ser obtidas pelo telefone e WhatsApp (11) 4072-9324. A programação completa também será divulgada nos canais oficiais da Secretaria de Cultura nas redes sociais.

Uma mudança na jornada de trabalho que não ocorre há quase quatro décadas pode voltar ao centro do debate nacional ainda neste semestre. Se aprovada, a redução da carga semanal pode atingir diretamente até 76 milhões de trabalhadores brasileiros, e, segundo pesquisadores da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), gerar até 4,5 milhões de novos empregos no país. A última alteração desse porte aconteceu em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, quando a jornada legal caiu de 48 para 44 horas semanais. Agora, o Congresso discute novas mudanças que podem transformar novamente a rotina de milhões de pessoas. Caso a redução seja para 40 horas semanais, na escala 5x2, como defendem setores do Congresso, a medida afetaria cerca de 45 milhões de trabalhadores. Já uma proposta mais ampla em tramitação proíbe a escala 6x1 (um dia de descanso para seis de trabalho) e a substitui pela 4x3 (quatro dias de trabalho e três de folga), atingindo diretamente 76 milhões de pessoas.

A redução da jornada de trabalho de 44 para 36 horas semanais resultaria na criação de até 4,5 milhões de novos empregos e elevaria em cerca de 4% os níveis de produtividade no Brasil. Essas projeções constam de um levantamento realizado pela economista Marilane Teixeira, pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) do Instituto de Economia (IE) da Unicamp, e que integra um diagnóstico feito por especialistas para medir os impactos da medida na economia e no país. Chamado de “Dossiê 6x1”, o documento conclui que o Brasil “está pronto para trabalhar menos”, contrariando projeções do mercado segundo as quais a mudança poderia provocar queda no produto interno bruto (PIB) e agravar os níveis de insolvência das empresas. O estudo rebate, ainda, a ideia de que o brasileiro trabalha menos que a média mundial. O dossiê é composto por 37 artigos, escritos por 63 autores, entre professores, pesquisadores, membros do Judiciário, auditores fiscais do Trabalho e representantes sindicais. Também participaram da elaboração 18 pareceristas. O material está sendo publicado semanalmente de forma simultânea em 19 sites, incluindo o do IE. Realizado por pesquisadores do Cesit com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estudo mostra que aproximadamente 21 milhões de trabalhadores do país cumprem jornada superior às 44 horas semanais previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Indica também que 76,3% das pessoas ocupadas no Brasil têm jornadas superiores a 40 horas semanais, sendo que 58,7% de todos os empregados trabalham entre 40 e 44 horas semanais. Para

Uma mudança na jornada de trabalho que não ocorre há quase quatro décadas pode voltar ao centro do debate nacional ainda neste semestre



Redução da jornada pode criar 4,5 milhões de empregos

Projeções são de pesquisadora do Instituto de Economia da Unicamp

José Cruz/Agência Brasil



Se aprovada, redução da carga semanal pode atingir até 76 milhões de trabalhadores

a especialista, essas são evidências de que o brasileiro está entre os que mais trabalham no mundo.

Marilane Teixeira lembra que existem nichos de trabalhadores, em áreas como a educação, saúde, serviço público e indústria, com jornadas inferiores a 44 horas semanais, mas faz uma ressalva: “Não é desse contingente que estamos falando. Existe uma parcela de 18% da força de trabalho que faz entre 45 horas e 49 horas semanais, ou 58,7% que fazem entre 40 e 44. Se a redução já é possível em vários segmentos, por que no comércio e serviços ela não pode ocorrer?”, questiona a professora. O diagnóstico feito pela economista mostra, ainda, que cerca de 4,5 milhões de pessoas estão na chamada subocupação. “Elas gostariam de trabalhar mais, mas não encontram vaga de emprego”, diz. “Além disso, temos um nível de informalidade muito alto, que, em geral, ultrapassa em muito as 44 horas. Há, ainda, os casos de horas extras. A partir das reformas trabalhistas de 2017, abriu-se a possibilidade de pagamento de horas extras com banco de horas, e não em remuneração”, lembra. “Esse argumento de que o Brasil já trabalha pouco, definitivamente, não serve”, afirma a economista.

Fernando Molica

Tabelinha milícia e política

No julgamento dos acusados de mandar matar a vereadora Marielle Franco, o advogado Cleber exagerou ao afirmar que todos os políticos do Rio já pediram voto para traficantes ou milicianos, mas sua fala deve ser vista como um alerta. A tabelinha com o crime é algo que foi naturalizado na política fluminense.

As ligações de seu cliente, o ex-deputado Chiquinho Brazão, com grupos milicianos são antigas, o Supremo Tribunal Federal apenas respaldou o que tudo mundo sabia. Ele e o irmão Domingos, também condenado, usavam a política para legitimar atividades criminosas.

Em 2023, o prefeito Eduardo Paes (PSD) nomeou Chiquinho secretário de Ação Comunitária — Domingos já era investigado por envolvimento no caso Marielle. Para o prefeito, o novo auxiliar era “um cara correto”.

Ao nomear Chiquinho, Paes afirmou que atendia a uma indicação do então prefeito de Belford Roxo, Waguinho, e reproduzia no nível local uma aliança sacramentada pelo presidente Lula.

Em 2015, Domingos, indicado pelo então governador Pezão para o Tribunal de Contas do Estado, foi eleito para a vaga com votos de 61 dos 66 deputados presentes à sessão da Assembleia Legislativa.

Também condenado pelo STF por participação no assassinato de Marielle e do motorista Anderson Gomes, o major da PM Ronald Paulo Alves Pereira recebeu, em 2004, moção de louvor da Alerj proposta pelo então deputado Flávio Bolsonaro.

O hoje senador justificou a homenagem pelos “importantes serviços prestados ao Estado do Rio de Janeiro”. Três meses antes, o oficial da PM

participara da chacina que matou quatro jovens que saíam de uma casa noturna na Baixada Fluminense.

Em 2019, Pereira seria preso, acusado de ser miliciano, integrante da mesma quadrilha de Adriano Magalhães da Nóbrega, que, em 2005, recebeu, na cadeia, a Medalha Tiradentes das mãos de Flávio, hoje pré-candidato à Presidência. A mãe e a ex-mulher de Adriano, que seria assassinado em 2020, foram funcionárias do deputado na Alerj.

O legislativo fluminense coleciona casos de ligações de parlamentares com o crime. Em setembro passado, o deputado TH Joias (MDB) foi preso, acusado de fornecer armas para o Comando Vermelho. Três meses depois foi a vez de o presidente da Alerj, Rodrigo Bacellar (União) ser levado pela polícia, suspeito de cumplicidade com o TH. Bacellar era um nome forte para a disputa do governo do Estado.

As ligações com o tráfico e a milícia não obedecem a um padrão. Há casos, como os dos irmãos Brazão, em que integram uma milícia. Outros políticos estabelecem relações de parceria, permanentes ou temporárias, que incluem a concessão de vantagens em troca de votos.

As relações são dinâmicas e variadas, mas são possíveis graças a uma tolerância de poderes públicos e da própria sociedade. O discurso de combate sem tréguas à criminalidade é desculpa e passaporte para políticas de extermínio executadas por criminosos muito mais poderosos que suas vítimas. A tolerância e o estímulo ao comportamento miliciano são uma forma de suicídio da sociedade, que assim se torna cúmplice do crime que tanto diz querer combater.

Tales Faria

PT abre negociações com Kassab

O presidente nacional do PT, Edinho Silva, resolveu aproveitar o distanciamento entre o PL do ex-presidente Jair Bolsonaro e os partidos de centro para atrair o apoio dessas legendas à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O presidente do União Brasil, Antonio Rueda, confidenciou a aliados que o próprio Edinho Silva lhe contou já estar conversando também com o presidente do PSD, Gilberto Kassab.

As negociações do PL para formação das chapas de direita nos estados têm atrapalhado e “deixado sequelas” na relação dos bolsonaristas com os partidos de centro, segundo disse à coluna o presidente nacional do PP, senador Ciro Nogueira (PI).

Ciro tem protestado contra o rompimento do acordo em Santa Catarina. O PL lançou Carlos, o filho Zero-Dois de Bolsonaro, como candidato ao Senado. Desalojou o senador Esperidião Amin. Em Brasília, o PL derrubou a candidatura ao Senado do governador Ibaneis Rocha (MDB).

O próprio Edinho Silva confirmou à coluna que está “tendo conversas com Kassab”. Há no PT quem defenda um convite ao presidente do PSD para figurar como vice na chapa de Lula. Não são conversas simples, já que o PSD tem três pré-candidatos a presidente da República: os governadores Ratinho Junior (Paraná), Ronaldo Caiado (Goiás) e Eduardo Leite (Rio Grande do Sul).

Além disso, o PSB já declarou que não abre mão do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, como vice na chapa de Lula. No PT, afirma-se que Alckmin seria um forte candidato ao Senado contra os bolsonaristas em São Paulo. A chapa teria o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), concorrendo a governador e Simone Tebet, ao Senado.

Tebet disse que seu futuro depende do presidente Lula. Ela estuda transferir-se do MDB para o PSB e mudar seu domicílio eleitoral para São Paulo.

A dificuldade para Lula seria convencer Alckmin a desistir da vice e Haddad, a disputar contra o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Quanto a Gilberto Kassab, o que se diz, tanto no PT como no PSD, é que ele sempre quis ser vice de Lula. Numa aliança formal com o PT contra Bolsonaro, não seria impossível atrair o apoio de Ratinho e Eduardo Leite. Caiado ficaria neutro.

Em favor da aproximação entre PSD e PT tem a irritação de Kassab com o fato de o PL e o candidato do partido à Presidência, senador Flávio Bolsonaro (RJ), criticarem nos bastidores a indicação do vice-governador Felício Ramuth (PSD) para permanecer como vice na chapa de Tarcísio.

Os caciques do PSD em boa parte dos estados já estão aliados ao PT para as eleições de outubro. Naqueles em que se aproximam do PL estão irritados com as tentativas da família Bolsonaro de montar chapas puro-sangue. Essas articulações, antes restritas aos bastidores, se tornaram públicas com o vazamento de uma listagem preparada pelo comando nacional do PL, sob o título “Situação nos estados”, que contém anotações do próprio Flávio Bolsonaro, com a estratégia da família para enfraquecer os aliados nas alianças estaduais.

Além de Ramuth em São Paulo, Flávio criticou a escolha, em Minas Gerais, do vice-governador, Mateus Simões, que é do PSD, para candidato da direita ao governo do estado. “Ele me puxa para baixo” escreveu de próprio punho o filho de Jair Bolsonaro.

Segundo caciques do Centrão, o bolsonarismo é que está puxando os aliados para fora.

Celeste Leite dos Santos*

Criança de 12 anos “casada” com homem de 35: a normalização da pedofilia num Brasil que não protege suas vítimas

O Brasil voltou a se confrontar com uma sensação coletiva de ruptura quando se difundiu, nas plataformas digitais e na Imprensa, há poucos dias, a notícia de absolvição de um homem acusado de estupro de vulnerável num processo envolvendo uma criança de 12 anos, em Indianópolis, cidade do estado de Minas Gerais. Sem reconstituir o caso — o que só seria responsável fazer por meio de acesso direto ao acórdão e às provas —, a reação social revela ponto jurídico importante: ainda há decisões e narrativas que, explícita ou implicitamente, deslocam a lente do comportamento do adulto para a conduta da vítima, como se a criança devesse “explicar” a violência.

E, aqui, a discussão sobre a aprovação de um Estatuto da Vítima no Brasil ganha densidade. O País já reconhece, na Constituição Federal e em leis esparsas, direitos e garantias de vítimas e de testemunhas. Porém, ainda carece de um marco unitário, pedagógico e vinculante, capaz de consolidar deveres estatais, informação, acolhimento, proteção, participação e prevenção à revitimização ao longo de toda a persecução penal.

No plano normativo, a proteção sexual de crianças em solo nacional é inequívoca. Como exemplo, temos o artigo 217-A do Código Penal, que tipifica o estupro de vulnerável, ao estabelecer que, abaixo de 14 anos, há suscetibilidade que impede o reconhecimento de consentimento válido. Tal escolha legislativa é técnica e constitucionalmente orientada; é parte da assimetria de poder, do desenvolvimento biopsicossocial, e do risco estrutural de exploração.

A fratura aparece ainda mais flagrantemente em casos desta natureza quando palavras como “iniciativa”, “maturidade”, “vivência” ou “sexualização precoce” — expressões que circulam no senso comum e, por vezes, contaminam a linguagem institucional — passam a operar como chave interpretativa em peças legais. Ora, o risco jurídico é duplo. Primeiro, porque reintroduz, por via oblíqua, um consentimento infantil que a legislação em vigência deliberadamente afasta. Segundo, porque reativa estereótipos culpabilizantes que transferem para a criança o peso da justificativa e, indiretamente, da responsabilidade pelo o que aconteceu ou acontece - criminalmente.

No âmbito penal, a Justiça

não pode operar como máquina de desgaste da vítima, sobretudo quando ela é criança. Discutir um Estatuto da Vítima em nosso País, portanto, não é endurecer o ordenamento jurídico, nem enfraquecer garantias do acusado. É reconhecer que a qualidade democrática do processo também se mede pela capacidade de proteger a dignidade de quem sofreu violência, de evitar perguntas e enquadramentos que culpabilizam e constroem, e de garantir que a prova seja produzida com técnica, humanidade e rastreabilidade.

Em crimes sexuais contra crianças, isso significa investigação especializada, perícias, redes de proteção acionadas desde o primeiro atendimento e linguagem judicial que não flerte com a normalização do abuso.

Se o caso da garota de 12 anos “casada” com homem de 35 servir para alguma virada de chave em nossa nação, que seja a de reafirmar, com a Carta Magna, o Código Penal e tratados afins, que, a vulnerabilidade infantil é um limite jurídico e um compromisso civilizatório, e que a vítima — especialmente quando é criança — não pode ser tratada como ré da própria história. Graças ao controle social, houve, há poucas horas, alteração do acórdão que absolvía o acusado e a mãe da vítima - que foi omissa.

A aprovação de um Estatuto da Vítima no Brasil, a exemplo do que já ocorreu em nações desenvolvidas, desde que bem desenhado e integrado às salvaguardas já existentes, é um passo decisivo para transformar indignação em política pública, com mais proteção, menos revitimização, e mais confiança social no sistema de Justiça.

***Promotora de Justiça em Último Grau do Colégio Recursal do Ministério Público de São Paulo; doutora em Direito Civil, pela Universidade de São Paulo; mestre em Direito Penal, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; presidente do Instituto Brasileiro de Atenção Integral à Vítima; idealizadora do Estatuto da Vítima, da Lei de Importunação Sexual, e da Lei Distrital de Acolhimento de Vítimas, Análise e Resolução de Conflitos; e coordenadora científica da Revista Internacional de Vitimologia e Justiça Restaurativa**

CORREIO POLÍTICO

Andressa Anhoete/Agência Senado



Acesso restrito à principal entrada do Congresso

O Congresso não é mais a “Casa do Povo”

Há não muito tempo, havia uma loja de souvenirs em uma sala em frente à Chapelaria do Congresso. A loja era um sinal claro para os eventuais visitantes. Demonstrava o quanto naquele tempo a Câmara e o Senado os considerava bem-vindos. Tão bem-vindos que eles poderiam completar a sua experiência comprando ali uma lembrança da visita. A partir do dia 23 de março, porém, visitantes não terão mais acesso à Chapelaria. Não mais poderão entrar no Congresso por ali. Só poderão entrar pelos anexos tanto da Câmara quanto no Senado. Veículos de aplicativo e táxis não credenciados também não poderão desembarcar ali. Ou seja, o “povo” não será mais bem-vindo na principal entrada da “Casa do Povo”.

Mais um passo de distanciamento

A justificativa oficial da mudança é “organizar melhor o fluxo”, “garantir a segurança” e “agilizar o deslocamento”. Bem, o Congresso tem 513 deputados e 81 senadores desde a Constituição de 1988. Portanto, é difícil imaginar por que isso só teria se tornado um problema 38 anos depois. Na verdade, parece mais um passo em direção ao claro distanciamento que vai se verificando entre o Parlamento e os cidadãos que ele representa.

Vínicius Loures/Câmara dos Deputados



Votações com o plenário vazio: cada vez mais comuns

Temores aumentaram no 8 de janeiro

Na verdade, os temores com a segurança aumentaram muito no Congresso após os atentados do dia 8 de janeiro. O Congresso chegou mesmo a fazer um projeto de guarita intermediária entre a rampa e a entrada na Chapelaria, mas o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) não permitiu. Então, os parlamentares resolveram partir agora para essa restrição. Entre os temores que hoje ali atrapalham o sono dos parlamentares estaria o risco de alguém parar um carro-bomba ali embaixo.

Paradoxo

Mas esse medo soa como um tremendo paradoxo no momento em que boa parte do mesmo Congresso insiste que deveria haver anistia para quem participou dos atentados. Em algum momento, o Congresso terá de analisar o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto que propõe redução de penas pelos atos antidemocráticos. Se nada foi grave, então, qual é o medo?

POR
RUDOLFO LAGO

Inversão

Quando recebeu o pedido de impeachment do então presidente Fernando Collor, o então presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PM-DB-RS), cunhou uma frase que marcou o momento: “Quando o povo quer, esta Casa acaba querendo”. Alguns processos podem estar invertendo essa frase.

Sem eleitor

O ex-juiz eleitoral e criador da Lei da Ficha Limpa, Márlon Reis, bate na tecla que o modelo brasileiro de voto proporcional com lista fechado unido ao poder de destinação orçamentária criou uma situação na qual os partidos hoje sabem quem será eleito em cada estado, com margem mínima de erro.

Congresso quer

Um processo que, assim, elimina na prática o eleitor do processo. Ele vota somente para legitimar uma eleição decidida por outros meios. É daí a possível inversão da frase de Ibsen: “O que o Congresso quer, o povo acaba querendo”. Ou no mínimo acaba perdido no complicado sistema de voto.

Dispensa

Um processo que dispensa o povo se reflete em um processo que dispensa a sua presença. Mais e mais, sessões da Câmara têm acontecido virando a madrugada e com baixíssima presença de fato de deputados no plenário, a partir da possibilidade das sessões híbridas com votação virtual no processo estabelecido na pandemia.

Crise

Tudo isso é parte da crise que hoje envolve o sistema de representação da democracia. Um processo que não acontece somente no Brasil. Que tem a ver com a velocidade do mundo real e com a forma como ele produz frustrações. Frustrações que geram revolta. Revolta aproveitada pelos radicais.

Responsabilidade

Mas se alguém pode eventualmente querer desaguar suas frustrações estacionando um carro-bomba na Chapelaria, o Congresso não tem responsabilidade nesse clima de revolta? Seja quando instiga, seja quando passa pano? A solução é distanciar o cidadão mais e mais dos seus representantes?



Por ser PEC, proposta exige quórum qualificado

Fim da escala 6X1 tem chances de ser aprovada?

Analistas divergem sobre a possibilidade de mudança

Por Gabriela Gallo

Em ano eleitoral, um dos principais assuntos de interesse do governo é aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que determina o fim da escala de trabalho 6X1, que consiste em seis dias de trabalho e um dia de descanso.

Para além do governo, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), tem se manifestado favorável à medida, incentivando o debate para aprovar a PEC e encerrar o modelo de jornada de trabalho ainda neste ano.

Contudo, o posicionamento do parlamentar não está sendo bem avaliado por seus aliados do campo conservador. Também nesta quinta-feira, o presidente do Republicanos, partido de Hugo Motta, o deputado Marcos Pereira (SP), se manifestou contrário ao fim da escala 6X1, e disse que “o ócio demais faz mal”. Em entrevista a Folha de São Paulo, Marcos Pereira avalia que, em relação à demanda popular de mais tempo de lazer, a proposta é ineficiente considerando o baixo poder aquisitivo da população.

“O lazer é importante para a saúde mental. Mas a população vai fazer lazer onde? O povo não tem dinheiro, infelizmente”, afirmou o parlamentar.

Ao Correio da Manhã, a especialista em Relações Governamentais e Legislativo da BMJ

Consultores Associados Gabriela Santana considera que a PEC tem chances de ser aprovada ainda neste ano. “Pensando no momento da janela de oportunidade, estamos no período pré-eleitoral. É uma agenda extremamente eleitoreira e é muito difícil a oposição se colocar totalmente contra porque vai também contra o eleitorado deles”, avaliou Gabriela.

Já o advogado especialista em direito trabalhista Cid de Camargo Júnior, que também é sócio do escritório Murayama, Affonso Ferreira e Mota Advogados, considerou como um avanço institucional Hugo Motta ter encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Contudo, para o advogado, “não há no texto qualquer previsão sobre chances de aprovação ainda neste ano”.

“O que pode ser inferido é que o processo está em fase inicial de análise e exige diálogo amplo com diferentes setores”, explicou Júnior para a reportagem.

Na mesma linha, o professor do curso de Relações Internacionais e cientista político Adriano Cerqueira também considera que as chances da PEC ser votada e aprovada ainda em 2026 são baixas. Ele pondera que o processo de aprovação da PEC (que necessita de uma mobilização de 3/5 em dois turnos, na Câmara e no Senado, para ser aprovado) dificulta a aprovação.

Sigilo de Lulinha termina em socos na CPMI do INSS

Sessão marcada por muita confusão expõe tensão política em ano eleitoral

Por Beatriz Matos

A manhã desta quinta-feira (26) no Congresso Nacional foi marcada por empurra-empurra, troca de socos e acusações de fraude durante a sessão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS.

O estopim foi a aprovação, em bloco, de 87 requerimentos — entre eles, a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Também foram aprovadas várias outras convocações, como a do ex-deputado federal André Luis Dantas Ferreira, o André Moura; da empresária Danielle Miranda Fontelles e de Gustavo Marques Gaspar, ex-assessor do senador Weverton Rocha (PDT-MA), entre outros.

STF também aprovou

O episódio ganha contornos ainda mais simbólicos porque, naquele momento, a quebra de sigilo já havia sido autorizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão do ministro André Mendonça. Em janeiro, Mendonça atendeu a pedido da Polícia Federal (PF) e autorizou a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telemático de Lulinha no âmbito da investigação sobre o esquema de descontos associativos ilegais que lesou aposentados e pensionistas.

Para o advogado e professor de direito constitucional Rafael Durand, o caso representa um teste institucional. “À luz do direito constitucional, o fortalecimento das instituições passa pelo princípio republicano de que ninguém está acima da lei, nem mesmo quem é filho do presidente.”

O clima institucional segue quente também em outro flanco sensível: o entorno do ministro Dias Toffoli. Em mais uma decisão, André Mendonça concedeu aos irmãos de Toffoli o mesmo direito já assegurado ao banqueiro André Vitorcaro, do Banco Master, de comparecerem à comissão apenas se quiserem.

No caso do filho do presidente Lula ele é obrigado a comparecer, a não ser que consiga no STF uma decisão que o libere de prestar depoimento. Até o momento, não há decisão que lhe conceda o benefício.



Parlamentares foram às vias de fato na comissão

Votação tumultuada

A deliberação ocorreu de forma simbólica, na chamada votação “em globo”. Parlamentares contrários deveriam se manifestar ficando de pé. O presidente da CPMI, senador Carlos Viana (Podemos-MG), proclamou a vitória da oposição e declarou aprovados os requerimentos.

Governistas contestaram a proclamação do resultado e disseram que houve erro de contagem na votação simbólica — aquela em que a divergência se mede “no olho”, por quem permanece de pé. Na hora da votação, governistas disseram que 14 de seus parlamentares votaram contra a quebra do sigilo, mas o presidente da CPMI contabilizou sete votos e deu por aprovada a quebra de sigilo bancário e fiscal de Lulinha.

Para o deputado Paulo Pimenta (PT-RS), Carlos Viana registrou um placar que não refletia o plenário: “O presidente proclamou um resultado diferente do quórum daquilo que estava acontecendo. O presidente fraudou”. Viana negou qualquer irregularidade e tratou a reação como inconformismo da base: “O que vale é o voto. No voto, o governo perdeu. Não houve manobra”.

O embate verbal rapidamente evoluiu para confronto físico. O deputado Rogério Corrêa (PT-MG) se envolveu em troca de agressões com o deputado Evair de Melo (PP-ES) e acabou atingindo o deputado Luiz Lima (Novo-RJ), que afirmou ter sido socado no rosto. Corrêa pediu desculpas posteriormente. O par-

tido Novo anunciou representação no Conselho de Ética e pediu a suspensão cautelar do mandato do petista.

A sessão foi suspensa por 15 minutos e retomada sob clima de tensão. Agora, a base governista articula recurso à Mesa Diretora do Senado para tentar anular a votação. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), afirmou que analisará o pedido quando for formalizado.

Em meio ao turbilhão, o presidente da CPMI do INSS já solicitou a Alcolumbre a prorrogação dos trabalhos da comissão.

Operação e suspeitas

O nome de Lulinha aparece em mensagens extraídas do celular de Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como “Carreca do INSS”, apontado como operador do esquema bilionário de descontos indevidos. Em conversa interceptada, ele menciona

repasse de R\$ 300 mil ao “filho do rapaz”, expressão que, segundo a investigação, faria referência ao filho do presidente.

A quebra de sigilo aprovada pela CPMI abrange o período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de janeiro de 2026. O requerimento foi apresentado pelo relator Alfredo Gaspar (União-AL), que justificou a medida como necessária para acesso a relatórios de inteligência financeira.

Em nota, a defesa de Fábio Luís afirmou que ele “não tem relação com as fraudes do INSS, não participou de fraudes ou desvios e não recebeu valores dessa fonte criminosa”. O advogado Guilherme Suguimori Santos declarou ter solicitado acesso aos autos no STF e que seu cliente está à disposição para prestar esclarecimentos, mas que não pode se manifestar sobre “conjecturas inverificáveis”.

Além da quebra de sigilo de



Mendonça já tinha autorizado quebra de sigilo no STF

Lulinha, a CPMI aprovou medidas contra o Banco Master e convocações de empresários, ex-parlamentares e assessores ligados ao esquema investigado.

Esferas distintas

Rafael Durand pondera que é preciso compreender o alcance institucional da comissão. “A nossa Constituição, no artigo 58, parágrafo 3º, equipara os poderes de uma CPI aos das autoridades judiciais. O sigilo bancário e fiscal não é um direito absoluto quando existem fortes indícios de irregularidades”, afirma.

Segundo ele, a CPMI fundamenta suas decisões em elementos colhidos pela Polícia Federal na Operação Sem Desconto. “Quando a investigação se depara com mensagens interceptadas que indicam repasses suspeitos, vê-se uma situação onde o interesse público na transparência deve prevalecer sobre o interesse privado. A quebra de sigilo não é um excesso, é uma ferramenta indispensável para identificar o caminho do dinheiro”, avalia.

Durand também distingue os papéis do Judiciário e do Parlamento nessa conjectura. “O processo penal busca a punição individual. Já a investigação parlamentar é uma resposta política, que reflete o interesse da sociedade. As provas colhidas servem de base sólida para que o Ministério Público cumpra o seu papel.”

STF e limites

No mesmo dia em que a CPMI do INSS mergulhava em tumulto, o Supremo Tribunal Federal interferia em outra frente de investigação parlamentar. O ministro André Mendonça concedeu habeas corpus aos irmãos do ministro Dias Toffoli: José Eugênio Dias Toffoli e José Carlos Dias Toffoli, convocados pela chamada CPI do Crime Organizado.

Os requerimentos de convocação já haviam sido aprovados pela comissão, mas a data da oitiva ainda não estava definida. A defesa argumentou que, pela própria justificativa dos pedidos, os irmãos estariam sendo tratados como investigados e, por isso, não poderiam ser obrigados a comparecer sob ameaça de responsabilização.

Ao analisar a petição, Mendonça acolheu o pedido e transformou a convocação obrigatória em facultativa. Na prática, os convocados podem decidir se comparecem ou não, sem que a ausência gere sanção ou presunção negativa.

Geraldo Magela/Agência Senado

José Cruz/Agência Brasil

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Geraldo Magela/Agência Senado



Pimenta(e) reclama com Viana(d), presidente da CPMI

Oposição comemora: nome de Lulinha entrou na roda

A oposição comemora muito a confusão criada pela votação que resultou na quebra do sigilo bancário e fiscal de Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Na avaliação de bolsonaristas, mesmo que a decisão venha a ser mudada — os petistas alegam fraude na votação —, a reação dos governistas demonstraria o temor de que sejam descobertas irregularidades capazes de comprometer o filho do presidente.

A oposição não procurou defender uma legitimidade da votação, a alegar correção na contagem dos votos; passou a explorar: busca insinuar no mote de quem não deve, não teme.

Protesto

Ainda ontem, horas depois da confusão, o deputado Paulo Pimenta (PT-RS) solicitou ao presidente da CPMI, senador Carlos Viana (Podemos-MG), a anulação da votação dos requerimentos que incluíam a quebra do sigilo de Lulinha.

Pimenta chegou a ler a relação dos parlamentares que participaram da votação simbólica — contra e favor — e insistiu que Viana havia errado ao fazer a contagem.

Geraldo Magela/Agência Senado



Correia (direita, de costas) agradece Lima

'Histerismo'

Viana negou o pedido de Pimenta e afirmou que o caráter simbólico da votação dos requerimentos — entre eles, o que tratava de Lulinha — impedia uma contagem detalhada. Alegou que questões regimentais para justificar sua decisão anterior para atender ao pedido de verificação da votação.

Assim como outros adversários do governo, o líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), evitou detalhar a votação, e falou em "crise de histerismo" por parte de governistas.

Armadilha e agressão

Após toda a confusão, governistas avaliavam que tinham caído numa armadilha da oposição, que, com ajuda de Viana, encaminhou os trabalhos para impor uma derrota ao Planalto. Para piorar, o deputado Rogério Correia (PT-MG) teve que admitir que, na confusão, agredira o colega Luiz Lima (Novo-RJ). O petista pediu desculpas e disse que o gesto não fora intencional.

Mendonça

Governistas têm a expectativa de que conseguirão anular a votação, mas sabem que o estrago em torno de Lulinha foi feito. A decisão do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, de, a pedido da Polícia Federal, quebrar o sigilo do filho do presidente complica ainda mais o caso.

Rebelião

Um atento observador do Congresso avalia que a rasteira tomada pelos governistas na CPMI aparenta estar ligada a questões mais amplas. Seria uma manifestação de rebeldia a relação a investigações da PF relacionadas ao Banco Master e a fraudes da aplicação de verbas de emendas parlamentares.

Álibi

O pedido de quebra de sigilo de Lulinha feito pela PF dá ao governo, porém, a possibilidade de alegar que não tem como controlar as investigações feita pela corporação. Se tivesse, o filho do presidente seria preservador. O problema é fazer o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), acreditar nisso.

Igreja de Viana

Pimenta e Correia, os dois petistas que protagonizaram o embate na CPMI, puxaram um outro fio para tentar explicar a atitude de Carlos Viana — evangélico, ele é ligado à Igreja Lagoinha, do pastor Carlos Valadão, que até o ano passado era dona do hoje existo Clava Forte Bank. A instituição teria sido usada para lavar dinheiro do Master.

O doador

De acordo com petistas, parte do dinheiro teria sido obtido com fraudes na obtenção de consignados do INSS. A fraude passaria por Fabiano Zettel, cunhado do ex-banqueiro Daniel Vorcaro, advogado e pastor da Lagoinha. Ele foi o maior doador das campanhas de Jair Bolsonaro e Tarcísio de Freitas em 2022.

Obstáculos

Para o Planalto, a dificuldade de diálogo com Alcolumbre, a derrota de ontem na CPMI e o crescimento de Flávio Bolsonaro detectado pela pesquisa AtlasIntel indicam que os próximos meses serão bem complicados. Conquistar apoios para Lula fora da esquerda vai dar mais trabalho, e vai sair mais caro.



Com adiamento, seguem valendo liminares de Dino e Gilmar

STF adia julgamento sobre verbas acima do teto

Decisão sobre penduricalhos fica para o dia 25 de março

Por Gabriela Gallo

O Supremo Tribunal Federal (STF) adiou para o dia 25 de março o julgamento para discutir uma liminar que determina a suspensão do pagamento dos chamados "penduricalhos", que são verbas indenizatórias que, na prática, aumentam salários e permitem a ultrapassagem do teto remuneratório previsto na Constituição (atualmente em R\$ 46,3 mil). O plenário da Suprema Corte começou a julgar o tópico na quarta-feira (25) e, inicialmente, estava previsto para definir a liminar do fim dos penduricalhos, originária do ministro Flávio Dino, na quinta-feira (26).

Contudo, na sessão, o presidente do STF, Edson Fachin, confirmou o adiamento do julgamento para maior análise do tema. Segundo o ministro, a nova data permite que o "plenário se debruce de maneira mais uniforme e ainda mais ampliada sobre um problema cuja solução é inadiável e que traz à colação deveres como responsabilidade fiscal e racionalização de gastos".

Nesse meio tempo, continuam válidas as decisões dos ministros Flávio Dino e Gilmar Mendes na suspensão desses pagamentos extras. Além disso, nesta quinta-feira Gilmar Mendes publicou uma nova decisão que ajusta para 45 dias, contados de terça-feira (23), o prazo para que

sejam suspensos os pagamentos instituídos por decisões administrativas ou por atos normativos secundários. Ele ainda reforçou que estão vetadas qualquer tentativa de antecipação ou ampliação de pagamentos.

"Somente poderão ser pagos valores retroativos reconhecidos administrativamente que já se encontravam regularmente programados para o período correspondente, em estrita observância ao cronograma previamente estabelecido e às disponibilidades orçamentárias já consignadas. Dito de forma clara: não se autoriza, portanto, a reprogramação financeira com objetivo de concentrar, acelerar ou ampliar desembolsos, tampouco a inclusão de novas parcelas ou de beneficiários não contemplados no planejamento original", destaca a manifestação do ministro, que reiterou que qualquer tentativa de burlar a medida, será responsabilizada administrativamente e no âmbito penal.

No dia 5 de fevereiro, Dino publicou uma liminar que determina a suspensão do pagamento de penduricalhos para os Três Poderes. Esses pagamentos variam desde auxílio-locomotoção e auxílio-gasolina, gratificações por acúmulo de funções, gratificações acesso processual, licença compensatória de um dia por cada três dias trabalhados e até "auxílio-panetone" e "auxílio-peru" na época de Natal.

CORREIO ECONÔMICO

POR
MARTHA IMENES

Reprodução



IGP-M acumula retração de 0,32% no ano, aponta a FGV

FGV aponta queda de 0,73% no IGP-M, a inflação do aluguel

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), referência para contratos de aluguel, registrou queda de 0,73% em fevereiro, revertendo a alta de 0,41% no mês anterior. O resultado, divulgado nesta quinta-feira (26) pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), mostra que o índice acumula retração de 0,32% no ano e de 2,67% em 12 meses. Em contraste, no mesmo período de 2025, o IGP-M havia avançado 1,06%, acumulando alta de 8,44% em 12 meses. O principal responsável pela queda foi o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que recuou 1,18% em fevereiro, após alta de 0,34% em janeiro. Segundo o economista da FGV, André Braz, o movimento foi puxado pela forte retração nos preços de commodities relevantes.

Minério, soja e café

Entre elas, minério de ferro (-6,92%), soja (-6,36%) e café (-9,17%). “O IPA, que tem maior peso no cálculo do IGP-M, registrou forte queda em fevereiro, refletindo o recuo dessas matérias-primas”, explicou Braz.

No varejo, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) desacelerou para 0,30%, ante 0,51% em janeiro. A perda de intensidade das altas em mensalidades escolares foi um dos fatores que contribuíram para o resultado.

Arquivo



Na construção civil o INCC subiu 0,34%, abaixo dos 0,63%

Destaque para alimentação e educação

Entre as oito classes de despesa que compõem o índice, cinco apresentaram recuos, com destaque para alimentação e educação, leitura e recreação. Em contrapartida, habitação e despesas diversas registraram avanço. Já na construção civil, o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) subiu 0,34%, abaixo dos 0,63% do mês anterior. O grupo mão de obra, que havia pressionado o índice em janeiro, perdeu força e passou de 1,03% para 0,39%. Materiais e equipamentos também recuaram, enquanto serviços tiveram leve alta.

Tendência de desaceleração

O resultado de fevereiro reforça a tendência de desaceleração da inflação medida pelo IGP-M, após um 2025 marcado por pressões de custos e reajustes expressivos. A queda das commodities no mercado internacional tem aliviado os preços ao produtor, enquanto o consumo e a construção civil avançam em ritmo mais contido. Esse cenário pode trazer algum alívio para contratos de aluguel.

Bolsa Família

A Caixa Econômica Federal paga nesta sexta-feira (27) a parcela de fevereiro do Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 0. O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 690,01. Com esse pagamento o governo encerra o calendário.

18,84 milhões

Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa alcançará 18,84 milhões de famílias, com gasto de R\$ 13 bilhões. Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses.

Consulta

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

171 cidades

Os beneficiários de 171 cidades de oito estados receberam o pagamento no último dia 12, independentemente do NIS. Entre os beneficiados estão: 122 municípios do Rio Grande do Norte afetados pela seca, além de Bahia (14), Paraná (12), Sergipe (11), Roraima (seis), Amazonas (três), Piauí (duas) e Santa Catarina (uma).

Municípios

Essas localidades foram afetadas por chuvas ou por estiagens ou têm povos indígenas em situação de vulnerabilidade. A lista dos municípios com pagamento antecipado está disponível na página do ministério. Desde 2024, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro-Defeso.

Mudança na lei

A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o programa. O Seguro-Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes). Cerca de 2,51 milhões de famílias estão na regra de proteção.



Ministro Silvio Costa Filho ao anunciar investimentos

Governo prevê R\$ 226 milhões em três terminais

Critério escolhido para o vencedor foi o maior valor de outorga

Redação

O Ministério de Portos e Aeroportos e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) realizaram na quinta-feira (26) o leilão do primeiro bloco de arrendamentos portuários de 2026. Ao todo, três terminais foram concedidos à iniciativa privada, nos portos de Santana (AP), Natal e Porto Alegre. Os três leilões, na sede da B3, na capital paulista, foram acompanhados pelo ministro Silvio Costa Filho. O critério escolhido para o vencedor foi o maior valor de outorga.

As empresas vencedoras foram a CS Infra, o Consórcio Portos do Sul e a empresa Fomento do Brasil Mineração. Cada uma arrematou um dos terminais e não tiveram concorrentes em suas ofertas.

A previsão inicial do ministério é de que os contratos atraiam cerca de R\$ 226 milhões em investimentos privados, destinados à modernização da infraestrutura, ampliação da capacidade operacional e fortalecimento da logística nas regiões Norte, Nordeste e Sul.

O leilão do POA26, terminal em Porto Alegre, foi vencido pelo Consórcio Portos do Sul, que ofereceu R\$ 10 mil como valor de outorga. O consórcio não teve concorrentes. O leilão da área prevê R\$ 21,13 milhões em investimentos, destinados à movimentação e armazenagem de granel sólido. O prazo de concessão é de 10 anos.

O leilão do NAT01, no porto de Natal, vencido pela Fomento do Brasil Mineração, tem previsão de investimentos de R\$ 55,17 milhões e prazo de concessão de 15 anos. Com apenas uma proposta válida, a empresa vencedora ofereceu R\$ 50 mil como valor de outorga. O terminal é destinado principalmente ao escoamento de granéis minerais, especialmente minério de ferro.

Porto de Santana

O leilão do Porto de Santana, no Amapá, estava sendo discutido na Justiça. Nesta semana, uma decisão judicial havia determinado o seu adiamento, mas a liminar foi cassada e o terminal foi, finalmente, levado a leilão. A empresa vencedora foi a CS Infra, que ofereceu R\$ 2 como valor de outorga, em proposta única.

O terminal é destinado especialmente para o escoamento da produção de grãos e cavaco de madeira, e tem previsão de investimentos de R\$ 150,2 milhões, com concessão para 25 anos.

Para o ministro Portos e Aeroportos, Silvio Costa, os três leilões ajudam a demonstrar que o Brasil vive o seu “melhor momento da infraestrutura”.

Segundo ele, o ministério pretende encerrar o ano de 2026 realizando 18 leilões na B3.

Com informações da
Agência Brasil

Haddad: 'Se eu for viajar, a data de saída é uma, se não for, é outra'

Ministro afirmou que sua saída dependerá da possível viagem do presidente Lula aos EUA



Haddad disse que se reunirá com Lula para definir se integrará a comitiva presidencial

Por Martha Imenes

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que sua saída do governo dependerá da possível viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos Estados Unidos para reunião com o presidente americano, Donald Trump. O encontro está previsto para ocorrer entre os dias 15 e 20 de março, mas ainda não há confirmação oficial.

Haddad informou que se reunirá com Lula para definir se integrará a comitiva presidencial. "Se eu for viajar, a data de saída é uma, se não for, é outra", declarou o ministro, após retornar de compromissos na Índia e na Coreia do Sul.

Desde o fim de 2025, Haddad manifesta intenção de deixar a pasta para colaborar com a campanha de reeleição de Lula. Inicialmente cogitada para fevereiro, a saída deve ocorrer apenas em março. Antes disso, o ministro pretende

concluir estudos sobre alternativas de financiamento para a tarifa zero no transporte público e regulamentar a tributação de criptoativos.

O nome mais cotado para assumir o comando da Fazenda é o do atual secretário-executivo, Dario Durigan. Caso a mudança se confirme, Rogério Ceron, secretário do Tesouro Nacional, deve assumir a secretaria-executiva.

Apesar de negar publicamente qualquer candidatura em 2026, Haddad enfrenta pressão dentro do PT para disputar o governo de São Paulo ou uma vaga no Senado. O ministro, no entanto, insiste que não pretende concorrer nas próximas eleições.

Imposto sobre importados
No mesmo dia, Haddad justificou o aumento do imposto de importação sobre mais de mil produtos, incluindo smartphones e equipamentos industriais. Segundo ele, a medida tem caráter regulatório e busca proteger a

produção nacional.

De acordo com o ministro, mais de 90% dos itens afetados já são fabricados no Brasil, o que reduziria o impacto sobre os consumidores. "Qual é o objetivo? Trazer essa empresa para o território nacional. Não tem impacto, a não ser na proteção da produção nacional", afirmou.

O reajuste pode elevar tarifas em até 7,2 pontos percentuais e deve reforçar o caixa federal em cerca de R\$ 14 bilhões por ano, ajudando o governo a cumprir a meta fiscal de 2026.

Setores atingidos

- Smartphones
- Máquinas e equipamentos industriais (caldeiras, geradores, turbinas, fornos, robôs, empilhadeiras, tratores)
- Plataformas de perfuração e navios
- Equipamentos médicos (ressonância magnética, tomógrafos, aparelhos laboratoriais)

A medida gerou críticas da

oposição e de setores empresariais, que alertam para aumento de custos e impacto nos preços. O governo, por sua vez, sustenta que a iniciativa corrige distorções e fortalece a indústria nacional.

No caso dos celulares, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços informou que 95% dos aparelhos vendidos no Brasil são produzidos localmente. Apenas 5% são importados. Marcas como Xiaomi podem ser afetadas, enquanto Apple, Samsung e Motorola não devem sofrer impacto.

A decisão mantém tarifa zero para componentes importados sem produção similar no país, medida considerada estratégica para evitar encarecimento da indústria local.

Data center

A medida provisória (MP) que instituiu o regime especial de tributação perdeu validade após o presidente do Senado, Davi

Alcolumbre, decidir não votar o texto dentro do prazo, que acabou na quarta-feira (25). Segundo Haddad, o governo agora buscará diálogo com os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado para avaliar se há espaço para retomar a proposta.

"Vamos ter que entender se há uma indisposição ou se há negociação possível para aprovar um projeto que pode trazer bilhões de reais para o Brasil", declarou o ministro após acompanhar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Índia e à Coreia do Sul.

Segundo Haddad, a equipe econômica estuda alternativas para restabelecer o programa sem violar a legislação fiscal que restringe a concessão de novos benefícios tributários.

Haddad classificou o regime especial como uma questão de "soberania digital". Segundo ele, o objetivo é atrair investimentos e garantir que dados sensíveis de brasileiros sejam processados no país.

Juros bancários avançam em janeiro e pressionam famílias e empresas

Os juros médios cobrados por bancos e instituições financeiras voltaram a subir em janeiro, segundo dados divulgados pelo Banco Central (BC). O movimento acompanha a manutenção da taxa Selic em 15% ao ano, o maior nível desde julho de 2006, e reflete diretamente no custo do crédito para famílias e empresas.

A taxa média de juros para consumidores chegou a 61% ao ano, alta de 0,9 ponto percentual (p.p.) no mês e de 6,7 p.p. em 12 meses. O destaque foi o cartão de crédito parcelado, que alcançou 194,9% ao ano. No crédito rotativo, apesar da queda de 13,7 p.p. em janeiro, os juros seguem os mais altos do mercado: 424,5% ao ano.

Outras modalidades também registraram aumento, segundo

levantamento do Banco Central: crédito pessoal não consignado (1,5 p.p.), financiamento de veículos (1,3 p.p.) e crédito consignado para trabalhadores do setor privado (1,2 p.p.).

Já a taxa média de juros para companhias ficou em 25,2% ao ano, com alta de 1,6 p.p. no mês e 1,1 p.p. em 12 meses.

Entre os principais impulsores do resultado estão o capital de giro de longo prazo (1,8 p.p.), o cheque especial (+25,9 p.p.) e o cartão rotativo empresarial (+63,9 p.p.).

Para pessoas físicas, os juros permaneceram estáveis em 11,2% ao ano, com leve recuo de 0,1 p.p. em 12 meses.

Para empresas, houve alta de 0,8 p.p. no mês, mas queda de 0,7 p.p. em



Arquivo

Cartão de crédito parcelado alcançou 194,9% ao ano

um ano, resultando em 13% ao ano.

Impacto

Considerando crédito livre e direcionado, a taxa média das novas contratações atingiu 32,8% ao

ano em janeiro, avanço de 0,7 p.p. no mês e 2,9 p.p. em 12 meses. O spread bancário — diferença entre o custo de captação e os juros cobrados — chegou a 21,9 p.p., ampliando a margem de lucro das

instituições financeiras.

O cenário reforça o impacto da política monetária do BC: juros mais altos encarecem o crédito, reduzem o consumo e ajudam a conter a inflação.

CORREIO DO APOSENTADO

POR MARTHA IMENES

Vitor Vasconcelos/Secom-PR



Beneficiários com senha Gov.br podem usar o aplicativo

Informe de rendimentos já está disponível no Meu INSS

Os aposentados, pensionistas e demais beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) já podem consultar o comprovante de rendimentos referente ao ano-calendário de 2025, documento indispensável para a Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF) 2026).

O informe reúne todos os valores recebidos pelo segurado ao longo do último ano, incluindo o 13º salário e eventuais descontos, funcionando como base oficial para o ajuste anual junto à Receita Federal. O prazo para entrega da declaração seguirá o calendário definido pelo órgão. O INSS explica que não é necessário comparecer presencialmente à uma Agência da Previdência Social.

Quem tem e não tem direito

O 13º salário é destinado a segurados e dependentes da Previdência Social que tenham recebido aposentadoria, pensão por morte, auxílio por incapacidade temporária, auxílio-acidente ou auxílio-reclusão. Já os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), voltado a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, não têm direito ao abono, pois o benefício não está vinculado à Previdência.

Divulgação/ Freepik



Algumas despesas podem reduzir o valor do imposto

Como acessar o documento

1. Acesse meu.inss.gov.br (meu.inss.gov.br) ou abra o aplicativo Meu INSS.
2. Faça login com CPF e senha cadastrada na plataforma Gov.br.
3. No menu principal, selecione a opção "Extrato para Imposto de Renda".
4. O informe estará disponível para visualização e download em PDF.
5. O documento também pode ser obtido no banco que o beneficiário recebe o pagamento.

Calendário vai de março a maio

A temporada de declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) 2026, referente ao ano-base 2025, começa em março e vai até o fim de maio. Mas nem todos os contribuintes precisam prestar contas à Receita Federal. As regras de obrigatoriedade foram atualizadas após a reforma tributária sancionada em 2025, que ampliou a faixa de isenção e trouxe mudanças importantes.

Tem que declarar

- Rendimentos tributáveis: quem recebeu acima de R\$ 30.639,90 no ano de 2025.
- Isenção ampliada: a nova faixa de isenção passou para R\$ 5 mil mensais, ou seja, quem ganhou até esse valor não precisará declarar, salvo em casos específicos.
- Rendimentos superiores a R\$ 200 mil.

E ainda

- Ganhos de capital: quem teve lucro com venda de bens ou direitos, como imóveis ou ações.
- Propriedade de bens e direitos: quem possuía patrimônio acima de R\$ 300 mil em 31 de dezembro de 2025.
- Atividade rural: receita bruta superior a R\$ 153.199,50 ou que queira compensar prejuízos de anos anteriores.

O que mudou

A principal novidade é a ampliação da faixa de isenção, que passou de R\$ 2.824,00 para R\$ 5.000,00 mensais. Isso significa que milhões de brasileiros de baixa renda ficarão livres da obrigação de declarar. Por outro lado, contribuintes de alta renda terão novas regras a partir de 2027, com a criação de um imposto mínimo.

Prazo e cuidados

O prazo oficial da entrega da declaração do IR 2026, ano-base 2025, ainda será confirmado pela Receita Federal, mas deve seguir o padrão dos últimos anos: início em meados de março e término em 29 de maio de 2026. Quem perder o prazo estará sujeito a multa mínima de R\$ 165,74, podendo chegar a 20% do imposto devido.

Redução da base

Algumas despesas podem ser informadas para reduzir a base de cálculo do imposto ou aumentar a restituição, desde que o contribuinte opte pelo modelo completo. Como saúde (consultas médicas, exames, internações, cirurgias, planos de saúde, tratamentos odontológicos e psicológicos).

Dicas importantes

- Gastos com saúde não têm teto, mas são alvo de maior fiscalização da Receita.
- Despesas com educação possuem limite anual por pessoa (R\$ 3.561,50).
- É obrigatório guardar recibos, notas fiscais e comprovantes para evitar cair na malha fina e não ter restituição ou pagar imposto maior.



Pasta da Previdência Social é comandada por Wolney Queiroz

Ministério quer antecipar 13º salário de aposentados

Nota técnica vai detalhar a medida e vai para a Fazenda

Por Martha Imenes

O Ministério da Previdência Social deve antecipar o pagamento do 13º salário de aposentados e pensionistas do INSS para abril e maio deste ano. A pasta comandada pelo ministro Wolney Queiroz, vai preparar uma nota técnica que será enviada ao Ministério da Fazenda. O documento, segundo fontes, prevê a liberação do abono em duas parcelas de 50% e deve injetar cerca de R\$ 78 bilhões na economia, beneficiando aproximadamente 35 milhões de pessoas. Para que o pagamento seja efetivado, será necessária a edição de um decreto presidencial até o início de abril.

O 13º é destinado a segurados e dependentes da Previdência Social que tenham recebido aposentadoria, pensão por morte, auxílio por incapacidade temporária, auxílio-acidente ou auxílio-reclusão. Já os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), voltado a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, não têm direito ao abono, pois o benefício não está vinculado à Previdência.

O pagamento seguirá o calendário do INSS, que ocorre entre o fim de cada mês e o início do seguinte.

O 13º era pago em agosto e novembro, mas desde 2020 o governo passou a antecipar o benefício para o primeiro semestre, inicialmente como resposta à pandemia de Covid-19.

Nos anos seguintes, a prática foi mantida e consolidada como política de apoio ao consumo. Em 2024 e 2025, decretos presidenciais confirmaram o pagamento em abril e maio, e em 2026 a expectativa é de continuidade, com decreto previsto para o início de abril.

Especialistas avaliam que a antecipação se consolidou como uma ferramenta de política econômica, sem impacto fiscal adicional, mas com efeitos positivos sobre consumo e arrecadação. "Para aposentados e pensionistas, tornou-se um recurso esperado já no primeiro semestre, alterando hábitos financeiros e fortalecendo o mercado interno", avalia Gilberto Braga, economista e professor do Ibmec.

Impacto econômico

O impacto da medida é sentido em diversos setores. No comércio varejista, supermercados, farmácias e lojas de vestuário registram aumento imediato nas vendas. Nos serviços, academias, clínicas médicas, salões de beleza e turismo recebem impulso, enquanto na indústria a maior circulação de dinheiro fomenta a produção de bens duráveis, como eletrodomésticos e móveis. "O sistema financeiro também é beneficiado, com redução da inadimplência, já que muitos aposentados usam o abono para quitar dívidas ou renegociar créditos", finaliza.

Fila do INSS ultrapassa 3 milhões de pedidos e tempo de espera sobe

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

Fontes, no entanto, afirmam que o número de requerimentos já beira os 4 milhões

Por Martha Imenes

A fila de requerimentos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) voltou a crescer no fim de 2025. Dados do Portal da Transparência Previdenciária mostram que o número de solicitações passou de 2,95 milhões em novembro para 3,04 milhões em dezembro. Fontes ligadas ao instituto, no entanto, afirmam que o volume real já se aproxima de 4 milhões de pedidos.

O aumento é sentido principalmente entre os benefícios voltados à população mais vulnerável. Como os requerimentos de benefícios assistenciais e de legislação especial, por exemplo, que subiram de 935 mil em novembro para 981 mil em dezembro. O tempo médio de concessão líquido — quando depende de ação do segurado, como cumprimento de exigência — também aumentou em dezembro, passando de 37 para 41 dias.

Novos requerimentos

O INSS credita o alto número de pedidos às entradas mensais de novos requerimentos, que somaram em dezembro 1 milhão de pedidos. Sendo distribuídos em: 513 mil benefícios por incapacidade, 154 mil aposentadorias, 147 mil benefícios assistenciais e por legislação especial, 142 mil salários-maternidade e 55 mil pedidos de auxílio-reclusão e pensão por morte.

Evolução de pedidos

- Aposentadorias: de 307 mil para 407 mil.
- Pensões por morte e auxílio-reclusão: aumento de 126 mil para 137 mil.
- Salário-maternidade: leve queda, de 218 mil para 215 mil.
- Benefícios por incapacidade: redução de 1,35 milhão para 1,28 milhão.

Estratégia

Em portaria publicada em janeiro, o INSS anunciou que dará prioridade às pessoas que



O aumento da fila é sentido principalmente entre benefícios voltados à população mais vulnerável

aguardam há mais tempo. O foco inicial será nos benefícios de maior demanda, como os por incapacidade e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos com mais de 65 anos e pessoas com deficiência de baixa renda.

Benefícios

- Benefícios assistenciais e de legislação especial:
 - 213.381 pedidos aguardam até 45 dias
 - 767.896 ultrapassam o prazo legal de 45 dias
- Benefícios por incapacidade:
 - 536.655 pedidos dentro do prazo de 45 dias
 - 761.466 acima do limite legal

'Enxugando gelo'

Medidas adotadas pela autarquia não têm mostrado tanta eficácia, segundo especialistas consultados pelo Correio da Manhã. Entre elas estão o Programa de Gerenciamento de Benefícios (PGB), mutirões de atendimento e adoção de fila nacional, essa última foi anunciada em janeiro e substituiu o modelo anterior, quando cada unidade processava suas próprias demandas.

Atualmente, o requerimento de um segurado pode ser examinado por um servidor de

qualquer estado, conforme a disponibilidade da malha nacional, como era feito anteriormente.

Diante da longa fila de processos especialistas apontam medidas urgentes para reduzir o passivo e acelerar a análise de benefícios. Entre as sugestões, está a criação de uma força-tarefa exclusiva para o estoque represado, separando os novos requerimentos dos antigos. A ideia, segundo eles, é formar equipes temporárias com metas específicas e prazo definido, evitando que a mistura de demandas mantenha a fila interminável.

Outra solução apresentada é a simplificação das exigências documentais. Segundo especialistas, parte da demora não se deve apenas à falta de servidores, mas ao excesso de exigências e retrabalho.

Impacto social

Há também propostas voltadas para casos de maior impacto social. Uma delas prevê a antecipação financeira provisória em pedidos de benefício por incapacidade, quando houver laudo médico robusto. O pagamento temporário reduziria a angústia de quem está sem renda e evitaria judicializações emergenciais.

"A contratação temporária

de ex-servidores para reforçar as análises, além de treinamento de funcionários para ampliar produtividade e qualidade deveriam ser estudadas pelo INSS", pontua Adriane Bramante, diretora do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), que chama atenção para o caso da demora na análise de aposentadorias por invalidez permanente (deficiência), que hoje levam em média um ano para serem concluídas.

Meio e não fim

Já o advogado João Badari defende que a automatização no INSS deve ser utilizada como ferramenta de apoio, e não como substituta da análise humana. Segundo ele, a Inteligência Artificial (IA) poderia ser aplicada na triagem dos requerimentos, classificando a complexidade dos pedidos e organizando prioridades.

Badari ressalta que a tecnologia pode separar concessões automáticas — em casos de baixa complexidade — daqueles que exigem perícia médica ou análise técnica aprofundada. "A IA deve auxiliar na organização e na triagem, mas não pode substituir a decisão final em situações sensíveis", afirma.

Afinal, qual a dimensão da fila?

Os números divulgados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no Portal da Transparência têm gerado questionamentos sobre a real dimensão da fila de pedidos represados.

No portal de outubro, por exemplo, a autarquia modificou os tipos de solicitações contabilizadas, incluindo processos que não são de sua responsabilidade direta, como o seguro-defeso, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, e a Compensação Previdenciária (Comprev), ligada ao Ministério da Previdência. Também passaram a constar recursos do Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS), além de requerimentos judiciais, revisões, manutenção de benefícios e o Monitoramento Operacional de Benefício (MOB).

Com essa mudança, o número de pedidos saltou para 7,62 milhões. Uma fonte do Ministério da Previdência Social alertou que a alteração não passou pelo crivo da pasta, levantando dúvidas sobre a transparência dos dados.

No relatório de dezembro, o INSS adotou uma nova estratégia de comunicação: logo no início da apresentação, "divide" responsabilidades. Em destaque, informa que 1,984 milhão de processos dependem de ação da PMF, biometria e da Dataprev — que ainda precisa adequar o sistema à decisão do STF sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Outro destaque aponta que 1,054 milhão de pedidos estão sob responsabilidade direta do INSS.

A autarquia conclui afirmando que, "em resumo, o INSS, hoje, tem ação apenas em 1/3 da fila". A forma como os números vêm sendo apresentados reforça a percepção de divergências internas e a tentativa de diluir responsabilidades sobre o represamento de benefícios.

CORREIO NO MUNDO



Charles De Gaulle é um dos maiores porta-aviões nucleares

Suécia derruba drone russo perto de porta-aviões francês

Forças da Suécia interceptaram e derrubaram no mar Báltico um drone russo que se aproximou da nau capitânia da frota francesa, o porta-aviões nuclear Charles de Gaulle, que está em exercícios nas águas do país nórdico. O incidente foi revelado pela rede sueca SVT nesta quinta-feira (26), dois dias depois de a embarcação chegar ao porto de Malmö. O ministro Pal Jonson (Defesa) relacionou o incidente à presença de um navio de guerra russo nas proximidades. “O drone foi bloqueado eletronicamente a cerca de 13 km do Chales de Gaulle”, disse o coronel Guillaume Vernet, porta-voz do Estado-Maior francês, à agência France Presse. O aparelhos, aparentemente um modelo de vigilância, caiu no mar.

Episódio foi inédito

Enquanto interceptações de lado a lado entre Rússia e membros da aliança militar Otan são costumeiras no Báltico, o episódio foi inédito. O Charles de Gaulle, com seus 30 caças e 260 metros de comprimento, é o maior porta-aviões com propulsão nuclear do mundo fora da frota de gigantes norte-americanos. O navio está fazendo uma série de exercícios, percorrendo águas de países amigos no Atlântico Norte.

Por Igor Gielow (Folhapress)



Hillary Clinton negou ter envolvimento no Caso Epstein

Hillary Clinton depõe sobre Caso Epstein

A ex-secretária do Estado, Hillary Clinton, afirmou que “não tem nada a ver” com o caso Jeffrey Epstein, financista condenado por abuso sexual. Ela passa por audiência do Comitê de Supervisão da Câmara, que investiga as ligações de Epstein com figuras poderosas, nesta quinta-feira (26). O depoimento de Hillary acontece às portas fechadas em Chappaqua, cidade de Nova York. Nas redes sociais, ela publicou o depoimento que deve ler durante a audiência, em que diz que nunca voou no jatinho de Epstein e também nunca foi a qualquer das casas ou escritórios dele.

Clinton pede que investiguem Trump

Além disso, critica o presidente do comitê, James Comer, ao alegar que ele sabe que ela não tem informações para contribuir com a investigação e mesmo assim insiste em uma audiência. Diz ainda que, se o comitê fosse sério, estaria atrás de respostas sobre o envolvimento de Donald Trump com o abusador.

Por Isabella Menon (Folhapress)

Taxa para Colômbia

O Equador aumentará as tarifas de importação da Colômbia de 30% para 50%, sob o argumento de que Bogotá não implementou medidas “concretas e eficazes” para combater o crime organizado ao longo da fronteira, anunciou o Ministério da Produção e Comércio Exterior nesta quinta-feira (26).

Tarifas mútuas

Ambos os países impuseram tarifas mútuas de 30% sobre dezenas de produtos, em uma guerra comercial iniciada pelo presidente equatoriano, o direitista Daniel Noboa, aliado de Washington e crítico ferrenho do governo colombiano do esquerdista Gustavo Petro. A nova tarifa entrará em vigor neste domingo (1º).

Comunicado oficial

“Esta decisão baseia-se em critérios de segurança nacional, para fortalecer a responsabilidade compartilhada em uma tarefa que deve ser um esforço conjunto: o combate ao tráfico de drogas na fronteira”, afirmou o ministério em um comunicado. Ambos os países estabeleceram condições para a continuidade das negociações.

Negociações

Após imposição da tarifa por Noboa, a Colômbia suspendeu o repasse de energia para o Equador, e Quito aumentou em 900% a tarifa do transporte de petróleo em seu oleoduto. Quito pediu a Bogotá a erradicação das plantações de coca e do garimpo ilegal na fronteira, assim como a volta da venda de eletricidade. A Colômbia pediu revogação das tarifas.

Refugiado cego

Um refugiado cego foi achado morto em Buffalo, Nova York, dias depois de ser abandonado por agentes da Patrulha de Fronteira dos EUA. Natural de Mianmar, Nurul Amin Shah Alam, 56, estava desaparecido desde o dia 19, quando foi deixado sozinho e sem bengala em uma cafeteria após ser liberado da prisão.

Investigação aberta

O corpo de Nurul foi encontrado em um local distante 6 km da cafeteria onde ele foi deixado pelos agentes de imigração. A polícia de Nova York instaurou procedimento para apurar o caso e determinar as circunstâncias da morte do refugiado logo após sua liberação da custódia. Ele não sabia falar inglês.



Milei havia prometido que a Argentina assinaria primeiro

Países ratificam o acordo Mercosul-União Europeia

Uruguai e Argentina saíram na frente no acordo de livre comércio

Por Douglas Gavras (Folhapress)

Conforme uma promessa do presidente Yamandú Orsi, o Uruguai tornou-se na quinta (26) o primeiro país do Mercosul a ratificar o acordo de livre comércio entre o bloco e a União Europeia, com a sua aprovação pelo Congresso do país. Foi seguido horas depois pelo Senado da Argentina.

A Câmara uruguaia aprovou o tratado por 91 votos a 2, um dia depois de o Senado do país tê-lo ratificado por unanimidade, após mais de 25 anos de negociações. Com os países do Mercosul competindo para serem os primeiros a aprovar o acordo, o Uruguai saiu na frente com um processo que durou pouco mais de uma semana no Congresso.

Na Argentina, onde o presidente Javier Milei havia prometido assinar primeiro, o Senado aprovou com 69 votos a favor, 3 contra e nenhuma abstenção. O documento foi analisado por uma Comissão Parlamentar, que se reuniu com representantes dos setores produtivo e trabalhista, antes de sua votação no Senado e na Câmara dos Deputados. “É histórico” e “um sinal” para a Europa, disse o Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Mario Lubetkin, após acompanhar a votação.

No Brasil, a Câmara dos Deputados aprovou, na quarta (25), o acordo comercial. O governo Lula se comprometeu a publicar um decreto com salvaguardas antes do Senado Federal avaliar o texto, que

será relatado pela senadora Tereza Cristina (PP-MS).

As salvaguardas brasileiras ocorrem em resposta às implementadas pela UE após protestos de agricultores em países como França, Polônia e Bélgica. O Paraguai deve concluir seu processo de ratificação parlamentar nos próximos dias.

O acordo gerou fortes preocupações em vários países europeus, principalmente na França, levando o Parlamento Europeu a congelar sua ratificação por pelo menos um ano e meio.

Os eurodeputados levaram o caso ao Tribunal de Justiça da União Europeia para verificar a legalidade do tratado, mas a Comissão Europeia tem a opção de aplicar o acordo provisoriamente.

Por enquanto, a Comissão não tomou uma decisão. Países, como a Alemanha e a Espanha, concordam em prosseguir com a implementação. A preocupação da França e de outros Estados europeus centra-se no potencial impacto da implementação da vasta zona de livre comércio nos seus setores agrícola e pecuário.

No Mercosul, o tratado tem amplo apoio, apesar das reservas de alguns setores industriais e de produtores do setor vinícola quanto às quotas de exportação.

O acordo tem como objetivo criar uma ampla área de livre comércio, atingindo um mercado de mais de 720 milhões de pessoas. A UE deve eliminar tarifas em 92% das exportações do Mercosul, totalizando US\$ 61 bilhões (R\$ 314 bilhões).

Mudança climática intensifica em até 11% chuvas no Mediterrâneo

Em janeiro deste ano, chuvas mataram mais de 50 em Portugal, Espanha e Marrocos

Joel Rodrigues/Agência Brasília

Chuvas torrenciais mataram mais de 50 pessoas em Portugal, Espanha e Marrocos desde 16 de janeiro. Uma quantidade excepcional de água e ventos com força de furacão provocaram a evacuação de centenas de milhares e prejuízos contados em bilhões de euros. Estudo de atribuição mostra que a mudança climática intensificou em ao menos 11% o volume dos temporais.

A responsabilidade do aquecimento global, provocado pela atividade humana, pode ser ainda mais alta. Dados observacionais mostram que a intensidade de chuva diária no Mediterrâneo Ocidental foi 36% mais intensa na região sul, que compreende o sul da Península Ibérica e o norte do Marrocos.

O evento foi tão inusual, que estatisticamente sua ocorrência seria esperada uma vez a cada 40 anos. Em Grazelema, no sul da Espanha, choveu mais do que o esperado em um ano em apenas alguns dias. Em partes de Marrocos e Portugal, os eventos registrados não se repetiriam em um século.

No norte da região estudada, com padrão climático diverso, a intensidade foi 29% maior. Os modelos climáticos usados para contrastar o comportamento atual com o do clima pré-industrial somados aos dados observacionais apontam para uma intensificação de ao menos 11% nessa área, mas são inconclusos sobre a outra.

“Isso não significa que as mudanças climáticas não tenham contribuído para as chuvas extremas na região sul também”, diz Clair Barnes, do Centro de Política Ambiental do Imperial College. “Apenas que é difícil separar as tendências ao longo do tempo.”



Aumento das tragédias ocasionadas pelas chuvas está relacionada ao aquecimento global

Conduzido por pesquisadores de 11 países, o estudo de atribuição foi conduzido pelo World Weather Attribution, consórcio de cientistas liderado pela instituição inglesa que busca identificar o papel da mudança climática em eventos extremos.

“Análise feita por nossos colegas do Climate Central, incluída neste relatório, mostra que o rio atmosférico que provocou esses eventos extremos foi intensificado ao passar por uma onda de calor marítima muito forte no Atlântico a caminho da Espanha”, explicou Barnes.

“Essas temperaturas mais quentes da superfície do mar significam que mais umidade foi captada e transportada para a Península Ibérica e o Marrocos, onde caiu em forma de chuva. Eles constataram

que essa onda de calor marítima está dez vezes mais provável de acontecer devido às mudanças climáticas.”

A cientista vê como alerta o tamanho das mudanças percebidas. “Sabemos que uma atmosfera mais quente transporta mais umidade e, portanto, quanto mais carbono emitirmos, mais perigoso será o cenário para tempestades de inverno [europeu] como essas.”

Na Espanha as inundações e os danos causados pelos ventos fortes obrigaram à evacuação de mais de 10.000 pessoas em 19 localidades. Madri destinou 7 bilhões de euros para as regiões afetadas, pouco mais de um ano depois das enchentes que mataram mais de 230 pessoas em Valência e traumatizaram o país.

Segundo estudo publicado na

revista Nature, o aquecimento global aumentou em 21% a intensidade das chuvas em outubro de 2024. Daquela vez, o salto na umidade foi gerado pelo aquecimento anormal da temperatura no mar Mediterrâneo. À época, estudo de atribuição rápida do WWA tinha chegado a uma contribuição de 12%.

Ou seja, com mais tempo de análise e dados, a responsabilidade da mudança climática, provocada sobretudo por emissões de combustíveis fósseis, fica ainda mais evidente.

Neste ano, Portugal contabilizou seis mortes durante uma das nove tempestades do período. Ventos de até 202 km/h resultaram em um apagão que atingiu cerca de um milhão de pessoas. O governo português anunciou 3,5 bilhões de

euros para recuperar infraestruturas atingidas. No Marrocos, as inundações causaram 43 mortes, desalojaram 300 mil pessoas e destruíram 110 mil casas. O pacote de ajuda governamental é bem mais modesto, refletindo a disparidade econômica em relação aos vizinhos europeus, com 280 milhões de euros.

Debate quase inexistente na tragédia que se desenrola neste momento em Juiz de Fora, no Brasil, o peso da crise climática na ocorrência de eventos extremos é cada vez mais detectado pela ciência. Não é apenas uma questão de combater o negacionismo. Esclarecer a influência da atividade humana na intensidade e frequência de eventos extremos ajuda a balizar o debate sobre prevenção e adaptação.

A discussão vai além dos sistemas de alertas. “Para reduzir futuras inundações, as informações sobre riscos de desastres, atualizadas regularmente, precisam combinar avaliações de vulnerabilidade, mapeamento de exposição e projeções climáticas futuras”, afirma o estudo do WWA.

“Decisões de planejamento precisam incorporar e aplicar a redução de riscos no planejamento do uso do solo, nos códigos de construção e nas decisões de investimento em infraestrutura.”

“Observamos um aumento de interesse dos formuladores de políticas públicas, especialmente no Reino Unido”, disse Barnes, na apresentação do estudo. “É um processo lento, mas está se tornando parte do debate. E, quanto mais isso estiver nessa esfera pública, mais ciência estará envolvida nesse tipo de decisão.”

Por José Henrique Mariante (Folhapress)

Técnico do Lyon critica Trump, Infantino e Copa do Mundo nos EUA

Técnico do Lyon, o português Paulo Fonseca criticou Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, Gianni Infantino, mandatário da Fifa e lamentou que a Copa do Mundo deste ano aconteça no EUA.

Fonseca reprovou as recentes falas de Infantino sobre o fim do banimento à Rússia em competições esportivas, que acontece desde 2022, em resposta a invasão russa à Ucrânia. O treinador é ca-

sado com uma ucraniana e morou no país quando comandou o Shakhtar Donetsk (2016 a 2019).

“Vamos jogar contra a Rússia em Moscou enquanto os ucranianos não podem jogar no seu território? O país que é invadido não pode disputar as competições europeias em casa e a Rússia poderia? Para mim, é inaceitável. O presidente Infantino faz o mesmo que o presidente Trump. Olha para os interesses econômicos e se



Paulo Fonseca reprovou ações “diplomáticas” da Fifa

esquece das pessoas”, disse o Lyon ao jornal francês L’Equipe.

O treinador criticou Donald Trump por “ignorar os mais desfavorecidos”. Além disso, Fonseca acredita que a situação na Ucrânia piorou desde que o Trump

assumiu a presidência dos EUA.

“Desde que Trump voltou ao poder e prometeu uma paz rápida, a situação [na Ucrânia] piorou muito. Todos os dias, centenas de drones, dezenas de mísseis, caem. Os Estados Unidos enfra-

queceram a posição da Ucrânia e da União Europeia. E isso tornou a vida ainda mais difícil para os ucranianos.

A posição do presidente americano tem sido a de esquecer, de ignorar os mais desfavorecidos, os mais fracos, e de priorizar seus interesses econômicos. Trump não pensou nas pessoas. Ele pensou no dinheiro. Não sei se o futebol é a melhor forma de protestar contra isso, mas há coisas que são inaceitáveis para mim”, falou.

O português, inclusive, lamentou que a Copa do Mundo deste ano tenha os Estados Unidos como uma das sedes. Canadá e México também receberão jogos do Mundial.

A verdade é que nós, que amamos o futebol, gostaríamos que o Mundial se realizasse noutro lugar, e não nos Estados Unidos, não neste momento.

Olympique Lyonnais

CORREIO ESPORTIVO

Cesar Greco/ Palmeiras



CBF advertiu árbitro por dupla saída de bola do Palmeiras

CBF adverte árbitro após erro em Palmeiras x Fluminense

A CBF advertiu o árbitro Felipe Fernandes de Lima (MG) após o erro que propiciou saída de bola para o Palmeiras no início de cada um dos tempos durante a vitória sobre o Fluminense, nesta quarta-feira (25), por 2 a 1, pela 4ª rodada do Brasileiro. A atuação do árbitro foi avaliada pela Comissão de Arbitragem da CBF. O grupo entendeu que o erro não acarretou em prejuízo ao jogo, uma vez que o Fluminense logo retomou a posse da bola no começo do segundo tempo. O Palmeiras havia saído com a bola no primeiro tempo e repetiu a dose no segundo. Até agora, o Fluminense não se manifestou sobre o ocorrido. Após o jogo, o zagueiro Freytes afirmou que tentou avisar ao árbitro sobre o erro antes de a bola rolar na etapa final.

Freytes, do Fluminense, tentou avisar
“O juiz tinha me falado que eu não tinha que falar com ele porque senão eu iria levar cartão. Eu gritei para ele, mas ele não ouviu. O jogo já havia recomeçado. Acho que são coisas que temos que ficar mais ligados. Já aconteceu”, disse Freytes, zagueiro do Fluminense. A partida terminou com vitória palmeirense na Arena Barueri. O Palmeiras abriu 2 a 0 antes dos 15 minutos de jogo, com gols de Vitor Roque e Allan. Acosta fez para o Flu.

Reprodução/ GE TV



Palmeiras deu o pontapé inicial nos dois tempos da partida

Confira a nota da CBF

“Em Palmeiras x Fluminense, nesta quarta-feira (25), pela 4ª rodada do Campeonato Brasileiro, ao reiniciar a partida no segundo tempo, o árbitro Felipe Fernandes de Lima (MG) deu novamente a saída de bola para o time paulista. A Comissão de Arbitragem da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) tomou ciência do ocorrido e o árbitro já foi devidamente advertido. A partida terminou com a vitória do Palmeiras por 2 a 1, mesmo placar do primeiro tempo”, disse a nota emitida pela CBF sobre a arbitragem desastrosa da partida.

Comissão diz que não houve prejuízo

“A avaliação da comissão é que o erro de procedimento não trouxe prejuízo ao jogo, pois assim que a partida foi reiniciada, o Fluminense adquiriu a posse de bola e não houve sanção disciplinar, gol ou fato relevante imediatamente subsequente”, concluiu a nota. O jogo foi o terceiro apitado pelo árbitro Felipe Fernandes de Lima neste Brasileirão.

Por Igor Siqueira e Renan Liskai (Folhapress)

Serginho

Serginho, que estava em- prestado ao North, de Minas Gerais, rescindiu seu contra- to com a Ponte Preta para assinar com o Brasiliense. O meia de 35 anos estava nos planos da diretoria e seria aproveitado na Série B nesta temporada. Porém, ele optou por jogar a Série D junto ao time de Brasília.

Patrocinador

O Santos acertou seu novo pa- trocinador máster. Após desistir dos negócios com a ZeroUm por buscar uma parceria de mais confiança, o Peixe acertou com a casa de apostas Novibet por três temporadas. O clube vai receber R\$ 35 milhões fixos por temporada, com metas que podem elevar o valor para até R\$ 85 milhões.

Jesse Lingard

Ex-jogador do Manchester United e da seleção inglesa, o meia Jesse Lingard chegou a negociar com o Remo, mas encaminhou sua ida para o Corinthians. Aos 33 anos, o jo- gador está livre no mercado, após passar duas temporadas na Coreia do Sul. Lingard ne- gocia um contrato válido até o fim da temporada 2026.

Processo

Após o São Paulo solicitar a rescisão de contrato unilateral com a FGoal, empresa que fornecia comidas e bebidas ao MorumBis, a empresa protocolou uma ação judi- cial contra o clube alegando descumprimento contratual e solicitando indenizações por danos morais e cessão de lu- cros futuros. O processo corre em segredo de justiça.

Gabriel Pires

O Mirassol contratou o meia Gabriel Pires. Com passagens pelo Botafogo e pelo Flu- minense, o atleta estava na Portuguesa. Apesar da Lusa ter tentado cobrir a proposta, o jogador optou por jogar no Mirassol, que pagou a multa rescisória. Agora, o jogador disputará a Série A e jogará a Libertadores.

Valorizou

Diante do cenário adverso, o empate em 1 a 1 do Red Bull Bragantino com o Athletico- -PR não foi considerado um mau resultado para o técnico Wagner Mancini. O treinador valorizou o bom jogo do time antes das expulsões e lem- brou que a forte chuva com- prometeu os desempenhos das equipes.



Arena MRV será o próximo estádio a receber os equipamentos

CBF e Genius visitam central do árbitro de vídeo

Equipes trabalham para instalar o impedimento semiautomático

As equipes da CBF e da Ge- nius visitaram a Central do VAR, onde funcionam as salas de ope- ração do árbitro de vídeo. A visita teve o intuito de acertar mais uma etapa do planejamento para inte- gração do sistema de impedimen- to semiautomático (SAOT) com o VAR. Na reunião, foram defini- das ainda as próximas etapas para a implementação das câmeras e equipamentos nos demais está- dios que receberão o SAOT. O presidente do Grupo de Trabalho da Arbitragem da CBF, Netto Góes, ressaltou a importância do encontro para melhor alinha- mento entre as tecnologias.

“Importantíssimo a gente ter essa integração, não só da tecno- logia do semiautomático, como o do VAR. Mas principalmente dentro de um processo de refor- mulação que passou a Central do VAR. A CBF investiu muito dentro da Central do VAR, uma repaginação que foi feita para receber essa integração. A Ha- wk-Eye, que fornece a tecnologia do VAR, permanece atendendo a gente. E a Genius entra agora com o semiautomático. Ambas as empresas têm experiência em tra- balharem juntas em grandes ligas européias e isso não será proble- ma. Reuniões estão acontecendo semanalmente para ter essa atua- lização, passo a passo dessa inte- gração, e a partir do momento que os testes forem feitos nos es- tádios, aqui na Central do VAR, tudo vai correr perfeitamente

dentro do esperado para a imple- mentação da tecnologia”.

Netto Góes também avaliou o trabalho realizado até o momen- to para a instalação do sistema de impedimento semiautomático. E também comentou sobre a veloci- dade do processo visando melho- rias para a arbitragem no Brasil.

“Estamos trabalhando com uma cooperação muito grande com os clubes e federações esta- duais para implementar o mais rápido possível com segurança e todo o equilíbrio necessário para a tecnologia funcionar e ter um bom uso dela. A CBF não vai pular as etapas necessárias para a implementação. É necessário que tenhamos cautela na parte da infraestrutura e com a parte dos testes. A partir do momento que colocarmos essa tecnologia para funcionar, ela precisa ter estabi- lidade para que atenda todos os jogos, garantindo o equilíbrio e a segurança da competição, muito mais transparência para os clubes e para o torcedor”, disse Netto, que confirmou a Arena MRV como próximo estádio a receber os equipamentos do sistema de impedimento semiautomático.

Além da Arena MRV, Arena do Grêmio, Arena Barueri, José Maria de Campos Maia, Fonte Nova e Vila Belmiro estão con- firmados para receberem as ins- tações dos equipamentos para a instalação do sistema de impedi- mento semiautomático. A CBF adota cautela na instalação.

Esporte brasileiro lamenta a morte de promessa do taekwondo

Cauã Batista, de 18 anos, faleceu após ser vítima de atropelamento no Rio de Janeiro

Reprodução/Instagram

“Se eu marcasse um treino no Natal, ele estava lá. Sempre pontual e, às vezes, o único a ir. Comia tatame”. Esse é um trecho de um texto que o técnico Luan Dias fez em homenagem a Cauã Batista. O jovem atleta, promessa do taekwondo brasileiro, morreu no último dia 24, aos 18 anos.

Cauã ficou internado por uma semana no Hospital Miguel Couto após ser vítima de um atropelamento em Botafogo, Zona Sul do Rio de Janeiro. Uma campanha para doação de sangue chegou a ser feita pelas redes sociais no decorrer deste período.

O lutador, que treinava na Soares Team Taekwondo, ocupava a segunda colocação do ranking sub-21 do Rio de Janeiro. Ele estava inscrito para integrar a Seletiva Aberta Nacional, que começou nesta quarta-feira (25) - seria a primeira dele.

Em janeiro, Cauã participou de um período de treinos com Diego Ribeiro, técnico da seleção brasileira.

“Teve um dia, após um treino mais puxado, que ele passou mal. Depois de recuperado, brinquei com ele e, a partir daí, pegamos um pouco mais de intimidade. Foram alguns dias, mas vi que era um menino muito bom, educado, talentoso no taekwondo. Se destacou nos treinos”, conta Diego à reportagem.

“Durante esse período na clínica, se mostrou talentoso. Tinha um potencial muito grande, disciplinado, educado... Tinha os princípios que a arte marcial preza. Foi uma grande perda para o taekwondo, era uma promessa no esporte”, lamentou Diego Ribeiro.

A morte de Cauã gerou notas de entidades como Confederação Brasileira



Jovem era considerado uma das maiores promessas do taekwondo brasileiro

leira de Taekwondo (CBTKD), Ministério do Esporte e La Unión Panamericana de Taekwondo. Alguns nomes de destaque da modalidade se manifestaram através dos comentários nas postagens, como Netinho, Milena Titoneli, Paulo Ricardo, Sarah Alicia e Sandy Macedo.

Nas homenagens dos amigos nas redes sociais, algo em comum além das palavras com tom de tris-

teza: a música “o show tem que continuar”, a favorita dele. Às vezes na versão do Fundo de Quintal e outras na voz de Arlindo Cruz, a canção se fez presente nas mais diversas despedidas.

Cauã, recentemente, tinha celebrado uma conquista longe dos tatames: a aprovação em Engenharia Ambiental na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Jornada de ‘muita insistência’

Luan Dias conta que Cauã começou no taekwondo após, ainda com oito anos, insistir muito em entrar nas aulas.

“Foi meu primeiro aluno infantil. Neguei ele muitas vezes, porque na turma só tinha adulto e graduado. Como eu ia inserir uma criança em um contexto desses, e faixa branca?

Se acontecesse algo, eu seria o responsável, e eu estava começando minha caminhada de professor. Até que, depois de muita insistência, deixei”.

O técnico classifica Cauã como alguém que era “autodidata nato” e lembra que ele “aprendia as coisas sozinho, vendo vídeo, e aplicava na aula”.

“Esse cara amava a vida como nunca vi ninguém amar. Era intenso em tudo que se propunha a fazer. A intensidade era a maior virtude dele, mas também era o que mais atrapalhava em campeonatos, porque queria sempre fazer coisas mirabolantes. Queria pular, girar e etc. O negócio dele era lutar fazendo tudo que tinha direito. E eu avisava ‘não dá para ser assim. Em competição é diferente’”, comentou Luan Dias.

Luan lembra da paixão que Cauã tinha pelo taekwondo. Segundo ele, o jovem comparecia aos treinos independentemente de datas e até ajudava a dar instruções. Com o tempo, se tornou o capitão da equipe de luta da Soares Team.

“Se eu marcasse treino no Natal, ele estava lá. Sempre pontual e, às vezes, o único a ir. Comia tatame. Ajudava do mais velho ao mais novo, do faixa branca ao faixa preta. Ficava uma hora explicando porque amava compartilhar conhecimento”, disse Luan.

“Foram 10 anos sem ganhar alguma coisa. Poderia ter largado, mas a paixão pela arte marcial falou muito alto. ‘Caramba, o moleque não desiste’. Não era o atleta mais famoso do Rio e nem do Brasil, mas era conhecido por todos do meio pela sua persistência, insistência e respeito pela arte marcial”, conta.

Por Alexandre Araujo (Folhapress)

NBA acompanha sucesso da NFL, mas não planeja jogo no Brasil tão cedo

A NBA acompanha de perto o crescimento da NFL no mercado brasileiro após a realização de jogos no país, mas não tem planos a curto prazo para fazer o mesmo.

Sem previsão

A NBA não planeja trazer jogos para o Brasil tão cedo. A reportagem apurou que a liga tem intensificado esforços para cativar e atrair fãs, mas entende que não há estrutura para a realização de uma partida nos próximos anos.

Os ginásios brasileiros são o maior impeditivo neste momento. A NBA avalia que eles não atendem às condições necessárias para receber um jogo da liga neste momento e que seriam precisas algumas adequações mais pesadas.

O cenário é diferente ao da NFL. A liga de futebol americano

vai realizar seu terceiro jogo no Brasil ainda neste ano, tendo o Dallas Cowboys como mandante, no Maracanã. Nos anos anteriores, as partidas foram disputadas em São Paulo, na Neo Química Arena. Ambos são estádios de futebol e precisaram passar por poucas adequações.

O clima não é de concorrência. Fontes disseram à reportagem que o crescimento de uma liga “concorrente” no mercado brasileiro é bom para ampliar o interesse nos esportes mais tradicionalmente ligados aos Estados Unidos e expandir as marcas.

Se houvesse um jogo da NBA no Brasil, a prioridade seria São Paulo. Nas três vezes em que a liga realizou jogos no Brasil - todos de pré-temporada -, eles foram disputados no Rio de Janeiro.

A NBA não tem um time dispu-

tando um jogo realizado no Brasil desde 2015. Naquele ano, o Orlando Magic veio e venceu o Flamengo por 90 a 73. Em 2013, o Chicago Bulls bateu o Washington Wizards por 83 a 81. A melhor partida aconteceu em 2014, quando o Cleveland Cavaliers - com LeBron James - venceu o Miami Heat por 122 a 119.

Enquanto não volta ao Brasil com um jogo, a NBA tenta estreitar laços com as ligas locais e com o público. Entre 3 e 21 de junho deste ano, a liga vai realizar a 10ª edição da NBA House, evento em São Paulo que tem ativações e telões para os fãs assistirem às finais do torneio. Ao mesmo tempo, diretores conversam com dirigentes das competições brasileiras para estreitar laços e firmar eventuais parcerias.

Por Renan Liskai (Folhapress)



Chicago Bulls

NBA cita a estrutura dos ginásios brasileiros como empecilho

PINGA-FOGO

■ **AS BRAVATAS PRESIDENCIAIS PARA INGLÊS VER** - Um advogado inglês, correspondente de um dos maiores escritórios de advocacia do Brasil, enviou uma curiosa consulta aos seus parceiros brasileiros. Ele quer saber a razão do Presidente da República do Brasil apelar para o presidente norte americano para prender e repatriar um empresário brasileiro na área de combustíveis que não possui nenhuma condenação na justiça brasileira ou internacional, não possui pedido de prisão e nem está foragido.

■ A sua curiosidade é provocada por grandes clientes estrangeiros, principalmente na área de energia, preocupados com a falta de limites em utilizar uma entrevista coletiva para afirmar que está perseguindo um cidadão brasileiro sem utilizar ordenamento jurídico e o pior envolver um presidente de um país estrangeiro para, informalmente, despachar alguém que não está condenado e não tem ordem de prisão.

■ O correspondente brasileiro está com dificuldades de justificar a bravata presidencial. Como explicar aos ingleses que Lula está construindo, no imaginário popular, a figura de um marajá do crime, como Fernando Collor fez com os marajás dos super-salários, para justificar a falência do seu governo no combate ao crime organizado. A maior dificuldade é também explicar que o ministro da Justiça, que cuidava do combate ao crime organizado, recebia de um banco liquidado um pró-labore mensal de R\$ 250 mil através do escritório dos seus familiares.

■ O que o advogado inglês não vai entender é como uma bravata desta possa existir no Brasil sem que nenhum veículo da imprensa questione o Presidente de passar por cima dos marcos legais e que Lula não responda até agora nenhum processo em corte internacional por ultrapassar a linha do estado de direito. Logo ele que esteve, segundo a sua defesa, preso injustamente por quase 500 dias em Curitiba.

■ **CECILIANO NÃO ESTÁ INELEGÍVEL** - Os advogados de André Ceciliano vão colocar os pingos nos is na decisão do TRF-2 que o teria deixado inelegível. O caso será revertido por diversos ângulos, mas a inelegibilidade não ocorreu. Sobre os mesmos fatos, ele foi anteriormente absolvido na esfera criminal por 3 x 0 e quando isso ocorre o arquivamento da esfera civil é sempre concedido. O que chama atenção é o julgamento ocorrer no exato momento em que ele é apontado como provável candidato a governador tampão do Rio e que o acórdão do julgamento ter sido publicado a mais de uma hora da sua conclusão. Para a coluna, Ceciliano afirmou “nunca fui condenado, durmo tranquilo e confio em Deus e na Justiça”.

■ Em tempo, nesta sexta, André Ceciliano almoça com Eduardo Paes na sala reservada do gabinete do prefeito, na Cidade Nova.



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

Na maior feira de turismo do continente, Maricá atrai indústria portuguesa



O prefeito Washington Quaquá com os representantes após o acordo fechado

O prefeito de Maricá, Washington Quaquá, assinou nesta quinta-feira (26/02) um termo de cooperação com a Fábrica de Conservas de Murtosa (Comur), tradicional indústria

portuguesa de pescados, para implantar no município um projeto de produção de enlatados com espécies brasileiras. A estimativa é de que sejam produzidas até 5 milhões de unidades



O secretário de Estado de Turismo, Gustavo Tutuca, assinando o termo durante o evento

por ano, com base no modelo industrial adotado em Portugal. O acordo foi firmado durante a 36ª edição da Better Tourism Lisbon Travel Market (BTL), em Lisboa.



O 3º SGT da PM Wallace Azeredo foi um dos 165 condecorados com a Medalha Ordem do Mérito Policial Militar. Na foto, ao lado do secretário de estado de PM e Comandante-geral, Cel PM Marcelo Menezes, nesta quinta-feira, 26 de fevereiro, durante a solenidade no Quartel General da corporação

■ **O NOVO CINQUENTINHA** - O time dos quarentinhas sofre uma baixa neste domingo, 01 de março, quando o secretário estadual do Rio, Rodrigo Abel, entra para o time dos cinquentinhas. Abel, que nasceu em um 29 de fevereiro, só faz festa de quatro em quatro anos.

■ Nos anos bissextos, que acontecem a cada quatro anos, fevereiro tem 29 dias. Um ano, geralmente, possui 365 dias, mas 2024 durou um dia a mais. Isso aconteceu porque ele foi um ano bissexto e existe uma explicação astronômica por trás do fenômeno. Nos anos bissextos, fevereiro é um mês um pouco mais longo.

■ Querido pelos amigos e respeitado pelos poucos adversários, Rodrigo Abel só comemorará a data com festa em 2028. Este ano será só com a família. Uma dica para os amigos que resolverem presentear-lo com vinho: ele está um Enólogo cada vez

mais especializado e sempre acompanhado de um bom charuto cubano, para lembrar os velhos tempos de juventude e política estudantil.

■ **MALU HOMENAGEADA** - A Câmara dos vereadores aprovou, nesta semana, a concessão do conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto à jornalista Malu Gaspar. A representação, aprovada por unanimidade, foi feita pelo vereador Pedro Duarte.

■ **BENEFÍCIO A EMPREENDEDORES DA ENFERMAGEM** - Fundamental para os profissionais empreendedores da Enfermagem, o projeto que regulamenta a emissão de notas fiscais eletrônicas para os serviços da Enfermagem foi aprovado nesta quinta, 26 de fevereiro, na Câmara Federal. De autoria da deputada federal Enfermeira Rejane (PCdoB), o projeto atende a uma reivindicação antiga na categoria e inclui a profissão na economia formal.

■ **TIRADENTES AOS HERÓIS** - Os cinco agentes de segurança pública mortos na Megaoperação Contenção, em outubro de 2025, serão condecorados pela Alerj com a Medalha Tiradentes post mortem. As homenagens, propostas por meio de projetos de resolução, foram aprovadas na quinta-feira, 26 de fevereiro, em discussão única. Essa é a maior honraria concedida pelo Parlamento fluminense. Os textos seguirão para promulgação do presidente em exercício da Alerj, deputado Guilherme Delaroli (PL), e deverão ser publicados no Diário Oficial do Legislativo nos próximos dias.

■ Serão homenageados os policiais civis Rodrigo Velloso Cabral (Projeto de Resolução 1.807/25), Rodrigo Vasconcellos Nascimento (Projeto de Resolução 2.204/25) e Marcus Vinícius

Cardoso de Carvalho (Projeto de Resolução 1.809/25), além dos dois 2º Sargento da Policial Militar, Cleiton Serafim Gonçalves (Projeto de Resolução 1.808/25) e Heber Carvalho da Fonseca (Projeto de Resolução 1.810/25).

■ **OS PARCEIROS LATINOS** - O ministro das Relações Exteriores da Nova Zelândia, Winston Peters, liderará na próxima semana uma delegação parlamentar e empresarial do país em missão oficial à América Latina. A agenda inclui compromissos na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai e tem como objetivo fortalecer as relações diplomáticas e ampliar as oportunidades comerciais entre a Nova Zelândia e a região. Segundo o ministro, os países latino-americanos são parceiros estratégicos para a Nova Zelândia e a visita busca ampliar a presença econômica do país na região.

O LIDE promoveu, nesta quinta-feira, 26 de fevereiro, na Casa LIDE, o Seminário LIDE Well-ness e Qualidade de Vida, reunindo grandes especialistas para um debate profundo sobre longevidade, saúde mental, inovação e os caminhos para uma vida melhor. Durante o evento, em São Paulo, discutiram como o bem-estar deixou de ser um tema individual para se tornar pauta estratégica na sua própria vida

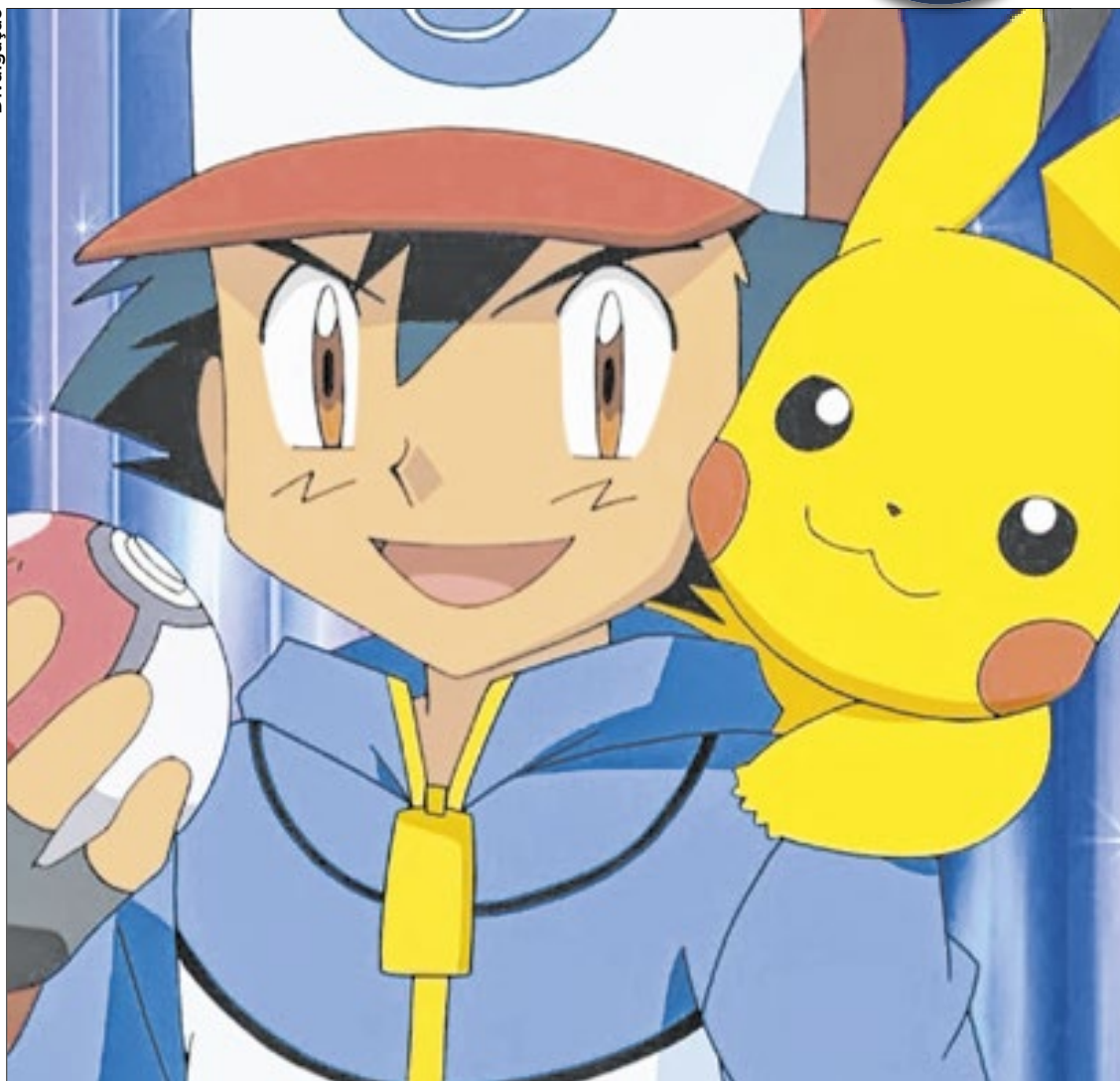


CM

Huguette Gallo

Instagram: @huguette.gallo
E-mail: huguette.gallo@gmail.com

Divulgação



Pikachu é a principal estrela da franquia Pokémon, que completa 30 anos e ainda é um fenômeno até hoje.

Três décadas de fenômeno

De um projeto ambicioso para Game Boy a um ecossistema bilionário, a franquia idealizada por Satoshi Tajiri completa 30 anos, consolidando-se como um ativo cultural e financeiro sem precedentes.

“Pikachu, eu escolho você”, frase que ecoa na memória de diferentes gerações, sintetiza um fenômeno que hoje atinge um marco histórico. O que começou em 1996, com o lançamento japonês das versões Red e Green para o Game Boy da Nintendo, transformou-se na maior propriedade intelectual do planeta.

O conceito de capturar, treinar e batalhar com “monstros de bolso” rapidamente rompeu as fronteiras do Japão, alcançando o Ocidente no final da década de 90. Segundo dados atuali-

zados da The Pokémon Company, a franquia já ultrapassou a marca de 489 milhões de unidades de jogos vendidas mundialmente.

Contudo, o sucesso não se limitou às telas. O Pokémon Trading Card Game (TCG), lançado meses após o primeiro jogo, tornou-se um dos pilares financeiros da marca. Com mais de 30 bilhões de cartas impressas, o setor vive um auge especulativo: colecionáveis raros atingiram valores astronômicos, com transações recorde superando a casa dos milhões de dólares, consolidando as cartas como ativos globais de investimento. Para colecionadores, será lançado amanhã o icônico Pikachu de pelúcia, na loja oficial da Takara Tomy e a compra será estritamente limitada a uma unidade por cliente.



Touche

O artista Adielso e suas obras no Ateliê Qabana

Adielso Rodrigues e a arte contemporânea

A arte de Adielso Rodrigues no Ateliê Qabana é um convite à pausa. Seus trabalhos exploram a harmonia entre o figurativo e o geométrico, sempre com texturas que desafiam o olhar e preenchem o espaço com intenção. Para ele, a obra não apenas decora;

ela estrutura o ambiente em sintonia com a luz e a arquitetura. Essa sensibilidade é herança de uma carreira de dez anos na saúde, que deu lugar à entrega total à arte, resultando em uma produção que une precisão e profunda conexão emocional.



Divulgação

Uma história intensa sobre amor, coragem, preconceito e redenção

Audição para o musical “Corcunda de Notre Dame”

A emoção vai ecoar pelos palcos. Meninos e meninas a partir de 12 anos, homens e mulheres. Se você canta, dança, interpreta e sente o palco pulsar no seu peito, esta oportunidade é para você! O Centro Artístico Silvia Prado (CASP), em Vinhedo, abre

audições para o musical “O Corcunda de Notre Dame”, inspirado na obra de “Notre-Dame de Paris”, sobre o amor trágico de Quasimodo, o sineiro surdo e deformado pela bela cigana Esmeralda, por Victor Hugo. Mais infos: @casp.centroartistico

Guetty Bits

■ Ofner inaugura nova loja no Iguatemi Campinas com conceito contemporâneo e foco em experiência. Fundada em 1952 pela imigrante húngara Anna Ofner na Rua Barata Ribeiro, na Bela Vista, em São Paulo, a mar-

ca começou com receitas tradicionais do leste europeu, consolidando-se ao longo de mais de 70 anos como referência em confeitaria, salgados e chocolates. Música de Chitãozinho & Xororó, “Seu Amor é Minha Es-

trada”, criada para integrar a trilha sonora da novela “Coração Acelerado” (Rede Globo), será lançada hoje nas plataformas digitais.

■ A faixa nasceu nos “song camps” promovidos pelos

Estúdios Globo em parceria com a Warner Chappell, que reuniram compositores de diversas regiões do país para criar o repertório com produção musical e arranjo assinados por Xororó e Cláudio Paladini.

■ No próximo sábado (7), voluntários da Casa de Jesus – Os Seareiros realizam mais uma campanha da Lasanha Beneficente. A comercialização das unidades será realizada sem a necessidade da reserva antecipada.